

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MELISSA CRISTINA EICHELBAUN

**O TELEJORNALISMO EM UMA EMISSORA PÚBLICA, EDUCATIVA E LOCAL:
CARACTERÍSTICAS NOTICIOSAS DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’**

PONTA GROSSA

2018

MELISSA CRISTINA EICHELBAUN

**O TELEJORNALISMO EM UMA EMISSORA PÚBLICA, EDUCATIVA E LOCAL:
CARACTERÍSTICAS NOTICIOSAS DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de concentração Processos Jornalísticos.

Orientadora: Dra. Graziela Soares Bianchi

Coorientadora: Dra. Paula de Souza Paes

PONTA GROSSA

2018

E34 Eichelbaun, Melissa Cristina
O telejornalismo em uma emissora pública, educativa e local:
características noticiosas do 'Jornal da Educativa'/ Melissa Cristina
Eichelbaun. Ponta Grossa, 2018.
165 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo – Área de concentração –
Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi
Coorientadora: Profa. Dra. Paula de Souza Paes

1. Televisão educativa. 2. Jornalismo público. 3. Características
noticiosas. I. Bianchi, Graziela Soares. II. Paes, Paula de Souza. III.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Jornalismo. IV.
T.

CDD : 070.43

TERMO DE APROVAÇÃO

MELISSA CRISTINA EICHELBAUN

O TELEJORNALISMO EM UMA EMISSORA PÚBLICA, EDUCATIVA E LOCAL: CARACTERÍSTICAS NOTICIOSAS DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração Processos Jornalísticos, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 04 de junho de 2018.

Profa. Dra. Graziela Bianchi – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Presidente

Profa. Dra. Paula de Souza Paes – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Coorientadora

Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho" (Unesp)
Participante Externo

Profa. Dra. Cíntia Xavier - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Participante Interno

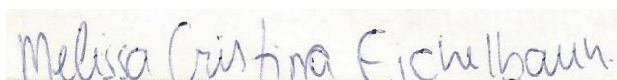
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, MELISSA CRISTINA EICHELBAUN, CPF nº 07886902998, RG nº 10971976-5. responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “O telejornalismo em uma emissora pública, educativa e local: características noticiosas do ‘Jornal da Educativa’”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 20 de novembro de 2018



MELISSA CRISTINA EICHELBAUN

RA nº 3100116010018

AGRADECIMENTOS

A minha mãe que sempre me apoiou em estudar jornalismo.

Ao Maicon que me deu forças durante toda essa trajetória.

A professora Graziela Bianchi que aceitou me orientar, mesmo sabendo das dificuldades que enfrentaria e tem me apoiado incondicionalmente.

A professora Paula Paes pela coorientação, mas principalmente pelo carinho, dedicação e amizade.

Aos meus colegas de mestrado, parceiros de estudo, cafés, risadas e desesperos.

Aos meus amigos e amigas, companheiros (as) incansáveis de apoio e incentivos.

Aos professores do Mestrado em Jornalismo pelas contribuições para a pesquisa.

Ao Rafael Schoenherr por toda ajuda e contribuições que facilitaram meu percurso de pesquisa.

Aos funcionários da TV Educativa de Ponta Grossa que me receberam sempre tão cordialmente.

RESUMO

A Televisão Educativa de Ponta Grossa – Paraná foi fundada no ano 2000 e passou a integrar o sistema de radiodifusão pública do Brasil. A emissora transmitiu seu telejornal no dia da sua inauguração e desde então mantém o programa no ar. Funcionários e estrutura de equipamentos são deslocados prioritariamente para produzir o ‘Jornal da Educativa’ durante a semana. A pesquisa busca caracterizar a produção noticiosa do telejornal da TV Educativa. A problematização do trabalho propõe o debate de questões gerais como a histórica da formação da emissora, seu contexto local, características do seu "modelo" de gestão, que se articulam com as questões de infraestrutura. Para atingir os objetivos da pesquisa, são mobilizados autores que debatem a notícia como construção da realidade como Guerra (2008), Wolf (2009) e Gadini (2007). Telejornalismo e Telejornalismo Público, como Bucci (2010), Coutinho (2013) e Rothberg (2011). Posteriormente, os passos metodológicos de pesquisa são indicados através da análise do conteúdo do telejornal e da utilização de entrevistas como técnica complementar. A dissertação avança na caracterização das notícias e identificando os critérios que são usados para produzir as pautas, e, além disso, através das entrevistas com os profissionais da emissora, consegue revelar os bastidores de uma produção noticiosa em uma televisão educativa. A pesquisa chega à conclusão que as notícias veiculadas pelo ‘Jornal da Educativa’ são, em sua maioria, vinculadas à Prefeitura de Ponta Grossa. O que traz o debate sobre uma emissora pública e educativa evidenciar, em detrimento de outras pautas, diariamente projetos, serviços, inaugurações do governo municipal.

Palavras-chave: Televisão Educativa; Jornalismo Público; Telejornal; Características Noticiosas.

ABSTRACT

The Educational Television of Ponta Grossa - Paraná was founded in the year 2000 and became part of the public broadcasting system in Brazil. The station broadcast its newscast on the day of its inauguration and has since kept the show on the air. Staff and equipment structure are replaced primarily by producing the 'Jornal da Educativa' for one week. The research seeks to characterize a news production of television news from TV Educativa. The problem of work is the debate on the most important and important issues of information management. To achieve the objectives of the research, authors are mobilized that debate an initiative as the construction of reality as Guerra (2008), Wolf (2009) and Gadini (2007). Telejornalismo and Telejornalismo Public, Bucci (2010), Coutinho (2013) and Rothberg (2011). Subsequently, the methodological steps of research are presented through the analysis of the content of television news and the use of interviews as complementary techniques. The dissertation advances the characterization of the news and identifying the patterns that are used to produce, and in addition, through the interviews with the broadcasting professionals, the power to spread the behind the scenes of a news production on an educational television. The research concludes that the news published by the 'Jornal da Educativa' are mostly linked to the City of Ponta Grossa. What brings the debate about a public and educational broadcaster to show, in detriment of other guidelines, news projects, services, inaugurations of the municipal government.

Keywords: Educational Television; Public Journalism; Telejornal; News Features.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação do Código Brasileiro de Telecomunicações	47
Quadro 2 – Estatuto da Funepo	47
Quadro 3 – (Tele) Jornalismo Público	48
Quadro 4 – Categorias e temas	67
Quadro 5 – Temas que abrangem as categorias	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pautas da categoria Cidade	75
Tabela 2 – Número de pautas da categoria Saúde	76
Tabela 3 – Número de pautas da categoria Cultura	77
Tabela 4 – Número de pautas da categoria Esporte	78
Tabela 4 – Número de pautas da categoria Transporte	78
Tabela 6 – Número de pautas da categoria Política	79
Tabela 7 – Número de pautas da categoria Polícia	80
Tabela 8 – Número de pautas da categoria Educação	80
Tabela 9 – Pautas de Religião	81
Tabela 10 – Fontes e Formatos	83
Tabela 11 – Localização das notícias	86
Tabela 12 – Tempo das matérias por categoria	88

LISTA DE SIGLAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

FUNEPO - Fundação Educacional de Ponta Grossa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

MPF - Ministério Público Federal

PL - Projeto de Lei

PNO's - Plano Nacional de Outorgas

TVE - Televisão Educativa

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 - A TV Educativa de Ponta Grossa no contexto das TVE's no Brasil	
1.1 Trajetória da Televisão Educativa de Ponta Grossa	18
1.2 Estrutura da emissora	22
1.3 O papel do Conselho Curador na emissora	25
1.4 Surgimentos das televisões públicas e educativas no Brasil	28
1.5 Legislação da Radiodifusão Educativa Brasileira	30
1.6 As problemáticas das televisões públicas.....	31
1.7 Analisando a TVE de Ponta Grossa por cinco eixos.....	39
Capítulo 2 – Construção das notícias jornalísticas no (tele) Jornalismo Público	
2.1 A realidade construída pelas notícias jornalísticas	42
2.2 Os valores-notícia da televisão educativa	44
2.3 Conceitos do (tele) Jornalismo Público ideal	49
2.4 Características teóricas-metodológicas do telejornalismo	53
2.5 O que a legislação diz sobre o jornalismo ideal?	55
2.6 O jornalismo da televisão pública	57
Capítulo 3 – Metodologia: métodos, procedimentos e critérios	
3.1 Primeiras escolhas: tema e mapeamento	63
3.2 Análise de conteúdo audiovisual	64
3.3 Criando unidades de registro e categorias para analisar o telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa	65
3.4 Debatendo as escolhas de análise	69
3.5 Organização dos resultados	71

3.6 Entrevistas	71
3.7 Aplicando as escolhas	73

Capítulo 4 – Análise do telejornal: características jornalísticas da TV Educativa de Ponta Grossa

4.1 Pautas noticiadas	74
4.2 Fontes e formatos	83
4.3 Localização	86
4.4 Tempo	87
4.5 Redes sociais	89
4.6 Produção técnica	90
4.7 Resultados	91
Considerações finais	95
Referências	99

Apêndice A – Tabela de análise do ‘Jornal da Educativa’ – fevereiro de 2016.....	105
Apêndice B – Tabela de análise do ‘Jornal da Educativa’ – abril de 2016	115
Apêndice C – Tabela de análise do ‘Jornal da Educativa’ – julho de 2016.....	124
Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016	133
Apêndice E – Planta Baixa da TVE de Ponta Grossa	147
Anexo A – Ofício do Conselho Curador	148
Anexo B – Estatuto da Funepo	149
Anexo C – Repasses realizados pela Prefeitura para a Funepo	159
Anexo D – Grade de programação local da TVE de Ponta Grossa	160
Anexo E – Autorização de publicação de entrevista – Alexandre Gonçalves Machado.....	161
Anexo F – Autorização de publicação de entrevista – Eduardo José Farias	162

Anexo G – Autorização de publicação de entrevista – João Carlos Dias de Oliveira	163
Anexo H – Autorização de publicação de entrevista – Marcelo Franco	164
Anexo I – Autorização de publicação de entrevista – Rafael Schoenherr	165

Introdução

As emissoras educativas de televisão surgiram no país no final da década de 1960 e foram crescendo a partir de sucessivas autorizações de outorgas. A cidade de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais também foi contemplada por uma concessão de exploração dessa natureza. A partir de abril de 2000, surge a TV Educativa de Ponta Grossa (TVE), canal 58 em UHF¹, num cenário de televisões comerciais já consolidadas. A televisão educativa foi a primeira do Paraná a operar com recursos municipais (RIEGER, 2005). Esse pioneirismo não revela, no entanto, a consolidação da emissora na produção de notícias. Diante desse contexto, esta pesquisa de mestrado interessa-se pelo estudo da TVE de Ponta Grossa e o seu papel na produção jornalística local.

O início da TVE foi marcado por questões políticas e judiciais. O prefeito da época, Jocelito Canto, queria fechar a Fundação Educacional da cidade e conseqüentemente o município não poderia obter outorga de funcionamento de uma televisão educativa. Após negociações políticas, a cidade recebeu a concessão da emissora e a produção de conteúdos ficou por conta de uma empresa terceirizada. Com uma nova gestão municipal e 15 meses de funcionamento, o Ministério Público pede para fechar a TVE para que a Prefeitura contratasse funcionários concursados para produzirem e gestar a emissora.

Desde a sua inauguração, o telejornal esteve presente na programação da Televisão Educativa de Ponta Grossa. Em alguns momentos, durante diferentes gestões municipais, a TVE produzia dois telejornais diários. Atualmente, a maioria dos funcionários contratados da emissora são dedicados a produção do ‘Jornal da Educativa’.

Nestes termos, a pesquisa propõe refletir sobre o jornalismo produzido pela TVE de Ponta Grossa, considerando que a televisão educativa, mesmo que sua programação tenha foco em produções específicas como programas infantis ou educacionais, tem como objetivo oferecer ao cidadão informações de interesse público. Portanto, o jornalismo, prática fundamentada em valores democráticos, ocupa um papel importante na programação de televisão pública e educativa. “O jornalismo é parte da essência de qualquer emissora pública, a verificação desses quesitos não pode ser negligenciada quando se trata de aferir sua qualidade” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p29).

¹ A partir de 29 de janeiro de 2018 o canal da emissora se tornou 58.1 devido à digitalização do sinal.

A problematização da pesquisa parte do reconhecimento de que, mesmo o telejornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa estando presente desde o início das transmissões, ele não tem alcançado ou procurado oferecer conteúdos jornalísticos em um contexto de emissoras públicas marcado pela precarização do trabalho. O problema se apoia na perspectiva da construção social da notícia. Os trabalhos de autores como Guerra (2008), Wolf (2009) e Gadini (2007), nos ajudam a compreender as diferentes estratégias que envolvem a produção noticiosa, como as relações de interdependências que se estabelecem entre a agenda jornalística e o governo municipal. Este trabalho procurará entender quais são as principais características noticiosas do telejornal da TV Educativa a partir da elaboração de unidades de registros e categorias, que serão explicadas no terceiro capítulo da pesquisa.

Para aprofundar este debate, a pesquisa aborda, em um primeiro momento, questões mais gerais: a realidade histórica da formação da emissora e seu contexto local e regional como forma de demonstrar as estratégias adotadas até o presente momento. Além disso, identificaremos características do seu “modelo” de gestão, que se articulam com as questões de infraestrutura. A ideia é pensar como algumas decisões da emissora, no âmbito da produção noticiosa, impactaram na legitimidade e a credibilidade da TV Educativa de Ponta Grossa.

Objetivo

Caracterizar as notícias produzidas pelo telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa

Objetivos específicos

- Perceber de que maneira a precarização do trabalho opera na notícia final do telejornal;
- Determinar as relações do poder público no trabalho jornalístico da TV Educativa de Ponta Grossa;
- Identificar as fontes noticiosas que participam do telejornal;

Para atingir os objetivos e avançar na problemática apresentada, a dissertação é organizada em quatro capítulos: a história da emissora, questões estruturais, teóricas-metodológicas e a análise do telejornal da TVE.

No capítulo 1, o contexto histórico da TVE de Ponta Grossa procura mostrar desde a fundação da emissora, as articulações políticas que ocorreram para que uma televisão educativa fosse implantada no município. O recorte histórico traz indicações da importância que a emissora possui na cidade, passando por ameaças de fechamento e precarização do trabalho no âmbito do funcionalismo público e na falta de investimentos em equipamentos para produção de conteúdos.

A presente pesquisa traz relatos históricos do jornalista Regis Rieger, autor da dissertação de mestrado², que debateu a importância da TVE de Ponta Grossa no estreitamento de laços de pertencimento com os telespectadores e na valorização a cultura regional. O autor traz também detalhes históricos da fundação da emissora e do funcionamento após a contratação dos concursados. Rieger exercia o cargo de repórter na emissora e posteriormente assumiu a função de diretor de jornalismo. A pesquisa apresenta dados de trabalhos de conclusão de curso de Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no tópico de estrutura e precarização do trabalho. Os TCC's produzidos em 2005 e 2009 relatam a então rotina da TVE de Ponta Grossa e como as equipes de jornalismo se estruturavam para produzir os conteúdos. De forma geral, constatou-se uma baixa produção científica relativo à emissora, considerando se tratar de uma emissora pública, funcionando em rede aberta com quase duas décadas em operação.

O capítulo 1 conta a trajetória do surgimento do sistema de radiodifusão pública no país também é discutido no presente trabalho. O contexto histórico da fundação das televisões educativas e de outros modelos de emissoras públicas é importante para entender os modelos de televisão implantados no país e como a legislação regulariza essas emissoras. São apresentados os planos de outorga para obter uma concessão de emissora educativa. Outro ponto da legislação das emissoras educativas é a autorização de recursos da publicidade. A lei do chamado apoio cultural facilitou para que as TVE's pudessem receber dinheiro de empresas que divulgariam suas marcas durante a programação e posteriormente, também nos intervalos. O Capítulo 1 se encerra com a análise da emissora em cinco eixos citados pelos autores Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009): legitimação; gestão, autonomia e participação; distribuição; programação e financiamento.

O Capítulo 2 inicia com a discussão que norteia o debate teórico da pesquisa. Para compreender o processo de construção da notícia e os fatores que operam até o produto final

² A pesquisa foi realizada no mestrado de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e por isso, o foco do debate gira em torno da regionalização da programação.

(telejornal), o documento traz a discussão em torno da notícia como construção da realidade debatendo os conceitos de Guerra (2008), Wolf (2009) e Gadini (2007). A partir da construção da notícia, partimos para os valores que são atribuídos a ela. Mas principalmente pensando em uma notícia produzida no âmbito de uma televisão pública e educativa. O debate das notícias jornalísticas se articula com as normas da legislação que regulamenta as TVE's e o conceito de Jornalismo Público relacionando com as práticas jornalísticas das emissoras públicas. Nesse sentido, trabalhos desenvolvidos pela Universidade Federal de Juiz de Fora e elaborados no âmbito do grupo de pesquisa “Jornalismo, Imagem e Representação” sob a coordenação da professora Iluska Coutinho, são usados como exemplos para ilustrar parâmetros de qualidade nas emissoras públicas do país e de que forma o Jornalismo Público é reproduzido nessas televisões. Coutinho debate principalmente o telejornalismo público nas emissoras: TV Cultura de São Paulo e a TV Brasil que faz parte da Empresa Brasil (EBC) de Comunicação. Outro autor referência nas discussões de emissoras públicas é Eugênio Bucci, que presidiu a Radiobrás e a EBC, e pesquisa sobre experiência de televisões públicas brasileiras e em outros países.

O Capítulo 3 apresenta os caminhos metodológicos escolhidos para analisar o telejornal da TVE de Ponta Grossa. Os primeiros passos para a escolha do tema, como abordá-lo metodologicamente são apresentados, para então, partir para a escolha dos métodos, categorias e abordagem. A amostra para análise foi determinada levando em conta fatores como a normalidade e naturalidade dos processos produtivos. Ou seja, o recorte temporal analisará as notícias sem interferências de determinados eventos, como as eleições municipais. Para a coleta de dados uma tabela foi elaborada com categorias pertinentes para determinar as características do conteúdo jornalístico. São elas: tema, fontes, tipos de fontes e valência, número de fontes, duração, formato, categoria e localização. Outro fator que determinou a decupagem do material é a disponibilidade das matérias. O telejornal foi disponibilizado em reportagens individuais, não sendo possível ver o jornal na íntegra, para definir-se a hierarquização do conteúdo telejornalístico.

A tabela foi utilizada em uma pesquisa exploratória realizada para um artigo de disciplina no Programa de Pós-Graduação de Jornalismo na UEPG. Dessa maneira, a realização do artigo nos permitiu testar as categorias estabelecidas e refletir. Outro recurso usado na coleta de dados foram as entrevistas, uma vez que existem poucos documentos sistematizados a respeito da emissora e do jornalismo produzido por ela. As entrevistas têm por objetivo, ajudar a compreender a produção da notícia, assim como o seu funcionamento e

papel desempenhado na região. Além disso, as entrevistas complementam os resultados obtidos com a análise do telejornal. As pessoas entrevistadas foram escolhidas para entender a história da TVE, o funcionamento do jornalismo na emissora e entender as necessidades e dificuldades que afetam o produto final que é transmitido no telejornal. A pertinência de se estudar a TVE de Ponta Grossa se reforça quando constatamos que o Paraná possui 19 emissoras educativas no estado e a Televisão Educativa de Ponta Grossa é a única na região dos Campos Gerais.

No capítulo 4, apresentamos a análise com os resultados encontrados nas três semanas decupadas de telejornal. No total, foram 137 matérias analisadas de acordo com os critérios demonstrados no capítulo metodológico. A pesquisa aborda os temas das pautas, as fontes que aparecem no telejornal, o formato das notícias, a produção local/regional/estadual. Além do tempo que cada tema é noticiado, bem como a produção técnica e redes sociais da emissora.

O estudo das televisões públicas e educativas torna-se fundamental para entender o processo televisivo do país. Por mais que o início desse sistema já tenha completado 50 anos, as leis e debates caminham a passos lentos no Brasil (IRIARTE, 2015). A Televisão Educativa de Ponta Grossa é pouco representada em estudos da área de jornalismo. Os trabalhos citados durante a pesquisa apresentam objetivos diferentes do proposto por esta dissertação. Constata-se a necessidade em estudar a única televisão educativa de uma região paranaense composta por 24 cidades e que tem por missão levar conteúdos informativos, culturais e educacionais para a população.

CAPÍTULO 1 - A TV Educativa de Ponta Grossa no contexto das TVE's no Brasil

O capítulo de abertura da dissertação traz a história da TV Educativa de Ponta Grossa, desde sua trajetória jurídica para ser fundada até os dias atuais, com sua estrutura, gestão e produção de conteúdo. O debate sobre a legislação e constituição de uma televisão pública é colocado em questão e relacionado com a emissora ponta-grossense.

1.1 Trajetória da Televisão Educativa de Ponta Grossa

O Estado do Paraná conta com 19 televisões educativas outorgadas, segundo dados fornecidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A Televisão Educativa de Ponta Grossa (canal 58.1) foi inaugurada em 28 de abril de 2000, sob direção da Fundação Educacional de Ponta Grossa (Funepo)³. A outorga para o funcionamento da emissora foi homologada em maio de 1998. De acordo com Rieger (2005, p.24), a TVE de Ponta Grossa foi a primeira emissora do Estado a entrar em operação recebendo recursos do governo municipal.

Em 1999, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa assinou um contrato com a Fundação Padre Anchieta, que mantém a TV Cultura de São Paulo, e através do Decreto nº 2.593 a emissora poderia retransmitir conteúdos da TV Cultura e também inserir programação própria, bem como receber apoios culturais. Rieger (2005, p.31) relata que, no início, a TV Educativa de Ponta Grossa contava com uma equipe de 24 funcionários trabalhando e uma programação composta por dois telejornais e sete programas: Esportemoção, UEPG na Educativa, Som da Cidade, Contraponto, Revelações, Bravo e Frito do Léo e Querência Gaúcha. O funcionamento da TVE era todo terceirizado: funcionários de uma produtora e equipamentos alugados.

Rieger (2005) explica que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa precisou de uma autorização (Lei nº 3.309/1980) da Câmara Municipal de Vereadores para participar como instituidora da Funepo, assim como outras instituições que faziam parte da Fundação. O objetivo era angariar fundos e aplicá-los na área de educação da cidade, mas com o passar dos anos a Fundação não teve aplicabilidade no que havia se comprometido. Por isso, em 1998, o então Prefeito Jocelito Canto (PSDB) sugeriu que a Funepo fosse desativada em definitivo. “O pedido do Prefeito seguia na contramão do projeto de implantação da TVE em Ponta

³ A Funepo foi criada em 1981 conforme a lei nº 3.309/1980. Não tem fins lucrativos e seu objetivo é promover atividades educativas, artísticas, informativas, culturais. Além de, prestar serviços de rádio e televisão educativas.

Grossa, já que no mesmo ano havia sido feito o pedido [de outorga] ao Ministério das Comunicações” (RIEGER, 2005, p. 26).

Mas para a instalação de uma TV Educativa e para essa emissora ser geradora própria de conteúdo era necessária uma Fundação Educacional. Em janeiro de 1999, o Prefeito Jocelito Canto volta atrás em sua decisão e não extingue a Funepo. Em 23 de março de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 32/2000 autorizando a Funepo a executar serviços de radiodifusão e em 27 de abril foi assinada a Portaria nº 77 do Ministério das Comunicações que liberava a TVE de Ponta Grossa gerar programação própria (RIEGER, 2005).

No primeiro dia de transmissão da TVE (28 de abril de 2000) foi apresentado o primeiro telejornal às 20 horas, ‘Jornal da Noite’, com duração de uma hora e meia e contou com a presença do Senador Álvaro Dias, que foi entrevistado. Além disso, foram apresentadas algumas reportagens sobre diversos assuntos e vídeos institucionais da Prefeitura Municipal. A emissora também contava com o ‘Jornal da Educativa’ que era transmitido diariamente às 12h00. O departamento de jornalismo da emissora contava com seis equipes de externa (repórter, cinegrafista e motorista), além de três pauteiros, editor, redator e diretor (RIEGER, 2005).

No ano de 2001, quando o Prefeito Péricles de Holeben Mello (PT) assume a gestão do município, a situação da TV Educativa é avaliada e alguns funcionários são demitidos. Com isso, o ‘Jornal da Educativa’ começou a ser transmitido no período noturno e o outro telejornal foi extinto (RIEGER, 2005). Já em setembro de 2001, o Ministério Público determina que a programação da TVE fosse suspensa. A promotoria alegou que a Funepo recebia verbas públicas para sua manutenção e por isso deveria respeitar a legislação que determinava a contratação de funcionários por concurso público.

Após essa determinação, jornalistas e técnicos foram demitidos depois de um acordo entre a Prefeitura, Conselho de Curadores da Funepo e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Apenas uma equipe permaneceu para operar a retransmissão do sinal da TV Cultura de São Paulo. Em abril de 2004, a TVE volta a produzir programação própria e, em agosto do mesmo ano, funcionários são admitidos por concurso público.

No ano de 2005, o Prefeito Pedro Wosgrau Filho (PSDB) assume a gestão municipal. Durante o período em que exerceu o cargo de prefeito, os investimentos na TVE se

mantiveram no repasse de verba mensal e a realização do último concurso para jornalista no ano de 2011. A gestão de Wosgrau durou até o ano 2012, com dois mandatos consecutivos. Em 2013, assume o atual Prefeito Marcelo Rangel, que também está em seu segundo mandato.

Após um ano a frente da Prefeitura, Rangel conduziu trocas na direção da TVE de Ponta Grossa. Na ocasião, em entrevista a um jornal impresso da cidade⁴, o então Presidente da Funepo, Ricardo Linhares, disse que a meta do governo seria de “recuperar a TV Educativa e transformá-la na TV do povo dos Campos Gerais, valorizando nossas raízes, nossas tradições, nossa cultura”. Lembrando que a 'recuperação' é proposta em relação ao mandato anterior do próprio Rangel.

Em dezembro de 2016, a TVE de Ponta Grossa foi ameaçada de fechar através de projeto de lei. Mas essa não é a primeira vez que a emissora passa pela situação de encerrar a programação⁵. Funcionários da TVE e o Conselho Curador receberam a notícia de que o Prefeito Marcelo Rangel mandaria um projeto de lei para a Câmara de Vereadores para que fosse aprovada a extinção da Funepo, e conseqüentemente, o encerramento das atividades da TV Educativa. A justificativa do fechamento é de que a Prefeitura cortaria gastos e a TVE estaria incluída nesse corte. O projeto (Lei (PL) 4/2017) foi enviado para os vereadores e mesmo com a maioria dos votos, 14 favoráveis e oito contrários, a proposta foi rejeitada, já que para ser aprovada precisava no mínimo de 16 votos favoráveis. A votação ocorreu no dia 18 de janeiro de 2017.

Neste processo de tentativa de encerramento das atividades da TV Educativa, entidades ligadas à Funepo se mobilizaram. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, o curso de Jornalismo e Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Conselho Curador da Funepo se posicionaram contra o fechamento da TVE.

⁴ Investimentos garantem expansão da 'Educativa' Disponível em:

<<http://arede.info/ponta-grossa/17524/investimentos-garantem-expansao-da-educativa>> Acesso em: 15/04/2017

⁵ 'Conselho discute situação da TV Educativa' Disponível em:

<<http://www.diariodoscampos.com.br/cidades/2011/12/conselho-discute-situacao-da-tv-educativa/994787/>> 15/04/2017

'Tv Educativa é alvo do Ministério Público' Disponível em:

<<http://www.diariodoscampos.com.br/cidades/2011/12/tv-educativa-e-alvo-do-ministerio-publico/995379/>> 15/04/2017

Situações trabalhistas graves são encontradas na mídia de Ponta Grossa' Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/1847/situacoes-trabalhistas-graves-sao-encontradas-na-midia-de-ponta-grossa>> Acesso em: 15/04/2017

Nas notas⁶ divulgadas, os representantes das instituições destacam a falta de infraestrutura e em profissionais técnicos, além de transformar a emissora em cabides de empregos de cargos comissionados.

No dia três de fevereiro de 2017, o Prefeito Marcelo Rangel, em entrevista a um portal de notícias da cidade, manifestou sua insatisfação após o projeto ter sido rejeitado pela Câmara. No entendimento de Rangel, a Prefeitura não teria responsabilidade em manter o funcionamento da TVE, ressaltando que fechar buracos nas ruas é mais importante do que custear os conteúdos da emissora e acrescentou que “a Prefeitura vai comprar o transmissor digital e somente isso, não terá compras de equipamentos e carro. Isso que a gestão fará para combater gastos desnecessários”.

O ex-Presidente da Fundação, Ricardo Luiz Torquato de Linhares, reuniu-se com o Conselho Curador no dia 21 de fevereiro de 2017, dias após o projeto de encerramento da TV ter sido rejeitado e disse: “A hora é de pensar em novas diretrizes para a TVE e resgatar a identidade da emissora e produzir conteúdo com a estrutura que já temos⁷”, sem informar se a TV terá investimentos.

Após a volta das férias coletivas dos funcionários (fevereiro de 2017), alguns programas voltaram a ser transmitidos e o telejornal passou a se chamar novamente ‘Jornal da Educativa’ e começou a ser transmitido apenas no dia 10 de abril. O jornal conta com conteúdos de produção própria da TVE de Ponta Grossa e matérias da ÉTV Paraná de Curitiba. Até o início da transmissão do telejornal, a equipe de jornalismo da TVE produziu reportagens que eram transmitidas ao longo da programação e também divulgadas nas redes sociais da emissora.

Atualmente, o telejornal possui duas edições: a primeira às 8 horas (Jornal Educativa Manhã) e a segunda edição é transmitida às 19h30 de segunda-feira a sexta-feira e tem duração de trinta minutos. E conta com uma programação⁸ local de 18 programas e produções que passam no intervalo com informações de saúde, turismo, agenda de eventos, entre outros

⁶ ‘Conselho repudia anúncio de fechamento da Funepo e da TV Educativa de Ponta Grossa’ Disponível em: < www.portalcomunitario.jor.br/index.php/democratizacao-da-comunicacao/4911-conselho-repudia-anuncio-de-fechamento-da-funepo-e-da-tv-educativa-de-ponta-grossa> ‘Jornalismo da UEPG repudia extinção da Funepo e TVE PG’ < <https://www.facebook.com/mestradoemjornalismouepg/posts/1186784098041753>> Acesso em: 15/04/2017

⁷ Informação verbal obtida com a presença da mestranda na reunião do Conselho de Curadores.

⁸ Vide Anexo D da programação local da TV Educativa de Ponta Grossa.

assuntos. Os programas são transmitidos de segunda a sábado e o restante da programação é a retransmissão da TV Cultura de São Paulo.

O sinal de abrangência da emissora atinge mais sete cidades da região: Carambeí, Imbituva, Ipiranga, Palmeira, Teixeira Soares, Castro e Irati. O sinal da TVE foi digitalizado conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Por isso, o canal atual da emissora é 58.1, desde o dia 29 de janeiro de 2018.

1.2 Estrutura da emissora

A primeira estrutura de funcionários da TVE de Ponta Grossa, ano de 2000, era composta por funcionários terceirizados de uma produtora contratada pela Prefeitura, além de ter equipamentos alugados. Com essa estrutura, além dos programas locais, dois telejornais eram transmitidos: Jornal da Educativa (que tinha duração de meia hora) e o Jornal da Noite (com duração de uma hora). A emissora contava com seis repórteres, seis cinegrafistas, seis motoristas, três pauteiros, um redator, um editor e um diretor. Os funcionários produziam os dois telejornais e sete programas de produção própria com parceria de diversas instituições da cidade (REGIS, 2005, p.31). Como já dito, em 2001 no início da gestão do Prefeito Péricles, os funcionários da produtora foram demitidos e apenas três cargos permaneceram para retransmitir o sinal da TV Cultura. Em 2004 foi realizado o Concurso Público nº 0001/2004 para a contratação de funcionários públicos operarem a emissora. Dentre os cargos contratados estavam oito vagas para jornalista, assistente de produção, câmera de estúdio, cinegrafista de externa, coordenador de programação, diretor de imagens, operador de áudio de caracteres e operador de VT.

No mês de agosto de 2004, efetivou-se a contratação de 32 funcionários concursados na emissora. Mesmo com a realização do concurso, alguns cargos ainda acumulavam funções: um dos editores trabalhava também como pauteiro e o outro editor ficou como apresentador do telejornal e supervisionava um estágio de uma estudante (FREITAS, 2005)⁹. A emissora funcionava no subsolo do Centro de Cultura da cidade.

Outra pesquisa que teve por objeto a emissora foi a realizada por Rafael Ferreira em 2009. Ele procurava entender a origem das pautas que eram produzidas no telejornal da emissora. Ferreira (2009) destaca que nove funcionários eram ligados à produção do telejornal: pauteiros, editores, repórteres, diretor de jornalismo, operadores de câmera e um

⁹ O jornalista Ismael de Freitas escreveu seu trabalho de conclusão de curso sobre as rotinas produtivas da TVE de Ponta Grossa (2005).

comentarista esportivo. O trabalho do jornalista investigou quais eram as assessorias de comunicação que mais pautavam o telejornal da emissora.

A sede da Televisão Educativa de Ponta Grossa foi transferida em 2010 para a sede social do Clube Guaíra, recém-adquirida pela Prefeitura. O local é dividido¹⁰ da seguinte forma: uma sala para a equipe de programação, jornalismo, cinegrafistas, diretoria e setor administrativo. Para a edição do material produzido existem duas salas. O estúdio de gravação tem como cenário fixo o telejornal da emissora e do outro lado os cenários de outros programas. Os funcionários contam ainda com duas salas para depósito de equipamentos e uma cozinha. Das duas ilhas de edição, apenas uma funciona, onde os dois editores da emissora se alternam para editar o material produzido. Na sala de programação, os monitores antigos ficam em um canto e duas televisões e um computador são usados. Já a equipe de jornalismo, que conta com a maior sala da emissora, possui dois computadores: um para o pauteiro e o outro para os repórteres. Nas duas salas de depósitos são colocados monitores, câmeras, gravadores, tripés e transmissores que estragaram e não foram consertados.

Com salas amplas, mas equipamentos antigos e poucos funcionários é possível notar as mudanças que a emissora passou nos últimos anos. Segundo o operador de VT, Alexandre Machado¹¹, que trabalha na emissora desde a fundação, a falta de investimentos na estrutura da emissora e de planos de carreira por parte do poder municipal, foram um dos efeitos que fizeram funcionários concursados pedirem demissão ao longo dos anos e a estrutura da TVE de Ponta Grossa diminuir significativamente.

Atualmente, maio de 2018, a TVE conta com 12 funcionários concursados e seis comissionados. Dentre o quadro de cargos efetivos, apenas dois são concursados como jornalistas. Outro repórter na produção do 'Jornal da Educativa' é contratado em cargo de comissão como assessor de programação e produção. No final do ano de 2017, uma jornalista contratada pela Prefeitura foi deslocada para a emissora para produzir matérias para o telejornal e o programa esportivo da TVE de Ponta Grossa. Além disso, o diretor de jornalismo (cargo em comissão) também apresenta o telejornal. O último concurso realizado para contratação de jornalista para a emissora foi no ano de 2011.

Ainda segundo entrevista do operador de VT, o recurso repassado pela Prefeitura é gasto com a folha de pagamento de funcionários e material de expediente. Investimento em

¹⁰ Vide apêndice E da planta baixa da emissora.

¹¹ Entrevista concedida a autora em 14 de setembro de 2016.

equipamentos novos, cenários e até mesmo a manutenção do carro que leva a equipe de reportagem ficam em último plano. Atualmente, 12 funcionários da emissora, concursados e comissionados, são dedicados ao telejornal da TVE de Ponta Grossa o que demonstra a preocupação e atenção que a direção e funcionários possuem com a produção de notícias para o programa.

O telejornal não é transmitido ao vivo. As matérias são editadas ao longo do dia e depois o apresentador grava as entradas e retornos do material. O ex-diretor de Jornalismo¹², Eduardo Farias, que atuou na emissora até dezembro de 2016, explica o motivo do telejornal ser gravado:

“Nós não conseguimos fazer o jornal ao vivo por questão de estrutura mesmo. Os nossos equipamentos dão alguns problemas e não podemos correr o risco do ao vivo. Além disso, precisaríamos de uma equipe maior nesse horário, o que gera hora extra para o município” (FARIAS, 2016)

O sinal da TVE atinge oito cidades: Ponta Grossa, Ipiranga, Carambeí, Imbituva, Irati, Teixeira Soares, Palmeira e Castro. Machado relata que o sinal não chega a todos os lares em Ponta Grossa e região, porque os transmissores já estão defasados e teria que ser investido em tecnologia para que o sinal abrangesse mais domicílios e mais cidades da região.

Mesmo com verba municipal divulgada em Diário Oficial do município¹³, em 2016, a emissora não recebeu todos os meses o dinheiro que mantém os salários dos funcionários e também usado para material de expediente e eventuais manutenções de equipamentos e carro. Em documento¹⁴ apresentado pela administração da TVE fica claro o não comprometimento financeiro da Prefeitura com a emissora. Mensalmente o repasse da gestão municipal fica em torno de R\$ 132 mil e durante o ano de 2016, três meses não houve o repasse total de dinheiro, em setembro de 2016 a verba foi de apenas R\$ 60 mil. O operador de VT, Alexandre Machado, que já atuou como Diretor Administrativo relata que os atrasos de dinheiro por parte da Prefeitura são constantes. Quando a gestão municipal não deposita a verba necessária, a emissora usa recursos próprios para não atrasar os salários dos servidores e “isso afeta a estrutura da TVE. Já que o dinheiro que temos em conta queríamos usar para

¹² Entrevista concedida a autora, em 02 de dezembro de 2016.

¹³ Documento que Estabelece o Orçamento Geral do Município de Ponta Grossa para o exercício de 2017 Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2016/1273/12721/lei-ordinaria-n-12721-2016-estabelece-o-orcamento-geral-do-municipio-de-ponta-grossa-para-o-exercicio-de-2017?q=funepo> > Acesso em 15/04/2017.

¹⁴ Documento obtido durante reunião do Conselho de Curadores do dia 13 de dezembro de 2016.

comprar a tecnologia de transmissão digital, manutenções e compra de equipamentos” (informação verbal)¹⁵.

Essas observações indicam que os entraves da emissora, que tem uma produção limitada devido, principalmente, a fatores técnicos acabam afetando diretamente a produção final da notícia transmitida ao telespectador. Cabe ressaltar que a gestão da Funepo e a gestão da emissora são articulações diferentes. O presidente da Fundação tem a função de assinar os documentos para liberações de pagamentos e compras de equipamentos, por exemplo. Já a gestão da TVE, deve cuidar da programação como um todo. Ou seja, as gestões podem ser, por muitas vezes divergentes quanto a decisões das necessidades da emissora. Essas questões implicam em decisões e desdobramentos práticos para a emissora.

1.3 O papel do Conselho Curador na emissora

Para fiscalizar e acompanhar o trabalho realizado pela Televisão Educativa de Ponta Grossa criou-se o Conselho Curador. As diretrizes do Conselho estão expressas no Estatuto da Funepo¹⁶. De acordo com o documento, o Conselho Curador é composto por 21 representantes efetivos e 21 suplentes com mandato de quatro anos. Os representantes são indicados pelas instituições que compõe o Conselho.

Art.19 – O Conselho Curador é constituído por representantes e respectivos suplentes das seguintes entidades:

- 02 (dois) representantes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa;
- 02 (dois) representantes indicados pela Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa;
- 02 (dois) representantes indicados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
- 02 (dois) representantes indicados pelo Sistema de Federação das Indústrias do Estado do Paraná
- 01 (um) representante indicado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- 02 (dois) representantes indicados pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais
- 02 (dois) representantes indicados pelos Clubes de Serviços de Ponta Grossa
- 01 (um) representante indicado pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná
- 02 (dois) representantes indicados da Conferência Municipal de Cultura de Ponta Grossa

¹⁵ Entrevista concedida a autora, em 14 de setembro de 2016.

¹⁶ Vide Anexo B.

- 01 (um) representante indicado da Secretaria de Cultura de Ponta Grossa
- 01 (um) representante eleito dentre os servidores da Funepo
- 01 (um) representante indicado pelos Trabalhadores em Educação de Ponta Grossa
- 02 (dois) representantes indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Ponta Grossa

A aprovação e extinção de cargos ficam por conta dos conselheiros e até mesmo a aprovação do nome do Presidente da Fundação deve passar por votação dos representantes. A indicação para o cargo da presidência é feita pelo prefeito em exercício e o vice-presidente deve ser um membro do Conselho eleito pelos conselheiros. Dentre as várias atribuições que o Conselho Curador possui na emissora, algumas delas refletem diretamente na produção e qualidade dos programas. Fiscalizar os atos administrativos, criação e extinção de cargos e convênios referentes à programação são funções dos conselheiros.

O Conselho Curador tem o poder de aprovar ou não os cargos comissionados indicados pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Em relação à aprovação de nomeações, os conselheiros protocolaram um ofício em novembro de 2016 (of. nº 01/2016)¹⁷ solicitando ao Prefeito Marcelo Rangel a consulta prévia aos conselheiros antes de nomear em Diário Oficial os indicados para os cargos em comissão¹⁸. Juntamente com o pedido, o Conselho pede atenção as indicações para funções que requerem conhecimento técnico.

“Solicitamos que os cargos de Direção, Gerência e Assessoramento dos serviços Técnicos, sejam ocupados por pessoas que possuem conhecimento suficiente para exercê-los de forma que venha contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Fundação” (OFÍCIO DO CONSELHO CURADOR, Nº 01/2016).

Outra atribuição gestada pelos conselheiros é aprovação de programas na TVE de Ponta Grossa. O Conselho de Programação é formado por seis conselheiros efetivos e deve analisar os programas propostos para serem produzidos ou transmitidos pela emissora e levar um parecer ao Conselho Curador para o produto ser aprovado ou recusado. Ou seja, a grade de programação consequentemente deve refletir o entendimento dos conselheiros no que se refere a finalidade de uma emissora pública e educativa.

¹⁷ Vide anexo A.

¹⁸ ‘Nomeações para a Educativa contrariam estatuto da Funepo’ Disponível em: <
<http://www.diariodoscamos.com.br/politica/2013/01/nomeacoes-para-a-educativa-contrariam-estatuto-da-funepo/968917/>> Acesso em: 15/04/2017

Sobre a importância dos Conselhos Sociais em emissoras públicas, Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009)¹⁹ apontam que o Conselho Curador representa os cidadãos e tem por missão formar uma televisão pública de qualidade. Dentre os conselhos atuantes em emissoras públicas no Brasil, os autores destacam a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O Conselho Curador da EBC é composto por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil, indicados via consulta popular; quatro do Governo Federal; um da Câmara dos Deputados; um do Senado Federal; e um representante dos trabalhadores da EBC.

Em comparação com o regulamento do Conselho Curador da EBC, pode-se verificar que no caso do Conselho da TVE de Ponta Grossa não há eleição de membros da sociedade civil. Para os autores, o conselho representado apenas por membros indicados por instituições não garante a legitimidade de uma emissora pública. Para Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009), a participação da população pode aumentar a capacidade da emissora em atender os anseios e necessidades do público.

O Conselho Curador da TVE de Ponta Grossa, conta atualmente com 14 conselheiros titulares. Em 2016, das 11 reuniões que os representantes foram convocados, cinco delas não aconteceram por falta de quórum. Em agosto de 2017, a presidência da Funepo foi assumida por Fernando Rohnelt Durante, que também exerce a função de Presidente da Fundação de Cultura do município.

O jornalista Rafael Schoenherr representou o Sindicato dos Jornalistas do Paraná durante quatro anos (2013-2017) no Conselho Curador da Funepo. Schoenherr²⁰, explicou em entrevista a maneira que os conselheiros acompanhavam o conteúdo do telejornal da emissora.

“Na falta do Conselho de Programação, quando a gente observava algo na programação que não vem funcionando era apontado. Então tem dois tipos de acompanhamento, um que é esse mais raro, que é quando alguém submete algum projeto. Que aí é uma análise prévia de material. Que compete mais ao conselho de Programação, mas também depende como esses projetos chegam. E outro tipo de acompanhamento, que é bem mais regular e cotidiano, que é dizer o que tá acontecendo na programação e colocar observações de discordância sobre a programação. Ou, por exemplo, fazer observações de programação que poderia existir, mas ainda não existe. Esse seria um terceiro acompanhamento de conteúdo, que daí nem todos os conselheiros participam dessa discussão. Por exemplo, acompanhamento do operário, sim ou não. É legal para a tv? O que a precisa para esse acompanhamento chegar no ar? São metas de médio a longo prazo. O que seria interessante ter a longo prazo na programação. Muito difícil discutir isso, em função dessas questões. O conselho não tem a parte de secretaria bem instalada a ponto dele

¹⁹ Referenciados na pesquisa como: **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. – São Paulo : Paulus, Intervezes, 2009. – (Coleção Comunicação).

²⁰ Entrevista concedida a autora, em 12 de dezembro de 2017.

poder se preocupar com isso de uma forma mais organizada. Então vai surgindo nas reuniões todo ano. Mas o conselho vem cobrando da Prefeitura para que ela apresente um projeto de programação de médio a longo prazo. Que também raramente veio, porque a Prefeitura mudou muito o cargo de chefia. Mas esse acompanhamento do que aparecia durante a semana, durante o mês, volta e meia aparecia nas reuniões” (SCHOENHERR, 2017)

Questionado sobre a efetiva fiscalização por parte do Conselho Curador, Schoenherr respondeu:

“Relativamente sim. A gente conseguiu fazer uma cobrança em relação a alguns tópicos que foram recorrentes. Observância do estatuto que rege a tv é um tópico recorrente. Porque hora ou outra, a gestão (prefeitura) está derrapando em relação a isso. Por exemplo, a tentativa de fechar arbitrariamente a tv, essa é uma derrapagem que escapa totalmente. As várias manobras de cargos de comissão que precisariam ser aprovados pelo Conselho e que não são nem colocadas em pauta. O acompanhamento da parte de equipamento, fiscalização de aquisição de equipamentos. Se tem alguma transparência é em função da cobrança dos conselheiros. E o zelo pela programação e escolha de cargos de chefia. Acho que foram as decisões mais polêmicas” (SCHOENHERR, 2017)

O fato é, como já foi mencionado, nem todas as cadeiras disponíveis no Conselho Curador são ocupadas efetivamente. E nem todas as reuniões ocorrem por falta de quórum. Não existe um estatuto próprio do Conselho, apenas uma pequena parte com atribuições agregadas ao estatuto que rege a emissora.

1.4 Surgimentos das televisões públicas e educativas no Brasil

Para melhor compreender o funcionamento, a estrutura, os limites e os desafios da TV Educativa de Ponta Grossa, é pertinente realizar um rápido percurso do surgimento das TVs públicas no Brasil. A trajetória televisiva tem início com o surgimento da TV Tupi, canal 3, em 1950, cujo concessionário era Assis Chateaubriand. Já a televisão pública no Brasil surge com o modelo de televisão educativa apenas no final da década de 1960.

A televisão educativa nasce para propor programas que as emissoras comerciais não consideravam tão interessantes: como, por exemplo, programas culturais e educacionais, especialmente. Segundo Barros, (2011, p.73), o sistema de radiodifusão pública desobrigava as televisões comerciais a produzirem conteúdos que eram exigidos por lei e passavam essa tarefa para as emissoras educativas. O decreto lei nº 236 de 1967 determinava que as emissoras educativas deveriam divulgar programas educacionais, palestras e debates.

A primeira televisão educativa a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967, vinculada ao Ministério da Educação. Em seguida, surgem a TV Cultura, ligada ao

governo do Estado de São Paulo e, em 1973, a TVE do Rio de Janeiro, mantida pelo Governo Federal. Durante as décadas de 1960 e 1970 se estabelecem os primeiros decretos relativos às emissoras educativas no país.

Em meados da década de 1990 começam a surgir outros modelos de televisão pública. Segundo Torres (2009), surgem os canais de acesso público juntamente com as televisões por assinatura. A Lei nº 8.977, de 6 de Janeiro de 1995, parágrafo 23 determina a criação de canais básicos de utilização gratuita que são “destinados à promoção da cidadania, ocupados pelos poderes Legislativo e Judiciário, universidades, órgãos governamentais educacionais e culturais, comunidades e entidades sem fim lucrativo” (TORRES, p. 33, 2009). Cidades com mais de cem mil habitantes podem ter canais por assinatura e usufruir desses canais gratuitos que são:

- a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;
- b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- e) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;
- f) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;
- g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;
- h) um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça. (BRASIL, 1995, LEI Nº 8.977)

A televisão pública educativa se encaixa no exemplo F, um canal educativo cultural, que tem por objetivo:

“Transmitir programas educativo-culturais, que atuem em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da

educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2016, p.1).

Na metade da década de 1970 foram implantadas mais emissoras e com isso os governos passaram a utilizar os canais educativos para divulgar a política e ideologia dos militares. De acordo com Pieranti (2007, p.64), o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) para que as televisões educativas fossem responsáveis por difundir a política dos governos militares. Assim, as emissoras começaram a ser usadas por grupos políticos, religiosos, entre outros, para divulgar assuntos de interesse desses grupos. Importante lembrar, que a legislação permitia que essas emissoras fossem mantidas pelo governo federal, estados, municípios e por instituições privadas sem fins lucrativos (LOPES, 2009, p.4).

O sistema de implantação das TVE's no Brasil foi lento, já que com várias restrições não havia tantos recursos financeiros para operarem. Conforme explica Lopes (2009, p.2), “se nas três primeiras décadas de televisão educativa, ou seja, entre 1967 até 1997, existiram apenas 20 emissoras em todo o território nacional, no final de 2007 já eram 167”. O crescimento das emissoras foi decorrente das adaptações que cada governo fez na legislação que contempla a regulação das televisões educativas. Atualmente, o Brasil possui 213 emissoras educativas outorgadas²¹ até maio de 2018.

1.5 Legislação da Radiodifusão Educativa Brasileira

A televisão educativa é regulamentada pelo serviço de radiodifusão que faz parte do Código Brasileiro de Telecomunicações. Esse organismo determina as normas que as emissoras de televisão e rádio educativas devem seguir no Brasil. Através da legislação (Portaria nº 4.335/2015), regras são colocadas para que haja uma disputa justa na concessão de uma televisão ou rádio educativa. De acordo com o documento, pessoas jurídicas de direito público interno, instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e fundações de direito privado podem executar o serviço de radiodifusão, podem se candidatar para obter uma concessão.

²¹ Informação divulgada no site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Disponível em: < <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php> > Acesso em: 01/05/2018

Os interessados em obter uma outorga devem seguir a demanda divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que possui o Plano Nacional de Outorgas (PNO's): documentos que apresentam quais localidades podem ser contempladas com os serviços de rádio e televisão educativa. Após a divulgação das localidades, os interessados que se encaixam nos requisitos estabelecidos por lei para executarem os serviços de radiodifusão, protocolam o pedido no Ministério, onde os documentos são analisados e posteriormente o resultado será divulgado conforme critérios estabelecidos.

A entidade que vencer o processo de outorga deve apresentar para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações um projeto técnico de instalação do serviço no prazo máximo de quatro meses. Depois da análise do projeto, o processo é encaminhado para que o Ministro de Estado das Comunicações despache a portaria de consolidação da TV e aí, sim, o processo será enviado ao Congresso Nacional, via Casa Civil, para deliberação da outorga. A outorga para as televisões educativas pode ser renovada a cada 15 anos, segundo Decreto nº 88.066 de 26 de Janeiro de 1983.

Para a entidade renovar a outorga, dependerá se a emissora atendeu aos critérios estabelecidos na legislação, tais como “promoção e fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional” (BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2016).

Em maio de 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações divulgou o PNO's de 2016 e 2017, em que anuncia 235 localidades que foram contempladas com o serviço de radiodifusão e 509 cidades que ainda não possuem canais vagos para realizar o serviço. O Ministério das Comunicações solicitou a colaboração da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para que providencie as frequências nesses municípios, a fim de que, até 2019, as cidades que possuem universidades públicas possam contar com, pelo menos, uma rádio ou uma televisão educativa.

1.6 As problemáticas das televisões públicas

As televisões públicas brasileiras enfrentam inúmeros questionamentos que vão desde a política editorial do veículo até o financiamento da emissora. Para Lima (2003), existem

“três problemas estruturais da TV Pública: independência, o conteúdo e o investimento ou sobrevivência” (LIMA, 2003, p. 65).

De acordo com o autor, as televisões públicas devem ser independentes do governo que esteja no poder e devem representar a sociedade. Em relação ao conteúdo, Lima (2003) acredita que a fórmula proposta no início das televisões educativas, como auxiliadora da educação formal nas escolas, não esteja mais tão presente nas emissoras.

(...) precisamos fugir dessa imposição do critério de audiência mercadológica. (...) O conteúdo, na televisão educativa, não é mais o conteúdo exclusivamente educativo pedagógico. A TV Pública adquiriu amplos aspectos, até para realizar sua missão de dar educação, cultura, informação e entretenimento. Porém, não é a mesma educação que se dá na escola, é uma educação complementar, que ajude os homens a entender o todo da sociedade, da arte, da política, que não é uma educação curricular (LIMA, 2003, p.67)

Nesse sentido, Leal Filho (2003) vê a produção de conteúdo das emissoras públicas como uma oportunidade para a produção de novos programas que fujam dos padrões das emissoras comerciais.

Esse é um dos papéis importantes da TV Pública: abrir espaço para os produtores e, especialmente, para a criatividade, para não ficar repetindo os mesmos modelos que a TV comercial adota. A isso se associa o papel crítico em relação à própria televisão. Só a emissora pública pode fazer isso, analisar a si mesma, analisar a própria televisão e, o mais importante, oferecer ao público programas de qualidade em toda a sua grade horária, e não só em alguns momentos, como fazem esporadicamente as redes comerciais. (LEAL FIHO, 2003, p.85)

A produção de programas com qualidade e padrões diferenciados das emissoras comerciais se torna um desafio diante de laços fortes que as televisões educativas possuem com o financiamento e dependência do poder público. No livro ‘O desafio da TV Pública’ organizado por Beth Carmona, são apresentados capítulos que discutem as dificuldades que as emissoras públicas enfrentam desde sua fundação. Outro ponto fundamental apontado por Lima é a independência.

A independência da TV Pública depende da independência da estrutura jurídica institucional que a constitui. (...) Tem que lutar para que, em cada estado, se constitua uma estrutura jurídica institucional que dê mais independência às emissoras. De modo que elas não representem o governo circunstancial nem o mercado permanente, mas representem a sociedade e sejam feitas pela e para a sociedade. (LIMA, 2003, p.67)

Essa independência é questionada principalmente quando as emissoras públicas são financiadas pelo poder público. Para Portales (2002), o estatuto da emissora deve apresentar questões quanto à autonomia, para que assim o conteúdo não sofra influências diretas dos mantenedores da televisão.

“O estatuto jurídico da televisão pública é o ponto de partida para entender a sua missão. Se a geração, o controle e a remoção das autoridades dependem diretamente do chefe do governo, a conduta do meio deverá seguir a orientação do governo de turno; estamos falando, portanto, de uma “televisão governamental”. Caso contrário, se no processo de geração de controle e remoção das autoridades da empresa, intervierem órgãos plurais e representativos do Estado, será possível dar autonomia à empresa com relação ao poder e aos interesses imediatos do governo” (PORTALES, 2002, p.128-129)

No mesmo caminho, pensando em relação à autonomia da televisão pública, Bucci (2010, p.5) ressalta que quando a televisão pública está ligada ao poder federal, estadual ou municipal, a crítica em relação a esses poderes está comprometida. E conseqüentemente à informação jornalística se torna limitada. As emissoras públicas “só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos” (BUCCI, 2010, p. 5).

Para Carvalho (2016), as emissoras que deveriam fiscalizar os governos acabam por atuar com cumplicidade com esses poderes, conseqüentemente ocorre uma ausência de senso crítico em relação à política do país, não cumprindo o papel das televisões em proporcionar um debate democrático e sem amarras mercadológicas ou políticas.

Em 2007, ocorreu o ‘I Fórum Nacional de TVs Públicas’, onde representantes de emissoras Públicas, Educativas, Culturais, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, além de membros da sociedade civil e de movimentos sociais, profissionais da cultura, comunicadores, acadêmicos e telespectadores discutiram princípios que as emissoras já citadas deveriam seguir. Uma carta foi redigida para conhecimento público desses preceitos e dentro eles estão alguns tópicos relacionados à programação e autonomia:

- ✓ A TV Pública promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia;
- ✓ A TV Pública deve ser instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;

- ✓ A TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis;
- ✓ As diretrizes de gestão, programação e a fiscalização dessa programação da TV Pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o Governo não devem ter maioria;
- ✓ A programação da TV Pública deve contemplar a produção regional.

Para Laurindo Leal Filho (2007), além desses compromissos citados na carta, o financiamento da emissora reflete na qualidade da sua programação. O ideal seria que as televisões fossem mantidas por várias fontes de financiamento e o Estado sempre estivesse presente para garantir a viabilidade e a permanência do projeto. No entanto, Leal Filho lembra que só o financiamento não garante uma televisão pública de qualidade, mas que teria que ter uma participação maior do que ele chama de ‘criadores brasileiros’, onde a criatividade seria central para transformar a emissora pública.

O livro “Sistemas públicos de comunicação no mundo - Experiências de doze países e o caso brasileiro”, publicado em 2009, discute o modelo de mídia pública em 13 países, incluindo o Brasil. Para os autores Moyses, Valente e Pereira da Silva (2009) o caso brasileiro precisa ser discutido em cinco situações: legitimação; gestão, autonomia e participação; distribuição; programação e financiamento.

O primeiro tópico na questão da legitimação, os autores destacam que a expressão “sistema público” ainda é uma ideia nebulosa e acaba se confundindo com a mídia estatal. Mas essa confusão ocorre porque a mídia pública ainda não deixou clara para a população quais são suas missões, fins e a razão de existência e contribuição para a sociedade. O segundo tópico que corresponde à gestão, Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009) explicam que a mídia pública necessita ser independente do mercado e dos governos. “Para que isso ocorra deve haver maior participação de segmentos da população na gestão do sistema e dos seus principais operadores, de modo que as diretrizes e os conteúdos respondam aos anseios da sociedade” (MOYSES; VALENTE; PEREIRA DA SILVA, 2009, p.311).

No tópico distribuição, os autores trazem dois pontos cruciais para o sistema de televisão educativa: a oferta de conteúdos para a população e o sinal de abrangência. Referindo ao sistema tecnológico que a emissora possui para conseguir produzir conteúdos de

interesse para os cidadãos e até onde esses conteúdos podem chegar com os transmissores de sinais das televisões.

Os tópicos programação e financiamento estão diretamente ligados entre si. Para Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009) o financiamento influencia diretamente na produção de conteúdos de qualidade para constituírem a programação de uma televisão pública. Nesse sentido, eles destacam que a segmentação da programação para públicos específicos, que poderia ser um forte atrativo nas emissoras públicas, fica comprometida. Pois esse tipo de produção depende de recursos substanciais e as televisões públicas em sua maioria operam com baixo orçamento. “O financiamento é elemento-chave para qualquer sistema público de comunicação. Ele condiciona a independência, a amplitude da distribuição e as condições de produção e veiculação de programação” (MOYSES; VALENTE; PEREIRA DA SILVA, 2009, p.318).

A Televisão Educativa de Ponta Grossa, portanto, pode ser questionada a partir desses pontos citados pelos autores. A problemática da pesquisa se refere às características das notícias do telejornal que a emissora transmite. O ‘Jornal da Educativa’ produz notícias locais de Ponta Grossa e eventualmente de cidades da região dos Campos Gerais.

Coutinho e Martins (2008) propõe uma discussão sobre o vínculo do telejornal local com a população. Para os autores, a produção dos telejornais acaba se adaptando a realidade da cidade que estão inseridos para valorizar a cultura e olhar do morador do município.

O telejornal local é um mediador entre o receptor e a cidade, uma vez que o telespectador se conecta a ela através do telejornal; partilha e assiste pela tela da televisão as histórias de cidadãos como ele, e que vivem problemas semelhantes aos seus. (...) pode influenciar o sentimento de pertencimento do cidadão, de reconhecimento por ele do que seria o seu espaço público; o telespectador que assiste ao telejornal local se identifica com o que está vendo porque a notícia da cidade apresentada na tela efetivamente faz parte da sua vida cotidiana. (COUTINHO; MARTINS, 2008, p. 3 e 4)

O telejornal local tem papel fundamental para a difusão de informação do lugar que está sendo produzido. Peruzzo (2005) explica que o jornalismo local/regional começou a se tornar destaque na metade dos anos 1990, com temas direcionados para as comunidades próximas, onde os cidadãos podiam se ver representados nos meios de comunicação. Nesse contexto, Fernandes (2010) reforça a ideia de que a população se sente mais próxima do assunto noticiado no telejornal regional.

O telejornalismo regional é uma área pouco conhecida pelos brasileiros. É nele que as notícias sobre o dia a dia da população são apresentadas, tornando a informação mais próxima de quem o assiste e preservando a identidade do local e da comunidade. Neste contexto, o público tem a oportunidade de ver sua rotina na TV e de conseguir, talvez, uma possível explicação para suas indagações ou se sentir mais próximo de seus direitos (...) As notícias veiculadas nesse telejornal possuem características adequadas e coerentes para atrair o telespectador, ou seja, são informações que possuem raízes locais contextualizadas em assuntos globais e que possuem interesses para a comunidade” (FERNANDES, 2010, p. 21)

Portanto, as características do telejornal local devem corresponder com a realidade e com a cultura que a emissora está inserida. Para Peruzzo (2005), o telejornal local tem a oportunidade de mostrar as características da cidade, bairro, vila, pois está inserido no sistema de jornalismo de proximidade, onde “as pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural” (PERUZZO, 2005, p.7).

Bazi (2001) lembra que as emissoras regionais usam a produção local de seus programas e conteúdos para sobreviverem “e, ao mesmo tempo, obterem credibilidade junto às comunidades em que atuam” (BAZI, 2001, 87). Além disso, o autor analisa que o jornalismo local tem o compromisso de informar corretamente o cidadão e que a emissora é cobrada diariamente sob a forma de audiência que se torna cativa e fiel.

Outro ponto importante questionado por Peruzzo (2005) é a relação do jornalismo local e a política do município. A autora acredita que os laços políticos podem interferir na qualidade da informação.

Na prática, o jornalismo local vem revelando algumas tendências. Os laços políticos locais tendem a ser fortes e a comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia. Claro que não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela parece que essas relações se tornam mais explícitas, justamente porque as possibilidades de confronto entre o fato e sua versão, por parte do leitor, são mais fáceis de acontecer (PERUZZO, 2005, p.78).

Nas emissoras públicas, a interferência política local é percebida através dos conteúdos veiculados nos telejornais e na programação da televisão. Como na maioria das vezes as televisões educativas são financiadas por governos, tanto na esfera federal, estadual e municipal, o comprometimento da informação jornalística é questionado o tempo todo. Para Kotscho (2003), as televisões públicas não devem apenas divulgar nos telejornais as ações dos

governos e sim abrir espaços para que a sociedade participe e possa se manifestar. O autor ainda ressalta que as emissoras devem ter preocupação com a audiência pensando no público que elas podem atingir.

Jornalismo público é um serviço para o público, não é um simples *press-release* do governo, ou laboratório de experimentação para quem não se preocupa com a audiência. Temos que nos preocupar com a audiência, sim, como qualquer profissional de emissora comercial, pelo simples e bom motivo de que nosso trabalho terá tanto mais sentido quanto maior for o público atingido. (KOTSCHO, 2003, p.77)

Essa afirmação de Kotscho contraria o pensamento de Iluska e Oliveira Filho (2016), que ressaltam que as televisões públicas, por serem mantidas com verbas governamentais não deveriam ter a pressão mercadológica em relação à programação televisiva, e sim, a preocupação de representar diferentes camadas da sociedade. Mas é exatamente essa dependência financeira dos governos municipais, estaduais e federais que vários autores questionam em relação à independência da informação jornalística. Para Bucci (2010), Peruzzo (2005) e Lima (2003), as televisões públicas representam o governo que está no poder e esquecem de representar os cidadãos e conseqüentemente a emissora perderia seu sentido, já que segundo os autores as televisões públicas devem existir para representar as diferentes camadas da sociedade e não se tornarem publicitárias para os governantes.

Outro ponto caro às televisões educativas diz respeito ao financiamento especialmente em cenários de restrição orçamentárias. Neste quadro, o debate se volta aos conteúdos publicitários permitidos ou não. Desde o primeiro decreto que regulamentava as atividades do serviço de radiodifusão, determinava que não seria permitido ser veiculados comerciais publicitários, apenas conteúdos educativos culturais. Importante ressaltar que, em 1998, o que a Lei nº 9.637 estabelecia.

“As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos” (BRASIL, 1998, LEI Nº 9637)

Carvalho (2003, p.7) conta que, na tentativa de igualar a qualidade do conteúdo e produção das televisões comerciais, as emissoras educativas necessitavam de dinheiro e por isso uma adequação feita na legislação dos apoios culturais mudaria a arrecadação dessas emissoras. No ano de 2005, o então Deputado Federal Rogério Teófilo, sugeriu nova

regulamentação para publicidade nas televisões educativas. A Lei nº 5.396/1998 passa a permitir apoios culturais nos intervalos dos programas das emissoras educativas, mas que veiculação das publicidades não pode ultrapassar 15% do total da programação da TVE. Para Leal Filho, se o modo de financiamento das emissoras públicas fosse repensando não necessitaria do uso da publicidade, que segundo o autor, não deveria fazer parte de uma televisão pública.

Do ponto de vista do financiamento, nenhuma das alternativas hoje existentes deveria deixar de ser considerada, com exceção do anúncio comercial, que, a meu ver, é incompatível com a linguagem da televisão pública. O apelo ao consumo, conquistado através da emoção do anúncio comercial, é inconciliável com a programação mais reflexiva, balizadora do modelo público (LEAL FILHO, 2003, p.83)

Na Televisão Educativa de Ponta Grossa, os apoios culturais são vendidos de acordo com a procura de empresa e organizações. O preço é calculado conforme o horário e programação veiculada: um programa local ou da TV Cultura de São Paulo. O preço mensal para três inserções diárias giram em torno de R\$ 1.500, valor calculado para um programa de produção local²².

Em dezembro de 2011, o Ministério Público Federal (MPF)²³ acionou a TVE de Ponta Grossa por exibir publicidade irregular no programa ‘JB Urgente’. Segundo a ação, o programa veiculava preços e promoções de várias marcas, o que é proibido pela legislação das emissoras educativas. O documento do MPF também relatava que o apresentador do programa usava a TVE para se promover pessoalmente com objetivos políticos. O programa foi retirado do ar em fevereiro de 2012.

Coltro (2003) chama a atenção para um fator que ela considera importante na escolha das pautas do jornal local: o jornalista. De acordo com a autora, “o jornalista cumpre seu papel social de fiscalizador do poder público e é na escolha das pautas que esse papel tem início” (COLTRO, 2003, p.119). Para ela, o cidadão quer ver nas pautas diárias do telejornal os problemas que estão próximo a ele, o que facilitaria a cobrança da população para com o poder público e tornaria o jornal um instrumento de prestação de serviço. Para Costa Filho (2006) o jornalista que trabalha em um modelo público de comunicação deve romper suas

²² Informação obtida através de entrevista com o ex-diretor administrativo da emissora, Alexandre Machado.

²³ ‘TV Educativa é alvo do Ministério Público’. Disponível em:

<<http://www.diariodoscamos.com.br/cidades/2011/12/tv-educativa-e-alvo-do-ministerio-publico/995379/>>
Acessado em: 15/02/2017

barreiras sociais e profissionais e ver além do que existe ao seu redor. O profissional deve saber qual é a demanda da sociedade, quais são seus problemas, questões, conflitos, soluções, para que possa mergulhar nesse universo e construir a notícia com o caráter do tão almejado Jornalismo Público.

Assim, a proposta de jornalismo público envolve também um peso maior para assuntos de abrangência local, resgatando os laços de comunidade por meio não apenas da apresentação de fatos relevantes na região, mas também da criação de uma rede de telespectadores que busquem resgatar a cidadania, a solidariedade, o interesse pelo outro e pela comunidade, além do interesse e compreensão dos fatos que possam ter relevância nas esferas pública e social em rede mundial. (GARCIA, 2011, 104)

Portanto, entender as características das notícias do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa é também entender o que os jornalistas e a direção da emissora elegem como importante e essencial para transmitir ao cidadão. Podemos perceber qual é a política editorial do veículo e perceber de que maneira o financiamento e a independência (se ela existe) interferem/aparecem no conteúdo jornalístico da TVE.

1.7 Analisando a TVE de Ponta Grossa por cinco eixos

Esse tópico se dedica a analisar a TV Educativa de Ponta Grossa por meio de cinco eixos apontados pelos autores Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009). Os autores trazem casos de televisões públicas de 13 países. Para eles, as televisões brasileiras públicas devem ser vistas em cinco tópicos: legitimação; gestão, autonomia e participação; distribuição; programação e financiamento. Cada tópico trará questionamentos dos autores e relatos de como se constitui atualmente a TVE de Ponta Grossa.

Os tópicos sugeridos pelos autores se relacionam com a problemática da pesquisa e assim se propõe questionar e tencionar o debate sobre os aspectos apontados a seguir. Além disso, outros autores como Lima, Hoineff, Leal Filho (2003) também apontam esses temas a serem debatidos quando se fala de televisão pública.

1. *Legitimação*: Para os autores a legitimação está ligada essencialmente com a visão que a sociedade civil possui da emissora. Lembrando que a TVE de Ponta Grossa é fundada tardiamente em relação a outras emissoras do município, portanto para obter preferência ou ser uma alternativa da televisão comercial para o público se torna uma tarefa mais difícil. Além disso, os autores apontam que a população não é estimulada a pensar e a assistir os

conteúdos que são apresentados nas emissoras públicas. Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009) apontam algumas soluções para que a televisão pública possa ser legitimada pelo público: oferta do sinal ao maior número de pessoas; a promoção da participação da sociedade; a implementação de políticas que espelhem a pluralidade e a diversidade brasileira em todas as suas formas (cultural, étnica, de gênero, de classe etc.) e a construção de uma programação que seja diferenciada.

2. *Gestão*: Segundo os autores esse elemento é fundamental para o bom funcionamento da emissora pública. Na TVE de Ponta Grossa a gestão é realizada pela Funepo. O quadro de funcionários da emissora conta com servidores concursados e comissionados (nomeados pela Prefeitura Municipal). O presidente da Funepo, Fernando Rohnelt Durante, foi indicado pelo Prefeito Marcelo Rangel e também exerce o cargo de Presidente da Fundação de Cultura do município. Como vimos em relato de um funcionário da emissora, a gestão da Prefeitura não é a mais tranquila possível. Com repasse de verba atrasada, tentativa de fechamento da emissora, além da falta de interesse do poder público em investir em equipamentos e concurso público.
3. *Autonomia e participação*: Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009) destacam que a autonomia de uma emissora pública está ligada ao financiamento dessa televisão. A TV Educativa de Ponta Grossa é financiada com verba municipal da Prefeitura e, além disso, vende espaços na grade horária local para pessoas que quiserem produzir programas que se encaixem na proposta de televisão pública educativa. Esses programas são aprovados ou não pelo Conselho de Programação que é formado por membros do Conselho de Curadores da TV. A emissora também pode vender espaços publicitários dentro da lei já citada no tópico da publicidade das televisões educativas. Quanto ao tópico participação, os autores se referem ao Conselho Curador da emissora pública. Em Ponta Grossa, o Conselho de Curadores é composto por membros representantes de diversos setores da sociedade, mas a participação dos conselheiros ainda é abaixo da esperada. Todos os meses há reuniões para discutir questões pontuais da TV Educativa de Ponta Grossa e por vezes a reunião não ocorre por falta de quórum. Já a participação popular fica restrita em forma de sugestões de notícias e programas.
4. *Distribuição*: Nesse tópico se discute a abrangência do sinal da TV Educativa de Ponta Grossa. Segundo informações repassadas pela emissora, o sinal da TV atinge oito cidades: Ponta Grossa, Ipiranga, Carambeí, Imbituva, Irati, Palmeira, Castro e Teixeira Soares. Segundo o operador de VT²⁴, o sinal da emissora não chega em todos os lares em Ponta

²⁴ Idem nota de rodapé 11.

Grossa e região porque os transmissores já estão defasados e teria que ser investido em tecnologia para que o sinal abrangesse mais domicílios e mais cidades da região. O sinal da emissora foi digitalizado em janeiro de 2018 e agora o canal é 58.1.

5. *Programação e financiamento*: A programação da TV Educativa passou por reformulações desde o começo de 2018. O telejornal da emissora voltou a ter duas edições. E a grade de programação local aumentou: 18 programas no total. Além de, pequenas intervenções nos intervalos com informações de saúde, turismo, cultura, entre outros temas. No tópico financiamento, como já destacado, a emissora depende de verbas municipais e conta eventualmente com dinheiro de programas locais produzidos na emissora e verbas publicitárias. Para Moyses, Valente, Pereira da Silva (2009) o financiamento é a chave da emissora pública. Para se ter uma gestão independente de amarras políticas, autonomia, programação de qualidade, distribuição do conteúdo e conseqüentemente a legitimação da sociedade, só será possível quando os modelos de financiamento das emissoras públicas forem repensados. Os autores sugerem algo que já é feito em outros países como Portugal, Austrália e Colômbia, onde se criou fundos públicos para a comunicação pública do país. Os impostos recolhidos têm uma destinação certa para financiar as emissoras públicas, o que poderia desvincular a dependência direta dos governantes.

Nesse capítulo vimos a história do surgimento da TV Educativa de Ponta Grossa e os impasses que a emissora viveu desde sua fundação. Por vezes, o poder municipal não considerou a importância que a TV possui na cidade e tentou fechá-la. Atualmente, a televisão passa por reformulações na programação, além da transição já concluída para o sinal digital. Com essa análise por cinco eixos da emissora, percebemos que a TVE de Ponta Grossa tem um modelo próprio de gestão, e que essas peculiaridades refletem o modo de fazer jornalismo. Como veremos a seguir, o telejornalismo de emissoras públicas devem ou deveria seguir certas premissas. Através da análise do telejornal, perceberemos até que ponto o ‘Jornal da Educativa’ segue padrões telejornalísticos e quais são suas particularidades.

CAPÍTULO 2 – Construção das notícias no (tele) Jornalismo Público

Nesse capítulo será abordada a parte teórica da pesquisa de dissertação. Em um primeiro momento, abordaremos o caminho teórico percorrido que parte dos autores que discutem como a realidade é construída pelas notícias jornalísticas, como Guerra (2008), Wolf (2009) e Gadini (2007). Em segundo momento, buscamos entender os critérios de noticiabilidade que o jornalismo, telejornalismo e o telejornalismo público apresentam nas notícias de uma televisão educativa.

2.1 A realidade construída pelas notícias jornalísticas

“O jornalismo se constitui numa atividade fundamental porque será através da notícia que tais ocorrências farão parte do mundo na condição de realidade, portanto, como ponto de referência para os sujeitos se orientarem socialmente” (GUERRA, 2008, p.60). Com a frase do professor Josenildo Guerra inicia-se o debate em que as notícias são essenciais para o cidadão se orientar no mundo, bem como pontua Gentili (2005), ressaltando que as pessoas precisam de acesso à informação pública para exercer seus direitos de reivindicar o poder político e o exercício pleno dos direitos da cidadania.

Se o jornalismo na sua essência está preocupado em orientar e incentivar os cidadãos a exercerem seus direitos, as premissas da televisão pública vão ao encontro dos fundamentos com as bases do jornalismo. “A televisão pública acaba sendo, hoje, um decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias, onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 57). Para o autor, as emissoras públicas têm caráter e missões diferentes das televisões comerciais e podem abrir espaço para o cidadão se sentir representado e ter voz na sociedade.

Para o professor Guerra (2008, p.55), a notícia como parte da construção da realidade se caracteriza por três pontos: quando o repórter se volta para a realidade e acaba por dar um investimento subjetivo aos fatos que conhece; a cultura e a sociedade em que o repórter vive lhe dão um direcionamento para ver os assuntos de uma determinada maneira; a estrutura de trabalho em que o repórter está inserido também direciona o seu olhar para o fato.

Portanto, a construção da notícia até a sua publicação é influenciada por vários fatores, desde a formação pessoal do jornalista até a estrutura da empresa em que o profissional atua.

Essa percepção se conecta com uma das problemáticas do presente trabalho. Entender como a estrutura da Televisão Educativa de Ponta Grossa influencia na produção da notícia final que é transmitida ao telespectador. No quadro de funcionários da emissora, apenas dois são jornalistas concursados. Um deles atua como pauteiro²⁵, João Carlos Dias de Oliveira, e relata as condições de trabalho que condicionam sua escolha de pautas.

“Produzo em média três pautas por dia. A outra funcionária (comissionada) também produz essa média. Como são duas equipes de reportagem e apenas um carro que é antigo e não pode percorrer estradas de chão, entre outros fatores, o critério que temos de escolha de pautas são assuntos factuais que podemos cobrir. Acompanhamos os jornais impressos e televisivos, além disso, cobrimos muitos assuntos que chegam através das assessorias de imprensa” (OLIVEIRA, 2016)

O relato do jornalista só reitera os apontamentos de Guerra (2008), a formação do profissional e as condições de trabalho irão direcioná-lo a construir uma determinada realidade através das notícias.

Os meios de comunicação assumem papel fundamental em publicar as notícias para os cidadãos para que eles saibam o que está ocorrendo no mundo. “A notícia portanto faz o acontecimento existir como realidade ao dizer que este acontecimento se realizou” (GUERRA, 2008, p.71). O autor (2008, p.89) conclui que a sociedade demanda informações confiáveis e que delega essa tarefa de transmitir essas notícias para o jornalismo, que deve divulgar os fatos respeitando as regras jornalísticas e também a sociedade. Os autores citados destacam a importância e o papel social que a notícia tem, sendo fundamental que o cidadão se informe para viver na sociedade, podendo formar sua opinião através dos meios de comunicação.

Dentre os meios de comunicação, a televisão se tornou popular nos lares brasileiros e os telejornais se tornaram referência para tomar conhecimento sobre o que estava ocorrendo perto ou longe das casas. Na estreia da televisão brasileira, na TV Tupi, já se transmitiu o primeiro telejornal, nomeado “Imagens do Dia”. Mello (2009) aponta que o telejornal passava imagens brutas dos fatos (sem cortes) e não tinha um tempo de duração determinado. A popularidade do telejornal ficou vinculada a estrutura em que as emissoras proporcionavam para a produção das matérias e para os apresentadores, como bem aponta Souza e Santos (2011, p.2): “os noticiários televisivos ganharam credibilidade e audiência apenas alguns anos depois, quando os recursos técnicos e os profissionais foram se aprimorando”. Portanto, o

²⁵ Entrevista concedida a autora, em 24 de outubro de 2016.

telejornal se tornou o principal programa da televisão para levar até as pessoas o que estava ocorrendo no Brasil e no mundo.

Gadini (2007) debate o jornalismo como um mecanismo da construção social da realidade por vários ângulos. Traz autores com diferentes perspectivas e estudos para tentar entender paradigmas da produção de notícias no contexto da teoria do “espelho”, teoria do gatekeeper, teoria organizacional, teorias de ação política e as teorias da notícia como construção social. Para o presente trabalho, o foco é na discussão que o autor traz em torno da construção da realidade. Gadini (2007) traz conceitos dos autores Alsina (1989), Alfred Schütz (1979), Berger e Luckmann (1987), Gaye Tuchman (1983) para dialogar com ideia de que as notícias jornalísticas fazem parte do cotidiano das pessoas. Para Alsina, a notícia é a construção social da realidade cotidiana que se manifesta em um mundo possível. Já Tuchman foca nas rotinas produtivas como parte desse processo de construção da notícia, onde espaço, tempo e fontes determinam o que será noticiado. O autor do texto ressalta que a estrutura de trabalho e rotinas produtivas acabam por determinar o que se torna notícia e que tal fato pode fazer parte de uma estratégia editorial. “É nesse sentido que se pode dizer que todo produto jornalístico “tráfica” e publiciza imagens da realidade social, à medida que o mesmo é identificado, consumido e apropriado pelo público” (GADINI, 2007, p.87).

O jornalista deve pensar se conseguirá atrair a atenção do público. Não só é necessário que o tema seja considerado importante ou interessante por parte do jornalista, mas também deve ficar em sintonia com o que o público possa vir a considerar também como importante ou interessante. (...) Basicamente toda produção informativa se reduz a dois processos: o de seleção e hierarquização. Trata-se de selecionar a informação e de determinar a importância de cada uma das informações, estabelecendo assim, sua hierarquização (ALSINA, 2009, p.184-185)

Portanto, o telejornalismo tem papel essencial na construção social da realidade, evidentemente observando suas limitações. Cada telejornal reproduzirá uma determinada realidade para uma determinada audiência, mas que fará parte do cotidiano do telespectador.

2.2 Os valores-notícia da televisão educativa

Nesse tópico abordaremos os conceitos de valor-notícia e critérios de noticiabilidade para entendermos e problematizarmos as características noticiosas da Televisão Educativa de Ponta Grossa. A notícia assume centralidade no debate a respeito do jornalismo. Desde Groth que a notícia tem lugar importante no entendimento do que é jornalismo e de como ele se

realiza. Sendo assim, para o desenvolvimento deste trabalho dissertativo que está preocupado em identificar e compreender, entre outras questões, as características do telejornalismo da TVE de Ponta Grossa, a reflexão em torno do que é notícia e de por que elas são o que são torna-se relevante.

A discussão sobre valores notícia e critérios de noticiabilidade é amplamente discutida por diversos autores em diferentes épocas e com diferentes conceitos. No livro “Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações”, de 2014, no capítulo 3, a autora Gislene Silva traz um compilado de valores-notícia de vários autores: Nelson Traquina, Mauro Wolf, Michael Kunczik, Manuel Carlos Chaparro, Mário Erbolato e Nilson Lage.

Silva (2014) explora essa diferenciação de conceitos na tentativa de apontar caminho de estudo desses valores.

Ora, ao tratar jornalisticamente os fatos na produção material da notícia, a seleção e hierarquização recorrem sim aos valores-notícia. Mas estes agem aqui apenas como uma parte do processo, pois nessas escolhas sequenciadas entrarão outros critérios de noticiabilidade, como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público alvo etc. Valores-notícia, as características do fato em si, em sua origem, são somente um subgrupo de fatores agindo juntamente com esse segundo conjunto de critérios de noticiabilidade, relacionados agora ao tratamento do fato. (SILVA, 2014, p. 98).

Portanto, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade são conceitos diferentes, mas que trabalham articuladamente. Silva (2014) cita o estudo de Campbell para concluir que “os valores notícia determinam a seleção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, a seleção de fatos noticiosos também determina os valores-notícia. Ou seja, valores-notícia seriam causa e consequência da seleção” (SILVA, 2014, 106).

Traquina (2005) define o processo que leva a notícia a ser publicada, o que ele chama de esquema geral da previsibilidade das notícias.

“Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possui valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor notícia” (TRAQUINA, 2005, p.63)

Para entender o conceito de valor-notícia e o que ele contribui para a nossa pesquisa relativo às características das notícias do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa, nos

aprofundaremos no capítulo 2 do livro já citado, escrito por Josenildo Luiz Guerra e também no livro “Teorias da Comunicação” de Mauro Wolf.

Guerra (2014) acredita que qualquer atividade jornalística fala para uma audiência. Nesse sentido, os valores-notícia funcionam como idealizações do espectador real, onde os jornalistas se esforçam para se adequar a interesses dessa audiência (GUERRA, 2014). Entender a audiência permitiria aos jornalistas e as empresas um planejamento melhor de trabalho.

Guerra divide em dois tipos os valores-notícia: de referência e potenciais. Interessamos o valor-notícia de referência que possui dois eixos: o primeiro é “a necessidade de justificar-se e validar-se junto às expectativas da audiência” e o segundo “a necessidade de operacionalização (eficácia) decorrente da capacidade organizacional instalada para efetivamente dar conta (eficácia) de um determinado conjunto dos valores notícia de referência” (GUERRA, 2014, p.46).

Esses eixos permitem que a organização jornalística desenvolva a capacidade de aplicação dos valores-notícia e conseqüentemente, a empresa precisa justificar suas escolhas para que o público/audiência possa avaliar o trabalho demonstrado pela mesma.

Nesse sentido, Wolf (1995) reforça os pressupostos que levam a determinação dos valores-notícia: características das notícias; disponibilidade do material; público e concorrência. Os dois autores citados chamam a atenção para essa organização do que é considerado notícia pelo meio de comunicação e sobre a expectativa da audiência do público.

A emissora pesquisada no presente trabalho tem por missão valores diferentes daqueles praticados por instituições comerciais. Como já vimos em tópicos anteriores, as emissoras educativas objetivam a geração de conteúdos com características educativas, culturais e informativas. Conseqüentemente, a expectativa do público e os valores para definir o que é notícia devem ser notoriamente diferentes da televisão comercial.

Para construir e entender os valores-notícia da TV Educativa de Ponta Grossa, podemos partir de três especificações: a legislação no âmbito federal, o estatuto da emissora e as discussões teóricas sobre (tele) Jornalismo Público.

Entendemos que os valores-notícia fazem parte de um processo complexo da organização jornalística. Sendo assim, cada produto jornalístico se enquadra em diferentes valores e distintas perspectivas jornalísticas. “Um conjunto complexo de variáveis

econômicas, políticas e, sobretudo, socioculturais que são decalcadas nos processos de seleção dos acontecimentos e de construção da narrativa noticiosa” (SILVA, 2014, p.119).

A seguir, apresentam-se três quadros que indicam requisitos de uma produção telejornalística em uma emissora pública e educativa.

Quadro 1 - Legislação do Código Brasileiro de Telecomunicações

Respeito à constituição; responsabilidade no trato da informação; responsabilidade política; respeito à diversidade; isenção; compromisso com as questões sociais; respeito aos órgãos governamentais e busca pela verdade.

Os meios de comunicação brasileiros devem respeitar primeiro a legislação do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. Os requisitos citados no quadro acima estão baseados no artigo 53 que foi adicionado ao código em 1968. A legislação não difere televisão comercial e pública.

Essas regras demonstram a preocupação com a qualidade e responsabilidade que os meios devem ter transmitirem/publicarem as notícias. A partir desses apontamentos da legislação, podemos relacionar valores-notícia que fazem parte dessa categoria do Código Brasileiro de Telecomunicações. Os valores foram elencados a partir do quadro de valores-notícia que autora Gislene Silva (2014) montou. Conforme indicações de autores que determinaram requisitos que as notícias devem ter ao serem divulgadas pelos meios de comunicação, apontamos valores que mais aparecem na lista dos autores.

1. proximidade
2. novidade
3. consequência
4. relevância
5. identificação pessoal

Quadro 2 - Estatuto da Funepo

Defesa e aprimoramento da pessoa integral humana; valorização dos bens constitutivos da nacionalidade brasileira no contexto da compreensão dos valores universais; valorização das peculiaridades nacionais, regionais e do folclore regional, do Estado e do País; criação, produção, distribuição e difusão de produtos culturais, educativos, artísticos e informativo e promoção e a conscientização pública para proteção do meio ambiente.

O Estatuto da Funepo que regula as atividades da Televisão Educativa de Ponta Grossa não faz referência sobre o conteúdo que deve ser exibido pela emissora. No documento, não há nenhuma especificação sobre o jornalismo da emissora. Dentro do Conselho de Curadores, existe o Conselho de Programação que acompanha a programação da TVE. Igualmente, não há nenhum documento que determine um padrão e especificações ao que é veiculado na TVE.

Baseado no quadro acima do estatuto, podemos compreender princípios/temáticas/orientações presentes nas produções jornalísticas da emissora.

1. Valorização da cultura regional/local
2. Diversidade cultural
3. Defesa do meio ambiente
4. Defesa do cidadão

Quadro 3 - (Tele) Jornalismo Público

Pluralidade de vozes; pensar o público como cidadão e não consumidor; participação efetiva do telespectador; debate público; representação de minorias (COUTINHO, 2013)

Transparência de gestão; diversidade cultural; cobertura geográfica e oferta de plataformas; padrão público de jornalismo; caráter público de financiamento; experimentação e inovação de linguagem; padrões técnicos (BUCCI, CHIARETTI E FIORINI, 2012)

O último quadro se refere à discussão da academia sobre o (Tele) Jornalismo Público. Coutinho e Bucci são autores que discutem a função/missão das televisões públicas no país e o que elas devem se diferenciar das emissoras comerciais.

Nesse contexto, Coutinho (2013) enfatiza quais são os objetivos que o Telejornalismo Público deve cumprir.

“(…) a veiculação de explicações aprofundadas sobre a sociedade, assim como sobre os sistemas político e fiscal, que as organiza. É preciso priorizar, ainda, a difusão de interesse público, tendo como parâmetro central a isenção dos relatos e a presença de uma pluralidade de opiniões no material veiculado” (COUTINHO, p.29/30)

Para a autora, esses requisitos da diversidade de vozes e equilíbrio e isenção, são percebidos nas pautas apresentadas pelos noticiários das emissoras públicas. “Essa busca por aprofundamento no

telejornalismo público deveria ocorrer pelo estímulo à dimensão do debate público como parte constituinte dos noticiários” (COUTINHO, 2013, p.31).

Já para Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) que publicaram cartilha de indicadores de qualidade que as emissoras públicas deveriam corresponder, acreditam que o jornalismo é parte fundamental de uma televisão pública. Analisando os requisitos de Coutinho e Bucci, Chiaretti e Fiorini, podemos apontar valores-notícia elencado pelo Telejornalismo Público.

1. Pluralidade de vozes
2. Representação das minorias
3. Participação do cidadão
4. Diversidade cultural
5. Representação geográfica

Essas orientações devem/deveriam participar dos modos de produção dos conteúdos jornalísticos de emissoras públicas na definição do que é notícia. Cabe identificar de que modo e se essas orientações repercutem nos valores noticiosos praticados na TV Educativa de PG. Esse é um processo complexo que recebe interferências de diversos âmbitos e por isso, a notícia pode ser modificada até a sua efetiva publicação/divulgação. A dissertação analisará o produto final, quando as decisões internas e organizacionais já foram tomadas, e o que será analisado efetivamente é a notícia televisionada para o público.

Moreira (2005) acredita que as indicações de Wolf (1995) e Traquina (2005) sobre os critérios de seleção dizem sobre a análise do produto final. “Já os valores de seleção podem ser analisados em um corpus de notícias publicadas, pois referem-se mais às características que tem ou deve ter uma notícia, entendida como um relato publicado” (MOREIRA, 2005, p.38). E é desse ponto que a dissertação parte: entender os valores-notícia do telejornal da Televisão Educativa de Ponta Grossa para determinar suas características noticiosas.

2.3 Conceitos do (tele) Jornalismo Público ideal

Os conceitos do que o jornalismo, telejornalismo e o telejornalismo público devem seguir são amplamente discutidos por autores. Mas na prática nem tudo se apresenta como indica a teoria. Esse tópico traz o debate do (tele) jornalismo ideal e também do telejornalismo público ideal nas televisões públicas e educativas.

“Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informações que precisam para entender o mundo” (KOVACH, 2004, p.226). Para o autor, o jornalismo se concentra primeiramente em fornecer informações corretas para o público. Para Karam (2004) cabe ao jornalismo na sua essência indicar os acontecimentos e as versões que são noticiáveis. “Na própria informação, é necessário que as diversas concepções, versões, culturas e comportamentos estejam presentes” (KARAM, 2004, p.15).

Portanto, os autores defendem que o jornalismo deve noticiar informações que interessem ao público e com pluralidade de vozes. Nesse sentido, os telejornais das televisões públicas também apresentam seus ideais jornalísticos. “Os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização. (...) É preciso priorizar, ainda, a difusão de notícias de interesse público” (COUTINHO, 2013, p.29).

Traquina (2004) aponta que existem dois eixos jornalísticos: o primeiro seria o ideológico, que atua como prestação de serviço público, e o segundo e econômico, que atende aos interesses das empresas jornalísticas. Para Chaparro (2012), o jornalismo e o interesse público possuem uma ligação direta e isso gera expectativas por parte das publicações jornalísticas.

O jornalismo não tem que temer ou desprezar os interesses particulares. Além de legítimos, eles movimentam a engrenagem da atualidade. Porém, como a sociedade espera do jornalismo o relato veraz dos acontecimentos, e a explicação isenta de fatos e contextos, exige-se que os comportamentos do jornalismo tenham motivos vinculados não a algum dos interesses particulares em jogo, mas ao tão falado interesse público - para que, no dia seguinte, a própria atualidade tenha desdobramentos convenientes à sociedade. (CHAPARRO, 2012, p.1 e 2)

Gans (2004) explica que os jornalistas também defendem seu ponto de vista de assunto dentro das rotinas produtivas das empresas. Essa defesa ocorre devido ao compromisso que o jornalista possui com o público, os valores profissionais e éticos entram no momento de defender a pauta. Para Chaparro (2012, p.5) um caso particular pode mostrar interesse público, para revelar a situação de um determinado assunto, por exemplo, uma pauta sobre saúde. “O interesse público não está no fato isolado. Mas o fato isolado pode simbolizar o interesse público, porque manifesta a agressão a um valor (ou princípio) estabelecido como bom pela sociedade. No valor agredido, e não no fato, estão as razões do interesse público”.

Deuze (2005) cita conceitos marcantes da ideologia do profissional jornalista: jornalismo como serviço público, objetividade, autonomia, imediaticidade e ética. O jornalismo como serviço público reivindica ao mesmo tempo a ética do profissional que se compromete com os valores da profissão em informar com imparcialidade e com pluralidade de vozes.

Como vários autores elegem diferentes conceitos de critérios de noticiabilidade, o interesse público de cada notícia pode ser diferente.

Quanto maior o atendimento aos critérios de noticiabilidade a notícia apresentar, mais próxima ela estará de atingir o conceito de interesse público. É impossível afirmar que o uso de um ou outro critério de noticiabilidade na seleção das notícias veiculadas é garantia de que a notícia se encaixa nos delicados e complexos conceitos de interesse público. (ROSSIGNOLLI; ASSÊNCIO; CORDENONSI, 2013, p.5)

Portanto, a avaliação do jornalista para produzir a notícia se mostra essencial para atender aos critérios de noticiabilidade e aos critérios de interesse público. Para Karam (2014, p.22) “o direito à informação, mediados pela atividade profissional dos jornalistas, podem caminhar na defesa da informação como bem público e social”. O jornalismo nesse sentido assume um papel significativo e essencial na sociedade, como representante dos cidadãos, em defesa da democracia, e pautando temas que devem receber atenção da população para formarem sua opinião pública.

Partindo do conceito que o jornalismo tem como principal objetivo informar os cidadãos e estimular a democracia, as televisões públicas educativas tornam o debate ainda mais complexo com o conceito de Jornalismo Público seus fundamentos estão relacionados com o papel da formação política e o comprometimento com membros do público em se verem como cidadãos para atuarem na sociedade civil (ROTHBERG, 2011; NICHOLS et al., 2006).

Pensar em um jornalismo ideal remete a passos que uma notícia deveria seguir para ser publicada. Para Guerra (2008) o trabalho jornalístico é um conjunto de três competências que representarão a capacidade para que a informação inicial obtida seja transformada em notícia que será consumida pela audiência. As competências são: necessidades relacionadas ao conhecimento dos fatos (competência cognitiva); procedimentos adotados tanto com os profissionais quando com as demais pessoas envolvidas na cobertura (competência de conduta) e a elaboração do material do produto que será disponibilizado (competência de

produção). Dessa forma, a notícia produzida pode ser avaliada com um nível de satisfação tanto da organização e dos profissionais, quanto pela sociedade.

A qualidade avaliada no meio de comunicação pode ser definida por dois aspectos: a adequação a padrões previamente definidos pela organização (qualidade interna) e adequação as expectativas do público (qualidade externa). “Sem atentar para os requisitos da qualidade externa, uma organização jamais poderá definir padrões internos satisfatórios” (GUERRA, 2008, p.112). O autor destaca ainda outro ponto de discussão relacionado com a qualidade do jornalismo: os conceitos de valor-notícia e valor notícia de referência. Na visão de Guerra (2014), o valor-notícia representa parâmetros de relevância das expectativas presumidas da audiência, já o valor-notícia de referência se relaciona com expectativas das relações organizacionais de cada empresa.

Nesse contexto, Wolf (2009) elenca três elementos fundamentais do valor-notícia pensando na prática organizacional do jornalista: coleta, seleção e apresentação. “A produção da informação televisiva, é em grande parte, a elaboração passiva de notícias que a redação não pode deixar de dar. A coleta é proporcionalmente factível aos recursos disponíveis” (WOLF, 2009, p.229). Como destacado pelo autor, o profissional elabora a notícia de acordo com os recursos que são oferecidos, o que torna por privilegiar fontes e organizações que produzem mais notícias e estão disponíveis (WOLF, 2009).

Guerra (2008) fecha a ideia da qualidade que cada veículo de comunicação busca através do desempenho. “Quanto mais o trabalho aproximar-se da qualidade buscada, melhor será considerado seu desempenho” (GUERRA, 2008, p.112). E para avaliar o desempenho dois requisitos são colocados: a eficiência e a eficácia. A eficiência pode ser medida de acordo com o nível de satisfação interna da organização jornalística, com base no custo e esforço que a organização empenha para atender aos parâmetros de qualidade como citados no início: relevância e verdade. Já a eficácia é medida o quanto a organização atinge seus objetivos: fazer o que planejou. Para o autor, esses dois requisitos devem andar lado a lado para que o jornalismo de qualidade seja efetivado.

Segundo Guerra (2008), o desempenho da qualidade está ligado ao desempenho profissional. Primeiro, o jornalista estaria ligado à questões morais e como encara sua profissão e outro aspecto é a eficiência e eficácia do trabalho realizado, que reflete no produto final que é a notícia.

A atividade jornalística realiza um trabalho, através dos recursos técnicos de que se dispõe, a fim de cumprir determinado objetivo, que no caso específico consiste em reportar os fatos. E produz as notícias como fruto do seu trabalho e resultado do seu objetivo. No âmbito dos conceitos verdade e relevância com as quais operando essa descrição do fenômeno jornalismo, as notícias são compatíveis com o objetivo estabelecido e o trabalho realizado. Nem sempre, claro, mas num índice de eficiência e eficácia capaz de garantir aos órgãos de informação uma credibilidade que os sustente, literalmente” (GUERRA, 2008, P.117)

As afirmações de Guerra fornecem base para determinar o que é um jornalismo de qualidade ideal e alguns de seus parâmetros, bem como implicações que os jornalistas passam (pressões editoriais, estrutura de trabalho) para produzir a notícia que será consumida pelos cidadãos.

Dessa forma, procura-se entender o que é de fato praticado pela TV Educativa de Ponta Grossa no âmbito do jornalismo ideal e o que se difere dessas características apresentadas que fazem parte da essência das televisões públicas e educativas.

2.4 Características teóricas-metodológicas do telejornalismo

Os telejornais estiveram presentes nas emissoras desde a fundação da televisão brasileira. Se no começo eram produzidos de forma precária e apresentação de forma improvisada, com o passar dos anos ganharam espaço no horário nobre das emissoras brasileiras. Para Pereira Jr. (2003, p.12), os telejornais ocupam espaço significativo na vida das pessoas e ajudam a construir a imagem da realidade. “Acreditamos que buscar entender como eles são construídos, contribui para o aperfeiçoamento democrático da sociedade” (PEREIRA JR, 2003, p.12).

Para entendermos as características noticiosas do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa, precisamos entender as características do telejornal brasileiro e os elementos fundamentais que o constituem. A televisão é meio de comunicação mais visto pela população brasileira, o que torna o jornalismo televisivo “o mais simples, cômodo, econômico e acessível para conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e como se transforma a sociedade” (PEREIRA JR, 2003, p.90). O autor conclui que a informação televisiva seria um bem público.

Portanto, as notícias do telejornal adquirem uma responsabilidade em informar o cidadão dentro dos padrões jornalísticos estabelecidos. Esses padrões podem ser determinados em vários âmbitos: legislação, normas da empresa, ética profissional, entre outros.

Maciel (1995) lembra que o não se pode esquecer que o elemento principal de uma notícia na televisão é a imagem. O jornalista deve produzir um texto que complemente a imagem transmitida. “Tem de informar de maneira direta, clara e objetiva, pontuando com um ritmo adequado a imagem que o vídeo mostra” (MACIEL, 1995, p. 44). Portanto, entende-se que para entender as características de um telejornal, as imagens que são televisionadas devem ser analisadas, já que é um dos elementos principais da notícia do telejornal.

O autor relata que a notícia jornalística deve informar de forma objetiva. O conceito da objetividade no jornalismo é debatido por diversos autores. Para Pereira Jr (2003), os procedimentos que os jornalistas adotam diariamente nas redações brasileiras acabam se justificando, com o que ele chama de um dos mitos da atividade jornalística: a objetividade. Para ele, esse mito protege os profissionais dos seus erros e críticas. Nesse sentido, Castro (2012) aponta que os telejornais buscam essa objetividade e certo distanciamento, mas por um interesse comercial acabam querendo se auto promover para o público na busca de audiência.

A discussão da objetividade elenca outros elementos que compõem as notícias jornalísticas, ou deveriam compor. Sponholz (2003) faz uma discussão de como a objetividade é entendida no jornalismo e conclui que “exatidão e precisão, pode-se falar também em objetividade jornalística, no sentido de que o jornalista deve levantar informações de maneira mais exata e precisa quanto possível” (2003, p. 114). Para a autora, o texto jornalístico que traz informações exatas e precisas contribui para a busca da realidade e faz com que o jornalista se aproxime do fato.

Sponholz (2003) traz mais elementos que são cobrados nas coberturas jornalísticas: neutralidade ou imparcialidade e pluralismo. Esses conceitos são questionados diariamente pela população que assiste aos telejornais e pelos próprios jornalistas.

A noção de objetividade como neutralidade ou imparcialidade e pluralismo envolve tanto a objetividade jornalística quanto a objetividade textual, ou seja, tanto a possibilidade ou o “dever” de o jornalista abdicar do seu ponto de vista e ouvir defensores de pontos de vista variados quanto o de seu texto apresentar opiniões diferentes de maneira equilibrada e não tendenciosa (SPONHOLZ, 2003, p.115)

A autora destaca que a exigência da imparcialidade é no sentido da função que o jornalismo pode exercer através dela e a pluralidade “responde à necessidade de que o jornalismo seja o espaço em que diferentes segmentos sociais com posturas variadas e até mesmo contraditórias se encontrem para discutir os problemas que afetam a sociedade” (SPONHOLZ, 2003, p.117).

O conceito de pluralidade é outro elemento discutido nas notícias dos telejornais. A pluralidade em uma notícia não é definida pela quantidade de fontes. “Declarações de pontos de vista diferentes sobre um tema ou fato não conduzem necessariamente para uma aproximação da realidade, mesmo quando eles se contradizem” (SPONHOLZ, 2003, p.118). Portanto, cada notícia terá que ser analisada em seus mais diversos aspectos para se entender a composição do que foi produzido e a função da fonte naquela matéria. Já para Quevedo (2009), a escolha das fontes tem relação com a credibilidade jornalística e fiabilidade que a pessoa entrevista tem para falar sobre o assunto pautado.

2.5 O que a legislação diz sobre o jornalismo ideal?

As emissoras públicas são regulamentadas por leis assinadas na década de 1960 e depois disso algumas portarias foram assinadas para atualizar alguns artigos dessas leis. Mesmo assim, a legislação fala de um contexto geral da radiodifusão educativa e alguns tópicos não são mencionados no que devem ou não conter no seu conteúdo.

O jornalismo de emissora pública e educativa é um dos tópicos que não são mencionados nas leis, mas que foi se moldando através de experiências em emissoras e também baseado no jornalismo das emissoras públicas de outros países. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a legislação da radiodifusão educativa é baseada nas seguintes leis e portarias:

- Portaria nº 4.335/2015: Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa
- Lei nº 4.117/1962: Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
- Decreto nº 52.795/1963: Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
- Decreto-lei nº 236/1967: Complementa e modifica a Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962

- Portaria interministerial nº 651/1999: Estabelece critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa
- Portaria nº 4/ 2014: Dispõe sobre os critérios e procedimentos para as Consignações da União
- Portaria nº 408/2016: Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa

Como podemos observar, as televisões educativas também são regulamentadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. No art. 38 do Código é cita pela primeira vez algo relativo aos serviços noticiosos prestados pelas emissoras de radiodifusão pública.

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso. (BRASIL, 1962, art. 38).

Portanto, uma emissora pública só pode funcionar se tiver em sua programação um conteúdo noticioso para os telespectadores, reforçando a importância da prática jornalística no sistema de radiodifusão. “O jornalismo é parte da essência de qualquer emissora pública, a verificação desses quesitos não pode ser negligenciada quando se trata de aferir sua qualidade” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p29). Nesse sentido, podemos concluir que a qualidade uma emissora pública está diretamente ligada ao jornalismo que ela apresenta.

Para Oliveira Filho (2016), a legislação não mostra especificidades de produção de uma emissora pública e comercial, já que as finalidades são diferentes. Oliveira Filho (2016) destaca a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em dezembro de 2007 como um possível marco regulatório das emissoras públicas no Brasil. Em abril de 2008 foi publicada a Lei de nº 11.652/2008 que determina os objetivos dos serviços de radiodifusão pública que fazem parte da EBC. Segundo o autor, a legislação da Empresa traz pontos que podem ser considerados como base para indicadores de qualidade de informação ideal nas emissoras públicas. Um dos destaques da legislação é a determinação de conteúdo regional, o que é considerado pelo autor a defesa da diversidade cultural e social do país.

Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012,) apresentam questões sobre o que deveria estar presente na programação das televisões públicas. Um dos eixos norteadores se refere ao telejornalismo que é chamado de: padrão público de jornalismo. Nesse tópico são elencadas 11 perguntas para apontar o que deveria ser considerado determinante e básico no jornalismo de uma emissora pública. Os autores destacam “para cada emissora, à luz de suas circunstâncias sua missão própria e seu entorno social, cultural, econômico e político, os indicadores podem assumir pesos diferenciados” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 11).

2.6 O jornalismo da televisão pública

Para a literatura, o conceito de Jornalismo Público surgiu no ano de 1990 nos Estados Unidos, após a eleição presidencial de 1988, onde George H. W. Bush (republicano) venceu o candidato Michael Dukakis (democrata) (ROTHBERG, 2011). Para entender seu surgimento, Santos e Souza (2014) contextualizam o momento político da época: naquele cenário político, os meios de comunicação não se preocupavam em noticiar as propostas dos candidatos, mas sim aquele que tinha mais ou menos chances de ganhar. Os eleitores/leitores reclamavam da situação porque não se sentiam representados pelos candidatos, já que tinham pouco acesso às propostas dos mesmos. Como consequência disso, os jornais observaram queda expressiva nas vendas. Rothberg (2011) corrobora a análise de Santos e Souza:

De um lado as assessorias tentavam emplacar pretextos para seus clientes serem retratados de maneira positiva. Na direção oposta, os jornalistas procuravam oportunidades para expor os supostos fatos desabonadores da história pessoal dos candidatos, caracterizando-os como pequenas derrotas em uma estratégia competitiva. Com isso, sobrava pouco espaço para uma agenda mais construtiva a respeito das políticas dirigidas a enfrentar problemas cotidianos dos leitores nas áreas de saúde, educação, segurança pública etc. (...) Assim, a agenda de preocupações dos leitores parecia ter simplesmente desaparecido do noticiário. (ROTHBERG, 2011, p.155-156)

Por estes motivos, os jornais sentiram necessidade de reavaliar suas estratégias, intensificando discussões de temas mais interessante público, sendo que um dos recursos usados foi o ouvir pessoas comuns e registrar o que elas gostariam de ler nos jornais (ROTHBERG, 2011). Em suma, o Jornalismo Público surgiu de uma preocupação mercadológica da imprensa privada nos Estados Unidos e depois o conceito foi sendo

adaptado em outros países e no Brasil é relacionado com a prática das televisões públicas, como veremos mais a frente.

Nesse sentido, Costa Filho (2006) traz a tona o debate indicado por alguns autores que questionam o conceito Jornalismo Público. O autor aponta que o jornalismo essencialmente tem a missão de ser instrumento público e de representar o cidadão. Mas, para o autor (2006, p.127), apenas essa afirmação não basta, já que o jornalismo está ligado diretamente com grupos econômicos. Para Iriarte (2015), no princípio, o jornalismo tinha por características esses princípios, mas que com o interesse dos meios de comunicação em gerar lucros, essas particularidades foram desaparecendo, por isso reforça a ideia da necessidade do conceito Jornalismo Público para suprir essa demanda da sociedade.

A princípio, esse parece ser um termo audaz, pois cria para o jornalismo uma vertente daquilo que já lhe é característico, o caráter de interesse público. Se forem observados, porém, os rumos tomados pelo jornalismo ao longo de sua história, é notório que ele tem adquirido cada vez mais o aspecto mercadológico, cujo objetivo central é a lucratividade e maior circulação, gradualmente se desvinculando dos interesses cívicos. (IRIARTE, 2015, p. 1- 2)

Rothberg (2011) destaca também a diferenciação do Jornalismo Público para o Jornalismo Cívico, onde ressalta que algumas vezes os conceitos e ideias são similares, mas que cada um tem suas especificidades e não podem se confundir. O autor traz explicações de Chaffee e McDevitt (1999) para simplificar as diferenças dos conceitos: o Jornalismo Cívico é olhar para fora, em direção à comunidade e a recuperação da vida cívica, usando mecanismos de incentivo para que as pessoas do local pensem soluções para seus problemas. E já o Jornalismo Público olha para a profissão, pensando principalmente na transparência dos processos da notícia, mas que englobe a participação da comunidade.

O Jornalismo Público no Brasil aparece de forma discreta nos meios de comunicação. Para Iriarte (2015), o tema é pouco discutido no país e as referências fazem menção ao Jornalismo Público que nasceu nos Estados Unidos e se tornou popular por lá. O autor sugere que a falta de debate acadêmico seja reflexo da dificuldade que o conceito tem para se estabelecer no Brasil. Para Silva (2002) outra explicação para que os meios de comunicação no país não se declararem praticantes do Jornalismo Público, seja por falta de desconhecimento dessa categoria como uma prática específica. O autor ainda ressalta que os exemplos que temos no Brasil não estão sendo copiados do modelo americano, mas que está emergindo com características próprias.

Na mesma linha, Carvalho (2016) constatou que o debate sobre o futuro da mídia pública se consolidou e indica universidades e grupos de pesquisa como exemplos desta força. De acordo com o levantamento, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram as que mais produziram sobre o assunto em comunicação pública, isso baseado na pesquisa do sistema da Intercom. Carvalho (2016) aponta o I Fórum das TVs Públicas parece ter impulsionado o debate no Brasil. O autor identifica artigos acadêmicos sobre ações governamentais e questões políticas ligadas a investimentos do governo federal, além de estudos de caso da TV Cultura de São Paulo e da TV Brasil.

Entre os objetos no âmbito da mídia pública, destacam-se estudos de caso da TV Cultura e da TV Brasil (CARVALHO, 2016). A primeira emissora de televisão no Brasil que se propôs a adotar o conceito Jornalismo Público na sua linha editorial foi a TV Cultura de São Paulo, que é gestada pela Fundação Padre Anchieta, no ano 2000. Em 2004, a emissora divulgou cartilha sobre a cobertura das eleições municipais. No documento²⁶, a TV Cultura reforça seu compromisso com o público através do Jornalismo Público.

O jornalismo da TV Cultura segue, de forma pioneira na televisão brasileira, o conceito que percorre toda a programação da emissora: oferecer meios para a formação crítica do cidadão. O jornalismo da Cultura é Jornalismo Público porque é voltado para o povo, privilegiando a compreensão dos fatos. O Jornalismo Público além de informar, explica, esclarece e critica. Com o seu conceito de Jornalismo Público, a TV Cultura introduz no telejornalismo a novidade mais antiga do bom jornalismo: repórteres que perguntam, estimulam o debate, pressionam pela busca dos fatos. (JORNAL DA CULTURA NAS ELEIÇÕES 2004, 2004, p.5)

Portanto, a emissora assume o compromisso com o telespectador e divulga sua linha editorial tendo como compromisso a produção de notícias ‘voltadas para o povo’. Iriarte (2015) aponta ainda outros meios de comunicação que produzem e pensam na linha do Jornalismo Público, mas que não necessariamente assumem o conceito na sua linha editorial: TV Brasil, o Canal Futura, o programa Cidade e Soluções, Rede Minas e o Correio Braziliense, que é citado por Silva (2002). A TV Brasil que é citada como exemplo, faz parte do grupo Empresa Brasil de Comunicação (EBC), também traz em seu manual de jornalismo princípios do Jornalismo Público, mas sem menção ao termo. “Na sua relação com a sociedade, o jornalismo da EBC se submete ao interesse público e mantém vivas duas linhas

²⁶ ‘Projeto Especial: Eleições 2004 Programação Especial Rádios e TV Cultura’ Disponível em: <http://www2.tvcultura.com.br/captacao/media/noticia_eleicoes2004.Especial.AGO2004.pdf> Acesso em: 12/01/2017

de interação: o foco no cidadão – que tradicionalmente orienta a escolha e o tratamento das matérias – e o foco do cidadão” (MANUAL DE JORNALISMO DA EBC, 2013, p.27 e 28).

As emissoras públicas TV Cultura, a TV Brasil e a Televisão Educativa de Ponta Grossa fazem parte da comunicação pública do país, que usando o conceito ou não, possuem compromissos com os princípios de Jornalismo Público, e consequentemente suas produções devem refletir esses contratos, reforçando todos os princípios do conceito, também acrescenta-se o debate do Telejornalismo Público e suas especificidades.

Coutinho (2007) traz uma breve trajetória do surgimento do telejornalismo público no Brasil. Para a autora, as produções nessa linha ganharam mais destaque com o público devido à insatisfação do que as televisões comerciais estavam veiculando e as pessoas viram nas emissoras públicas uma alternativa para assistirem um telejornal diferenciado.

A insatisfação em relação à qualidade e mesmo orientação da produção jornalística, associada ao desenvolvimento dos movimentos de crítica de mídia, contribuiu para o surgimento da reflexão e da proposta do Jornalismo Público que, entre suas promessas fundamentais propunha a aproximação entre jornalistas e cidadãos, agora mais conectados aos assuntos da esfera pública, que seria fortalecida por meio de uma mudança na forma de produzir notícias, de alterações nos fazeres jornalísticos. (COUTINHO, 2007, p.5)

Segundo o Relatório Final do telejornalismo da TV Brasil, publicado em 2011 pela Universidade Federal de Juiz de Fora e elaborado no âmbito do grupo de pesquisa “Jornalismo, Imagem e Representação” sob a coordenação da professora Iluska Coutinho, o telejornalismo público “deveria cumprir o papel de tornar-se parte da conversação pública cotidiana, oferecer aos telespectadores o diálogo e contato com novos conhecimentos e percepções, e ainda possuir o objetivo de conectar pessoas e temas” (COUTINHO, 2011, p.5).

O relatório aponta vários aspectos que um telejornal de emissora pública deve possuir: estimular autonomia dos espectadores; oferta de conhecimento cotidiano; explicações aprofundadas de temas que organizam a sociedade, como o sistema político e fiscal; além de, “priorizar, ainda, a difusão de notícias de interesse público, tendo como parâmetro central a isenção dos relatos e a presença de uma pluralidade de opiniões no material veiculado” (COUTINHO, 2011, p.6). Para Coutinho (2015), a televisão educativa não pratica Jornalismo Público só porque está inserida no modelo de radiodifusão pública. A autora explica que o que define o caráter público de uma emissora é seu conteúdo. Ou seja, um telejornal é considerado Telejornalismo Público se atender aos requisitos elencados a esse conceito. Para

ela, portanto, não há relação *sine qua non* entre emissoras públicas e a produção de jornalismo público.

Já para professor Eugênio Bucci (2010), que presidiu a Radiobrás e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma televisão não ‘seria’ pública e sim ‘estaria’ pública e por isso condicionada aos seus princípios. Para a emissora ‘estar’ pública não pode ser de propriedade particular, o seu financiamento não poderia estar ligado a pressões editoriais e uma gestão independente de interlocutores políticos e com caráter diferenciado da televisão comercial.

Por além deste debate, reconhece-se que telejornalismo público deve ter e/ou apresentar uma pluralidade de vozes em defesa dos cidadãos como observa Martin-Barbero no contexto da América Latina (2002, p.57): “... a televisão pública acaba, sendo hoje, um decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias”. Para Silva (2002) o jornalismo público possui características definidas:

O jornalismo público é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícia tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade. (SILVA, 2002, p.4)

O autor reitera que o Jornalismo Público busca uma identidade com o público e se preocupa com os avanços sociais, econômicos, culturais, entre outros, e não apenas com questões que lhe poderiam dar lucro e audiência. Reforçando a ideia de que o Jornalismo Público deve ser pensado principalmente pelos profissionais que estão inseridos nas emissoras públicas e Traquina (2001) ressalta que a partir do momento em que o jornalista é designado para conviver com grupos sociais e observar as demandas dos cidadãos, ele começa a mudar suas prioridades de seleção de pautas e temas para serem produzidos. O autor chama atenção para que as emissoras estejam atentas em dar espaço para o real interesse do público.

Garcia (2011) reitera a posição de Traquina (2001) quanto à remodelação do jornalista aos requisitos para produzir Jornalismo Público e explica que com essas novas configurações as notícias devem “ter como valor-notícia o interesse comunitário e os anseios dos cidadãos em relação a uma melhoria de vida coletiva, buscando fortalecimento ao respeito à cidadania e ao cidadão comum, sem priorizar interesses políticos ou econômicos” (GARCIA, 2011, p. 108-109).

Por fim, Coutinho (2013) define que para se conseguir diferenciar o telejornalismo das emissoras públicas das comerciais, a observação das pautas se torna fundamental. O tempo destinado a cada tema e fonte entrevistada, são condições que permitem analisar o telejornalismo público. A pesquisa se propõe analisar o ‘Jornal da Educativa’ pelos conceitos já apresentados, tendo como balizador o (tele) Jornalismo Público e seus requisitos.

CAPÍTULO 3 – Metodologia: métodos, procedimentos e critérios

Nesse capítulo serão abordadas as escolhas, técnicas, métodos e critérios que foram adotados para chegar até as categorias de análise do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa.

3.1 Primeiras escolhas: tema e mapeamento

A escolha do tema televisão educativa ocorreu depois da leitura de um texto²⁷ que falava sobre políticas de comunicação pública no Brasil. O passo seguinte foi pesquisar o número de televisões educativas existiam no Brasil e, conseqüentemente, no Paraná. O mapeamento trouxe pistas do modo em que as concessões de uma televisão pública eram utilizadas nas cidades paranaenses. Após a produção de um artigo sobre a legislação de uma emissora educativa e especialmente o surgimento da Televisão Educativa de Ponta Grossa, a pesquisa tomou forma para focar na produção do jornalismo da emissora.

A decisão de direcionar o trabalho apenas na TVE de Ponta Grossa consiste em entender a dinâmica do jornalismo local e como a legislação de uma televisão pública é aplicada em uma emissora custeada com verba do poder municipal. Após as primeiras escolhas, trabalhos de conclusão de curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa foram revisados para entender o que já havia sido produzido sobre o tema.

A pesquisa de dissertações e teses sobre televisões públicas e educativas foi realizada para conhecer o contexto em que as emissoras são pesquisadas no país e quais questões pertinentes são colocadas em questão nesses trabalhos. No final do primeiro semestre a produção dos artigos das disciplinas do mestrado foi determinante para afunilar métodos e questões da dissertação. O artigo sobre agendamento temático ajudou a entender a produção da emissora e elencar categorias de análise. Os artigos de discussão teórica e metodológica deram base para a aplicação das escolhas de unidades de categoria. Desse modo, a aplicação do quadro de análise foi testada anteriormente para determinar o que poderia ser acrescentado ou retirado para a pesquisa final.

Para caracterizar o modo de funcionamento da TV Educativa de Ponta Grossa, a pesquisadora passou a frequentar reuniões do Conselho Curador para identificar os questionamentos dos conselheiros e funcionários do local. Desse modo, foi possível definir os

²⁷‘Por que políticas públicas de comunicação são fundamentais para a democracia?’ Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/12/20/por-que-politicas-publicas-de-comunicacao-sao-fundamentais-para-a-democracia/>> Acesso em: 10/04/2016

entrevistados da área do jornalismo da emissora. Após essas etapas, chegamos ao texto com os métodos, escolhas e critérios para determinar as características das notícias do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa.

3.2 Análise de conteúdo audiovisual

O presente trabalho fará uma análise do conteúdo do telejornal da Televisão Educativa de Ponta Grossa. Elencará categorias que serão avaliadas para determinar as características do telejornalismo da emissora. Esse método foi escolhido por entender que se adaptaria melhor ao objetivo da pesquisa: determinar as características noticiosas do ‘Jornal da Educativa’. As categorias e unidades de registro foram testadas em um artigo²⁸ para perceber avanços e falhas nas escolhas.

A pesquisa propõe analisar três semanas do ‘Jornal da Educativa’ no ano de 2016. Essas três semanas são divididas em três meses: fevereiro, abril e julho. Uma semana de cada mês. O período da amostra se justifica pela volta dos funcionários das férias coletivas do funcionalismo público e julho como último mês (em ano eleitoral) os candidatos a prefeito não podem fazer campanha formalmente. Por isso, o processo jornalístico da emissora produz na sua naturalidade e normalidade sem interferência de um evento determinado.

A metodologia de análise de conteúdo surge em 1787 nos Estados Unidos, mas ficou conhecida anos depois, principalmente com o estudo de Laswell, que usou a técnica para analisar a imprensa e propaganda nos Estados Unidos. Segundo Oliveira et al. (2003, p.2) “sua emergência como método de estudo aconteceu nas décadas de 20 e 30 do século passado com o desenvolvimento das Ciências Sociais, quando a ciência clássica entrava em crise”.

“A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens”, assim define a autora Bardin (1995, p.38). A autora ainda destaca que a análise de conteúdo é um leque de apetrechos que pode ser principalmente aplicado em um campo muito vasto: a comunicação.

Bauer (2000, p.192) retoma os conceitos da análise de conteúdo debatendo com vários autores e trazendo aspectos da demanda desse método, principalmente aplicado a textos

²⁸ O artigo foi produzido para a disciplina de Jornalismo e Agendamento Temático.

impressos e ressalta que “a AC fornece as variáveis independentes no delineamento de estudos sobre efeito da mídia, sobre o estabelecimento da agenda ou em estudos de desenvolvimento.” Para o professor alemão Klaus Krippendorf (1990, p.29, tradução nossa) a “análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a um contexto”.

No mesmo livro em que Bauer (2000) elucida sobre a análise de conteúdo, a autora Diana Rose (2000) constrói caminhos a seguir para os pesquisadores que querem aplicar o método de investigação só que com imagens em movimento, como a televisão ou outros materiais audiovisuais. Rose (2000, p.345) aponta que não só o texto do programa analisado, assim como o manejo da câmera e as técnicas que são usadas para produzir o conteúdo exibido. A autora justifica que esses manejos e técnicas também produzem sentido, por isso devem ser levados em conta na pesquisa. Nesse contexto, a autora explica que quando o plano da câmera muda isso deve ser descrito na pesquisa e juntamente usar a teoria para ajudar a explicar o conceito dos enquadramentos e ângulos.

Outro aspecto da análise de conteúdo é a escolha de que período o pesquisador deve optar para analisar o programa audiovisual. No caso da proposta da pesquisa o telejornal das televisões educativas. Bauer (2000, p.196) propõe que “uma estratégia comum de amostra para publicações regulares é a "semana artificial". As datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória”. O autor também aponta que deve se observar qual o objetivo do estudo. Por exemplo, se for uma pesquisa sobre política seria interessante analisar o programa em época de eleições.

A análise de conteúdo de televisão segue alguns passos feitos para o material audiovisual, mas também utiliza de recursos da análise de conteúdo clássica. Outro passo a seguir, depois da escolha do programa televisivo e da escolha da “semana artificial”, é a criação das unidades de registro e das categorias, como veremos no próximo tópico.

3.3 Criando unidades de registro e categorias para analisar o telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa

Segundo Oliveira et al. (2003, p.7) após seguir alguns passos da análise de conteúdo, já descritos nesse documento, o pesquisador deve começar a determinar as unidades de registro baseado no que já conhece sobre o tema. Após a criação das unidades, surgem as

categorias dentro dessas unidades de registro. Para Oliveira et al. (2003, p.9) “esta etapa é muito importante, pois a qualidade de uma análise de conteúdo possui uma dependência como o seu sistema de categorias”. Para a criação dessas unidades de registro o pesquisador pode usar outros estudos como base, com bem assinala Bauer (2000, p.200): “alguém pode ser capaz de se basear em categorias padronizadas se um código semelhante já tenha sido empregado em uma pesquisa anterior”.

“A documentação detalhada do processo de codificação assegura uma prestação pública de contas, e serve para que outros pesquisadores possam reconstruir o processo caso queiram imitá-lo. A documentação é um ingrediente essencial da objetividade dos dados”, destaca Bauer (2000, p.201). Além disso, o autor aponta outras características da análise de conteúdo que fazem com que a pesquisa tenha qualidade: a) coerência e simplicidade do referencial de codificação, b) transparência da documentação, c) fidedignidade, d) validação. Oliveira et al. (2003, p. 11) explica que as categorias podem ser previamente definidas e outras podem ser criadas quando o pesquisador já está realizando a pesquisa. A autora ressalta que as categorias devem ser indicadas de acordo com que o pesquisador quer realmente observar e também dialogando com a teoria.

As unidades e as categorias foram pensadas com o objetivo de analisar o maior número possível de elementos que o telejornal apresenta, tendo como base o telejornalismo, telejornalismo público e os passos da análise de conteúdo. Para a coleta dos dados e posterior análise, foi elaborada uma tabela onde se preencherá as informações de cada matéria assistida. As colunas a serem preenchidas na tabela são: mês; dia analisado; total de matérias; tema; fontes e tipos de fontes e sua valência; número de fontes; duração; formato, categoria e localização.

Unidade de registro 1: Categorias e temas

Categorias da unidade de registro 1: cidade, cultura, educação, esporte, polícia, política, religião, saúde e transporte.

A coluna nomeada de *categoria* se faz no propósito de identificar que área é mais tematizada no telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa. As categorias foram criadas pensando em uma televisão pública, educativa e local. Foram baseadas no livro “Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania” de Murilo César

Soares (2012), onde o autor ressalta aspectos que a imprensa deveria apresentar na questão do jornalismo como interesse público e sua ligação com o jornalismo preocupado em informar o cidadão. Além disso, o artigo se inspira na análise realizada por Chagas e Morais (2015), onde os autores analisam a agenda política e midiática de três rádios da cidade de Guarapuava. Portanto, foram criadas nove categorias para a análise da TVE de Ponta Grossa. Na tabela a seguir são elencados os assuntos que podem abranger cada categoria.

Quadro 4 – Categorias e Temas

Categoria	Temas
Cidade	Temas do cotidiano da cidade de Ponta Grossa que envolvam a população; modo de viver; emprego; economia; moradia, etc.
Cultura	Eventos culturais; apresentações; turismo.
Educação	Políticas públicas de educação; educação municipal e estadual; universidade.
Esporte	Eventos municipais esportivos; campeonato paranaense; projetos esportivos.
Polícia	Forças de segurança; crimes; coletivas de imprensa das polícias.
Política	Eventos políticos; decisões do poder legislativo e executivo; agenda de campanha.
Religião	Eventos religiosos; campanhas das igrejas.
Saúde	Campanhas de saúde contra a dengue; políticas públicas de saúde para a cidade; hospitais.
Transporte	Transporte coletivo; preço da passagem; rodovias; infraestrutura;

Fonte: quadro elaborado pela autora.

Unidade de registro 2: Fontes e tipos de fontes + valência

Categorias da unidade de registro 2: oficial; empresarial; institucional; popular; notável; testemunhal; especializada e referência. Valência: positiva; negativa e equilibrada.

A tabulação de *fontes e tipos de fontes* se faz necessária no sentido de compreender quem são as pessoas que a TVE preferencia nas suas reportagens e a classificação do tipo de fontes se baseia no livro de Aldo Antonio Schmitz (2011) “Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo”.

O autor cria um grupo de fontes que dão entrevistas para os meios de comunicação e distingue cada uma delas: oficial (alguém com função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos, bem como organizações agregadas); empresarial (representa uma corporação empresarial da indústria, comércio,

serviços ou do agronegócio); institucional (quem representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social); popular (uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social); notável (são pessoas notáveis pelo seu talento ou fama, que falam de si e de seu ofício); testemunhal (funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora); especializada (pessoa de notório saber específico ou organização detentora de um conhecimento reconhecido) e referência (bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta). A valência das fontes também será analisada. Mas somente as fontes que tiverem relação com a Prefeitura. Elas se dividem em: positiva, negativa ou equilibrada.

Unidade de registro 3: Formato

Categorias da unidade de registro 3: formato, nota, notícia, entrevista, reportagem e indicador.

A coluna *formato* também se faz importante para entender de que forma é tratado aquele assunto no telejornal. Para classificar as matérias nessa coluna, baseou-se na categorização de formatos de telejornais informativos de Rezende (2009). Para o autor, o jornalismo informativo se divide em cinco categorias, que foram baseadas nos autores Squirra (1990) e Maciel (1993).

A categoria *nota* diz respeito às matérias curtas, que informam objetivamente o acontecimento. Podem ser divididas em: nota simples, ao vivo e nota coberta. A nota simples é lida pelo apresentador sem contextualização de imagens, já a nota coberta o apresentador do telejornal lê o texto enquanto as imagens são transmitidas para o telespectador. A categoria *notícia* representa o relato mais completo que a nota, que pode por combinar a apresentação ao vivo e a narração em *off* coberta por imagens. Outra característica é a ausência do repórter. A *entrevista*: é definida como o diálogo em que o repórter mantém com o entrevistado, através de perguntas e respostas, com o objetivo de extrair informações para um assunto determinado.

A *reportagem* possui uma estrutura completa, que se constitui em cinco partes: cabeça, off, boletim, sonoras e nota pé, mas pode configurar-se também sem uma ou mais dessas partes e tem duração mais longa do que os outros formatos. Enfim, a categoria *indicador* é um formato para o jornalismo de serviço, onde apresenta-se dados objetivos com tendências ou

resultados de diversos assuntos, como previsões meteorológicas, números do mercado financeiro e informações de condições de trânsito, entre outros assuntos.

Unidade de registro 4: Localização

Categorias da unidade de registro 4: local, regional e estadual.

Essa coluna diz a respeito do lugar de abrangência da notícia veiculada. Quando a notícia fala sobre a cidade de Ponta Grossa será local. A informação sobre a região dos Campos Gerais será regional. E por fim, matérias que abranjam um assunto que atinge todo o Estado do Paraná serão estaduais.

3.4 Debatendo as escolhas de análise

As escolhas das unidades de registro, bem como suas categorias, foram baseadas nas leituras sobre telejornalismo brasileiro, telejornalismo público e análise de conteúdo. A autora propõe a aplicação dessa metodologia no telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa, mas que também poderá ser reproduzida em análises de telejornais das emissoras educativas, para conseguir identificar se as características do jornalismo público na teoria correspondem com o telejornalismo público na prática. Martin-Barbero destaca como desenvolver a informação na televisão pública.

Se há cada vez mais dispositivos técnicos que permitem aperfeiçoar o discurso televisivo – que já não tem mais razão de ser um derivado radiofônico – uma televisão pública deve apelar ao desenvolvimento da linguagem audiovisual, nela apostando constantemente, e mostrar imagens daquilo que está informando e debatendo – ou, melhor dizendo, contar com imagens, e também com recursos de áudio, gráfica, infografia ou qualquer outro. (MARTIN-BARBERO, 2002, p.218)

A primeira unidade de registro (categorias e temas) tem por objetivo identificar quais os temas são mais debatidos nas reportagens dos telejornais. Segundo o Relatório Final do telejornalismo da TV Brasil “os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização” (COUTINHO, 2013, p.29). Como já exposto no debate teórico, o telejornalismo público não deveria ter preocupações mercadológicas ou de concorrência com outros telejornais das emissoras comerciais, já que seu objetivo é informar o cidadão com notícia de qualidade e “é preciso priorizar, ainda, a difusão de notícias de interesse público, tendo como parâmetro

central a isenção dos relatos e a presença de uma pluralidade de opiniões no material veiculado” (COUTINHO, 2013, p.6). Por isso, os temas elencados na unidade de registro reforçam para opções de pauta que deveriam estar presentes nas reportagens do telejornalismo público, já que são ligados principalmente com a cidadania. Soares (2008, p.21) ressalta que a ligação entre o jornalismo e temas de cidadania é necessária para contribuir para a tomada de consciência dos problemas no âmbito da esfera pública, pressionando para que o Estado colabore para soluções das problemáticas.

Já a segunda unidade de registro (fontes e tipos de fontes + valência), tem por objetivo identificar quais fontes são mais presentes nas reportagens no telejornal pesquisado. Se os temas devem priorizar temas ligados à cidadania, espera-se que as fontes sejam plurais e de vários segmentos, apontando para um debate sobre o tema abordado. “A perspectiva da pluralidade de vozes no telejornalismo público orientaria a constituição dos programas jornalísticos em uma emissora pública como espaço para o exercício do direito à comunicação” (COUTINHO, 2013, p.6), determina o relatório da TV Brasil. Além disso, cada fonte será identificada com sua valência²⁹ quando a notícia tiver relação com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A escolha justifica-se nesse caso, por ser uma emissora financiada pelo governo municipal e isso pode interferir na cobertura noticiosa do telejornal. Então, a valência categorizada como: positiva (quando falar positivamente da Prefeitura), negativa (quando falar negativamente da Prefeitura) e equilibrada (quando trazer versões positivas e negativas sobre a Prefeitura).

A terceira unidade de registro (formato) foi proposta para entender juntamente com as categorias e temas, de que maneira as matérias veiculadas no jornal são produzidas. Cada formato possui técnicas jornalísticas e tempo de duração diferente. Podemos assim identificar que temas são considerados mais relevantes e debatidos no telejornal.

A última unidade de registro (localização) procura identificar a abrangência territorial das notícias veiculadas. A TVE de Ponta Grossa é uma emissora local, mas que abrange o sinal em mais sete cidades da região. Além disso, conta com matérias da ÉTV Paraná de Curitiba que cobre informações da capital e região metropolitana. Determinar geograficamente as notícias são essenciais para entender como as matérias podem privilegiar somente uma cidade, mesmo com capacidade para atingir outros municípios.

²⁹ A variável Valência utilizada aqui é uma variação da que foi proposta originalmente pela equipe de pesquisa do Doxa/Iesp em 1998.

3.5 Organização dos resultados

Após os dados colhidos para a análise de conteúdo, é hora de organizar a amostra para obter os resultados da pesquisa. “A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa”, explica Bauer (2000, p.199). A codificação pode ser feita tanto no papel quanto no computador.

Para Bardin (1998, p.101) os resultados brutos da análise são tratados de maneira a serem significativos e válidos. O pesquisador pode criar quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos para auxiliar a análise. Além disso, a confrontação dos resultados “podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes”.

Para finalizar, os autores destacam que os métodos usados na pesquisa devem ser transparentes para que outros pesquisadores possam realizar novamente a pesquisa e obterem os mesmos resultados. Bauer (2000, p.212) contextualiza sobre umas das principais vantagens da análise de conteúdo: “ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos; e ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados”. O autor acrescenta que uma boa análise de conteúdo deve se preocupar com a fidedignidade e validade da pesquisa e também dar atenção para a coerência e transparência dos métodos utilizados.

3.6 Entrevistas

A proposta é de entrevistar profissionais que são ou foram responsáveis pela produção do ‘Jornal da Educativa’. Portanto, a pesquisadora identificou pessoas que compõem a trajetória da TVE de Ponta Grossa, para relatar profissionalmente o jornalismo da emissora quanto pessoas que podem contar a trajetória história da televisão. A área profissional e histórica se complementam no sentido de entender as características do telejornalismo na emissora educativa. No início da pesquisa, foram realizadas três pesquisas exploratórias com funcionários da emissora: editor, jornalista e o ex-diretor de jornalismo da TVE.

Para Britto e Feres (2011), a entrevista é a técnica com maior versatilidade para coleta de dados de uma pesquisa e de fácil aplicação. Os autores lembram que as entrevistas devem

ser combinadas com outras técnicas e métodos para aferir a veracidade do que lhe é falado. Para esse trabalho o uso da entrevista se torna parte fundamental na coleta de dados históricos e das produções noticiosas da TVE de Ponta Grossa. Nesse sentido, escolheu-se a entrevista semi-directiva para entrevistar as fontes.

Quivy e Campenhoudt (1998), explicam que a entrevista semi-directiva é a mais usada em investigações sociais, já que ela permite que o pesquisador crie perguntas-guias, relativamente abertas, e com isso o entrevistado pode falar abertamente sobre o tema que lhe é perguntado, mas o pesquisador sempre deve se ater as perguntas-guias para conduzir a entrevista.

Desse modo, foram feitas cinco entrevistas que são utilizadas ao longo do texto dissertativo. Os entrevistados falaram sobre a produção jornalística da emissora e as questões que envolvem a estrutura, verba municipal, produção, equipamentos, medidas judiciais, entre outros assuntos que permeiam o jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa.

Entrevistados:

1. Alexandre Gonçalves Machado - concursado como editor desde 2004. Trabalhou na equipe terceirizada na fundação da emissora. Exerceu cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro da Funepo em dia 1º de julho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
2. Eduardo José Farias – ex-Diretor de Jornalismo da emissora. Exerceu o cargo em comissão de 07 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016.
3. João Carlos Dias de Oliveira – concursado como jornalista desde 2004. Atua como pauteiro.
4. Marcelo Franco – atual Diretor de Jornalismo e apresentador do telejornal. Foi nomeado em 13 de fevereiro de 2017.
5. Rafael Schoenherr – atuou por quatro nos como conselheiro no Conselho Curador da emissora. Representante do Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

3.7 Aplicando as escolhas

Os caminhos, escolhas, critérios e procedimentos escolhidos até aqui proporcionam a análise do telejornal da TVÉ de Ponta Grossa, como será vista no capítulo seguinte. Desde o primeiro passo escolhido em determinar o tema da pesquisa até a finalização das categorias e suas unidades, foi um processo em constante mudança e de questionamento.

O levantamento sobre questões pertinentes da televisão pública e educativa no Brasil, assim como o mapeamento da legislação e concessões pelo país nos fornece base para entender o que falta ou não em vários aspectos desse tipo de emissora. O acompanhamento das reuniões do Conselho Curador da TV Educativa de Ponta Grossa nos faz entender na prática os questionamentos da teoria.

CAPÍTULO 4 – Análise do telejornal: características jornalísticas da TV Educativa de Ponta Grossa

Neste capítulo, analisaremos a decupagem do material do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa. O objetivo é caracterizar o material jornalístico apresentado pela emissora. Portanto, apresentaremos de forma fragmentada as particularidades da produção noticiosa da TVE, para depois analisar todo o conjunto. Como já apontado na metodologia, foram analisados três semanas do ‘Jornal da Educativa’, dos meses fevereiro, abril e julho de 2016³⁰. Uma semana de cada mês. Um total de 137 matérias³¹ foram analisadas e decupadas através das categorias elencadas. A análise se dividiu em: tema, fontes, tipos de fontes e valência, número de fontes, duração, formato, categoria e localização. Essas categorias buscam caracterizar as notícias do ‘Jornal da Educativa’ e perceber através dessa análise o tipo de jornalismo que a emissora produz. Começaremos a analisar as pautas noticiadas para entender como a TVE seleciona e hierarquiza os temas apresentados para os cidadãos.

4.1 Pautas noticiadas

Dos três meses analisados, a maior parte das matérias foi elencada na categoria *Cidade*. Essa categoria se trata de assuntos do cotidiano, em sua maioria, pautas factuais. Do total analisado, 51 matérias se encaixaram nesse grupo. A segunda categoria com mais pautas foi o setor de *Saúde*, com 20 no total.

Logo em seguida, aparecem pautas nas categorias *Cultura* e *Esporte*, com 13 cada uma. Notícias sobre *Transporte* totalizam em 12. Em seguida, a categoria *Política* aparece com 11 matérias no total. A categoria *Polícia* aparece com oito matérias no total. Nesse grupo de notícias, as matérias não são factuais. A cobertura de crimes que ocorrem na cidade aparece raramente.

A penúltima categoria é *Educação* com sete notícias. E por fim, na última categoria *Religião*, apenas duas notícias foram produzidas. As duas pautas sobre a Igreja Católica.

³⁰ Tabelas de análise: apêndices A, B e C.

³¹ Descrição do tema das matérias: apêndice D.

Quadro 5 – Temas que abrangem as categorias

Categoria	Temas
Cidade	Temas do cotidiano da cidade de Ponta Grossa e região, que envolvam a população; modo de viver; emprego; economia; moradia, etc.
Cultura	Eventos culturais; apresentações; turismo.
Educação	Políticas públicas de educação; educação municipal e estadual; universidade.
Esporte	Eventos municipais esportivos; campeonato paranaense; projetos esportivos.
Polícia	Forças de segurança; crimes; coletivas de imprensa das polícias.
Política	Eventos políticos; decisões do poder legislativo e executivo; agenda de campanha.
Religião	Eventos religiosos; campanhas das igrejas.
Saúde	Campanhas de saúde; políticas públicas de saúde; hospitais; atendimento médico.
Transporte	Transporte coletivo; preço da passagem; rodovias; infraestrutura.

Fonte: quadro elaborado pela autora

Pautas de *Cidade*

Tabela 1 – Número de pautas da categoria Cidade

Mês	Total de matérias
Fevereiro	17 (34,69%)
Abril	15 (35,71%)
Julho	19 (41,30%)

Fonte: Tabela elaborada pela autora

As pautas da categoria *Cidade* abrangem o maior número de notícias coletadas. Nesse tópico, entram temas do cotidiano, assuntos gerais de Ponta Grossa e região, economia, emprego, liberação de recursos municipais e estaduais, obras, previsão do tempo, eventos de instituições, imposto de renda, entre outros assuntos.

Essa categoria teve maioria de notícias em todos os meses analisados. Em fevereiro, o jornal apresentou pautas de recadastramento biométrico, obras em rodovias, campanha de doação de alimentos, dicas para dar banho em cachorros, liberação de dinheiro para colheita

de grãos, sobre uma empresa de açougue gourmet, projeto e auxílio-funeral, uma cratera que abriu em uma rua em Ponta Grossa, audiência pública do plano municipal de saneamento básico, imposto de renda, venda de peixes, cursos, o que abre e fecha durante o feriado do carnaval.

Já no mês de abril, o telejornal noticiou nessa categoria eleições da associação comercial, entrega de cadeira de rodas, limpeza de uma área pública, movimento no setor do comércio, possível fraude em licenciamentos ambientais, reajuste nos salários dos servidores municipais, convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa e uma faculdade particular, o que é feito com o dinheiro do IPVA, cadastro rural ambiental, imposto de renda, ocupação de uma praça de pedágio e evento de uma instituição.

Em julho, as pautas são sobre previsão do tempo, programa municipal de hora em casa, instalação de uma empresa multinacional na cidade de Castro (região dos Campos Gerais), regras do PIS, curso de culinária para crianças, programa Nota Paraná, protesto de analistas tributários, cuidados com crianças em shoppings, casas destelhadas após chuva forte, emissão de carteiras de trabalho, stands de empresários em uma feira agropecuária de Ponta Grossa, energia solar em Curitiba, comissão da OAB de liberdade religiosa, filas em banco e o que pode ser feito em uma impressora 3D. Dessa maneira, podemos perceber que as pautas são abrangentes e dizem respeito à região dos Campos Gerais. Mais especificamente, à cidade de Ponta Grossa.

Pautas de *Saúde*

Tabela 2 – Número de pautas da categoria Saúde

Mês	Total de matérias
Fevereiro	6 (12,24%)
Abril	8 (19,05%)
Julho	6 (13,04%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Na categoria *Saúde*, ao todo são 20 matérias. No mês de fevereiro, quatro das matérias foram sobre medidas de prevenção para evitar a proliferação do mosquito da dengue. As outras falavam sobre o Fechamento dos Centros de Atenção Psicossocial e prevenção de

doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja, o telejornal privilegiou pautas factuais, mais urgentes e em sintonia com as notícias a nível nacional. A proliferação da dengue foi um tema tratado por emissoras nacionais.

Em abril, as notícias foram sobre os partos no Hospital Regional de Ponta Grossa, vacina da H1N1 e casos da doença, funcionamento da UPA, casos de dengue na cidade e Estado, vacinação do HPV e protocolo de partos de cesárea.

Já em julho, as pautas são sobre teste de DSTs, o uso descongestionante nasais, distúrbios do sono, campanha para evitar a gripe, número de mortes pela gripe H1N1 e a procura de álcool gel, procedimento indicado para evitar a gripe.

Pautas de *Cultura*

Tabela 3 – Número de pautas da categoria Cultura

Mês	Total de matérias
Fevereiro	6 (12,24%)
Abril	5 (11,90%)
Julho	2 (4,35%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Na área da *Cultura*, o mês de fevereiro contou com pautas sobre musicalização infantil, programação do carnaval, projeto fuja da folia para quem não gosta de pular carnaval, passeio no aquário de Paranaguá, a história da fundação da Banda de Guaratuba e a programação das escolas de samba de Ponta Grossa.

Em abril, os assuntos eram a criação de um novo parque para crianças, o torneio de robótica em Curitiba, o festival de teatro em Ponta Grossa, o clube de trocas de objetos e serviços e uma exposição de arte de um artista plástico ponta-grossense.

No mês de julho, apenas duas pautas se encaixaram na categoria Cultura. Uma sobre o trabalho do grupo Bando da Leitura e a outra sobre a produção de um filme em Ponta Grossa.

Pautas de *Esporte*

Tabela 4 – Número de pautas da categoria Esporte

Mês	Total de matérias
Fevereiro	5 (10,20%)
Abril	3 (7,14%)
Julho	5 (10,87%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Na categoria *Esporte* a predominância do time de futebol da cidade de Ponta Grossa fica evidente. Em fevereiro, foram quatro notícias sobre o time do Operário, das cinco totalizadas na semana. A outra matéria fala sobre a iniciativa da Prefeitura em receber projetos esportivos indicados pela população.

Em abril, uma matéria sobre o treino do operário, outra sobre o time de futsal da cidade e, por fim, uma notícia sobre como funcionará o evento e circuito da modalidade de ciclismo chamada *downhill*.

No mês de julho, três matérias falam sobre os jogos e contratações do Operário. Outra sobre a chegada da tocha olímpica em Ponta Grossa e uma sobre os atletas paranaenses que disputariam medalhas na Olimpíada.

Pautas de *Transporte*

Tabela 5 – Número de pautas da categoria Transporte

Mês	Total de matérias
Fevereiro	9 (18,37%)
Abril	0
Julho	3 (6,52%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Na categoria *Transporte*, no mês de fevereiro o assunto que predominou foi o aumento da passagem do transporte público em Ponta Grossa e o movimento de carros nas rodovias paranaenses devido ao feriado de carnaval.

Em abril, nenhuma matéria foi categorizada em transporte. Já em julho, as pautas foram sobre a nova lei da obrigatoriedade do farol baixo nas estradas, dicas de como usar o carro em ponto morto e novos radares instalados em Ponta Grossa.

Pautas de *Política*

Tabela 6 – Número de pautas da categoria Política

Mês	Total de matérias
Fevereiro	3 (6,12%)
Abril	6 (14,29%)
Julho	2 (4,35%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

As pautas de fevereiro no setor de *Política* giraram em torno do Governo Estadual. Sobre ações do governo para combater a dengue, obras de ampliação da Sanepar em Guaratuba e a instalação de uma multinacional em Castro.

Apesar dessa pauta também poderia ser encaixada na categoria *Cidade*, a notícia destaca o trabalho político do governo em fazer políticas de incentivo para empresários instalarem as empresas no Paraná.

Em abril, as matérias trouxeram discussões de mudanças de partidos dos vereadores ponta-grossenses, protestos a favor do impeachment da ex-presidente Dilma, resumo da sessão da Câmara de Vereadores e os procedimentos para atualizar o título eleitoral para quem possui algum tipo de deficiência como deve proceder para atualizar seu título.

No mês de julho, apenas duas pautas foram encaixadas na categoria. Uma notícia sobre uma palestra de direito eleitoral e outra sobre a agenda do governador Beto Richa em um fórum que discutia formas de energia.

Pautas de *Polícia*

Tabela 7 – Número de pautas da categoria *Polícia*

Mês	Total de matérias
Fevereiro	1 (2,04%)
Abril	2 (4,76%)
Julho	5 (10,87%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Em fevereiro apenas uma matéria ficou na categoria de *Polícia*. Sobre o treinamento que os policiais militares fizeram com comerciantes no litoral paranaense para identificarem notas falsas.

No mês de abril, as pautas foram sobre o número de capotamentos de carros e a apreensão de um carro roubado. Em julho, as pautas foram sobre vandalismo em unidade de saúde, protesto contra vandalismo em escolas municipais, acidentes com fogos de artifícios, o caso do ex-funcionário da Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa que é acusado de desviar dinheiro e a criação de um aplicativo de segurança usado por moradores.

Pautas de *Educação*

Tabela 8 – Número de pautas da categoria *Educação*

Mês	Total de matérias
Fevereiro	1 (2,04%)
Abril	3 (7,14%)
Julho	3 (6,52%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

Na categoria *Educação*, fevereiro conta apenas com uma pauta sobre a semana pedagógica da educação municipal. Em abril, a chamada para inscrições do vestibular da UEPG, inauguração de um centro de educação infantil e um projeto de uma faculdade particular da cidade.

No mês de julho, sobre o vestibular e um concurso promovido pela UEPG e uma matéria sobre uma obra de uma escola estadual que está abandonada.

Pautas de *Religião*

Tabela 9 – Número de pautas da categoria Saúde

Mês	Total de matérias
Fevereiro	1 (2,04%)
Abril	0
Julho	1 (2,17%)

Fonte: tabela elaborada pela autora

A categoria *Religião* conta apenas com duas matérias. Uma sobre a missa de cinzas realizada pela igreja católica e a outra é uma entrevista com um padre para falar sobre as comemorações da padroeira de Ponta Grossa.

O ‘Jornal da Educativa’ produz matérias locais e regionais, e transmite matérias estaduais devido sua parceria com a TV Educativa de Curitiba. A cidade de Ponta Grossa é possui diversos veículos de imprensa. Atualmente, dois jornais impressos circulam no município e nas cidades da região: Diários dos Campos e Jornal da Manhã. Entre as rádios AM e FM estão listadas 12 estações, entre elas a rádio comunitária Princesa FM (87,9). Já nas emissoras de televisão com produção na cidade de Ponta Grossa, duas emissoras aparecem na TV à cabo e três emissoras no sinal aberto. Entre os canais a cabo estão a TV Vila Velha e TVM. Já nas emissoras com sinal aberto estão RPC Ponta Grossa, TV Guará e a TV Educativa de Ponta Grossa. A RPC é filiada da Rede Globo e a TV Guará afiliada do SBT, ambas já transmitem o sinal digital para os telespectadores.

Em uma comparação da RPC e TV Guará com a TV Educativa de Ponta Grossa no alcance do sinal das emissoras, de acordo com informações repassadas pelas próprias emissoras, a RPC Ponta Grossa atinge 35 municípios, a TV Guará 64 cidades e a TV Educativa atinge nove cidades da região.

Dessa forma é importante pensar em como se dá o cenário local e regional da imprensa e em que contexto a Televisão Educativa de Ponta Grossa está inserida. Na região dos Campos Gerais, não existe outra emissora de televisão pública e educativa. As mais próximas são as emissoras educativas da capital paranaense (Curitiba) e no sudeste do Estado em União da Vitória. Por isso, interessante pensarmos em como se estrutura o telejornal local da TV

Educativa de Ponta Grossa, quais suas especificidades, quanto emissora regional, pública e educativa.

“O telejornal local é um importante instrumento de prestação de serviço, diz Rodrigues (2005), e deve informar a respeito de campanhas de saúde, ações ilegais, entre outros assuntos que atinjam a vida da comunidade. O telespectador do noticiário regional, além de ver seus problemas expostos na TV, quer ver a emissora cobrar soluções das autoridades. Dessa maneira, o jornalista cumpre seu papel social de fiscalizador do poder público e é na escolha das pautas que esse papel tem início” (COLTRO, p.119, 2012)

Com essa reflexão de Coltro, podemos entender que o telejornal deve cumprir vários papéis: de representar o cidadão, cobrar o poder público, refletir sobre os assuntos em debate na sociedade, cobrar soluções que os cidadãos necessitam, entre outras. Esses são preceitos do telejornalismo como um todo, mas que vão ao encontro com os princípios de televisão pública.

“Apresentar uma versão, apresentar uma leitura crítica do mundo, exige que você apresente uma leitura crítica do próprio espetáculo. Nesse sentido, o mundo passar por um momento sem precedentes: o momento em que a televisão pública, é capaz de uma leitura do mundo mais independente do que a das emissoras comerciais e das empresas. (...) Para ser independente frente ao mercado, é necessário que o jornalismo se estruture numa dimensão pública” (BUCCI, p.54-55, 2003).

Portanto, as pautas do telejornal devem apresentar questionamentos pertinentes de uma televisão pública e educativa. “Jornalismo público é um serviço para o público, não é um simples *press-release* do governo, ou laboratório de experimentação para quem não se preocupa com a audiência” (KOTSCHO, p.77, 2003).

O atual Diretor de Jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa, Marcelo Franco, relata que a equipe de jornalismo não segue uma linha editorial para produção de pautas. Os repórteres só não produzem temas que são ditos como ‘complicados’.

Alguns temas não podemos fazer, são complicados de trabalhar. Alcoolismo, por exemplo, bebida alcoólica, temos que ter muito cuidado. A gente não pode correr o risco de infringir a legislação que proíbe que uma Tv Educativa faça mensal a bebida alcoólica que possa indiretamente incitando o alcoolismo, alguma coisa assim. Drogas a mesma coisa, basicamente é isso. Tem restrições nesse aspecto, mas não são muitas não. (FRANCO, 2017)

O pauteiro da emissora, João Oliveira, reitera a afirmação do diretor de jornalismo e destaca a falta de pautas falando sobre os problemas dos bairros ponta-grossenses.

Tem assuntos que a gente não trata. Por exemplo, não podemos tratar nada que envolva álcool, a gente não gosta de tratar nada que envolva suicídio. E cobrimos assuntos que se enquadram. Dentro daquela facticidade que te falei, por exemplo, hoje lançamento de livro. Não só sobre o lançamento, mas traz o escritor. Fazemos muita pauta relacionada a UEPG, eventos dos cursos, a gente cobre um monte deles. Até porque é uma facilidade do factual de fazer. Matérias de Cultura a gente faz muito, coisa que as outras (emissoras) não dão muita atenção. Mas a gente falha nesse atendimento da comunidade, assuntos dos bairros, praticamente não aparece. (OLIVEIRA, 2017)

Uma das premissas da televisão pública é dar voz à população. E o telejornal na TV Educativa, como frisado pelo diretor de jornalismo, não segue uma linha editorial. E o pauteiro ressalta que a facilidade da pauta é relevante para se produzir o tema. Ou seja, uma pauta que seja de difícil acesso de locomoção, talvez fique de fora por formalidades logísticas de produção. Consequentemente, a população se ‘afasta’ da TV por não se ver representada no telejornal.

4.2 Fontes e Formatos

Tabela 10 – Número de fontes

Tipos de fontes	Fevereiro	Abril	Julho
Oficial	23	30	22
Empresarial	11	12	17
Institucional	6	9	11
Popular	18	16	32
Notável			
Testemunhal			1
Especializada	7	3	6
Referência			1

Fonte: tabela elaborada pela autora

Em todas as matérias as fontes foram anotadas. Nessa categoria, encaixam-se oito tipos de fontes. Além disso, no caso das fontes oficiais municipais também foram analisadas

as valências, já que uma das problemáticas da pesquisa é entender a relação do poder público municipal com a emissora. A valência também aparecerá em outros tipos de fontes, quando essas fizerem parte de alguma matéria que tenha relação com o poder público municipal. Nesse sentido, é importante perceber e entender a presença das fontes e seus tipos no telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa.

No mês de fevereiro, das 65 fontes da semana, um total de 23 são fontes oficiais, sendo que 15 tem valência positiva. Por três vezes o Prefeito Marcelo Rangel aparece como entrevistado nas matérias. E ainda, por mais três vezes secretários municipais do governo também foram fontes das notícias. Nas outras categorias de fontes, aparecem seis institucionais, com valência de uma fonte equilibrada e outra positiva. Nas fontes populares, são 18 entrevistados. Com cinco de valência negativa e uma equilibrada. Além disso, as fontes empresariais ao todo são 11 e sete especializadas.

No mês de abril, ao todo aparecem 70 fontes. Desse total, 30 são oficiais, com valência de cinco negativas e uma equilibrada. O Prefeito Marcelo Rangel é entrevistado por duas vezes e dois secretários municipais também são fontes das pautas. As fontes populares aparecem com 12 e duas valências positivas e uma equilibrada. Já as fontes institucionais contam com nove, com valência equilibrada e positiva, uma cada. O tipo empresarial ocorre 12 vezes e especializada três vezes.

Já no mês de julho, foram computadas 90 fontes na semana. Desse total, 22 são oficiais com valências positivas de seis e três equilibradas. O Prefeito Marcelo Rangel não aparece em nenhuma reportagem e apenas um secretário municipal é entrevistado. São 11 fontes institucionais, com uma valência equilibrada e uma positiva. São 32 populares com três valências positivas e equilibradas cada. Dezessete fontes empresariais, seis especializadas, uma testemunhal e uma de referência.

Descrever as fontes que protagonizam as matérias é um dos objetivos da pesquisa. Uma televisão pública e educativa assume compromissos diferentes da televisão comercial. Por isso, presume-se que as fontes das matérias jornalísticas devem ser plurais e não apenas uma reprodução do que as emissoras comerciais reproduzem. “Não apenas divulgar nos noticiários as ações do governo, mas abrir espaço para que diferentes setores da sociedade possam se manifestar” (KOTSCHO, p.76, 2003).

Analisando as fontes que estiveram presentes no telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa, percebemos a forte presença de fontes oficiais, tanto dos governos municipais e estaduais. Fontes relacionadas à Prefeitura de Ponta Grossa são diariamente entrevistadas pela emissora.

Na semana de fevereiro, foram 14 fontes oficiais municipais, em abril foram 10 e julho um total de nove fontes. Como já citado, o Prefeito Marcelo Rangel e secretários municipais são presentes em várias pautas noticiadas pelo telejornal, fazendo com que assuntos relacionados a Prefeitura estejam presentes diariamente no ‘Jornal da Educativa’.

O conceito de pluralidade é outro elemento discutido por pesquisadores na produção de notícias para os telejornais. A pluralidade em uma notícia não é definida pela quantidade de fontes. “Declarações de pontos de vista diferentes sobre um tema ou fato não conduzem necessariamente para uma aproximação da realidade, mesmo quando eles se contradizem” (SPONHOLZ, 2003, p.118). Portanto, cada notícia terá que ser analisada em seus mais diversos aspectos para se entender a composição do que foi produzido e a função da fonte naquela matéria. Já para Quevedo (2009), a escolha das fontes tem relação com a credibilidade jornalística e fiabilidade que a pessoa entrevistada tem para falar sobre o assunto pautado.

“A ideia de uma televisão plural é mais ou menos aceita como um dos padrões essenciais para que se avalie a sua qualidade, e esse é um predicado essencial e completamente intransferível da TV Pública” (HOINEFF, p.43, 2003). Nesse sentido, podemos entender a pluralidade como a produção geral da televisão e também a pluralidade que cerca as fontes jornalísticas. Se esse tópico pode ser considerado um método de análise de qualidade da emissora pública, o telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa, que é considerado pelo Diretor de Jornalismo o principal produto da emissora, deve atender as premissas da televisão pública. No entanto, o ‘Jornal da Educativa’ apresenta limitações quanto a essas premissas: a pluralidade de fontes não é observada no telejornal.

As matérias também foram categorizadas de acordo com seu formato. Importante entendermos o formato para caracterizar o tipo de produção e investimento que a emissora desloca para produção das notícias. Lembrando que, nesse total dos formatos, também estão incluídas as matérias da TV Educativa de Curitiba, já que as notícias produzidas pela emissora também compõem o conjunto do telejornal.

No mês de fevereiro, foram decupadas 49 matérias durante a semana pesquisada. Desse total são 12 reportagens, cinco notas cobertas, três notas simples, 12 notícias, 11 entrevistas e seis indicadores.

Em abril, do total de 42 matérias, foram oito reportagens, sete notas simples, 18 notícias, nove entrevistas, indicador e notas cobertas não foram feitas. No mês de julho, das 46 matérias da semana são 13 reportagens, nove notas simples, 18 notícias, três entrevistas, três indicadores e nenhuma nota coberta.

4.3 Localização

O tópico da Localização diz respeito da dimensão que as matérias se encaixam: local, regional ou estadual. A TV Educativa de Ponta Grossa é uma emissora com abrangência regional. O sinal chega para mais sete cidades da região dos Campos Gerais. Na tabela abaixo, podemos ver o total de matérias produzidas e elencadas nessas três categorias.

Tabela 11 – Localização das notícias

Mês	Local	Regional	Estadual
Fevereiro	31	3	15
Abril	31	3	8
Julho	31	3	8

Fonte: tabela elaborada pela autora

Apesar da TV Educativa abranger nove cidades com seu sinal, a cidade de Ponta Grossa é majoritariamente noticiada no telejornal. As notícias que se encaixam em estadual são produzidas pela TVÉ Paraná de Curitiba. Em todas as edições analisadas pelo menos duas matérias da emissora da capital paranaense são transmitidas. O Diretor de Jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa explica o critério para a escolha dessas notícias.

É o interesse que ela pode ter aqui pra Ponta Grossa. Por exemplo, tem que ser uma matéria que haja um impacto para Ponta Grossa e para o Paraná. Relacionadas a entrega de alguma verba. Matérias de interesse geral que eles produzem muito lá em Curitiba. Esse tipo de matéria que tenha um interesse geral, seja de cunho político ou de cunho geral mesmo. Recebemos matérias todos os dias. E usamos duas ou três todos os dias (FRANCO, MARCELO)³²

³² Entrevista concedida a autora no dia 18 de dezembro de 2017.

A falta de produção de matérias em outras cidades é justificada por conta da estrutura que a emissora possui. O pauteiro foi questionado se há uma limitação de distância em Ponta Grossa e outras cidades para coberturas das pautas.

Em Ponta Grossa não. Nós vamos até Carambeí. Há dez anos fazíamos matérias em Irati, em Prudentópolis, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, vários lugares. Agora não consegue. O que dá para dizer com certeza, de 2010 pra cá, isso foi morrendo. Porque o desmonte da TV começou no governo Wosgrau. Hoje o que existe é o contrário. É uma recuperação, mas é uma recuperação lenta. (OLIVEIRA, JOÃO³³)

Com isso, o telejornal da emissora cobre na sua maioria assuntos de Ponta Grossa e pautas que chegam mais facilmente para a produção do telejornal.

“O jornalismo regional é caracterizado pela relação de proximidade com a comunidade local. Por meio dele, o cidadão comum pode ver seus problemas incluídos nas pautas diárias e, pela proximidade com a produção das emissoras de TV, pode mais facilmente cobrar uma solução” (COLTRO, p.123, 2012).

Nesse sentido, poderíamos concluir que o cidadão de Ponta Grossa deve se sentir representado através do telejornal da TV Educativa. Mas quando questionado se a produção de pautas parte de sugestões dos cidadãos, o pauteiro alega que essas sugestões não chegam até ele, e as pautas produzidas na sua maioria são produzidas a partir de releases de assessorias de imprensa.

Temos extrema liberdade para trabalhar as pautas. É evidente que continua tendo uma prioridade vinda de direção para assuntos da Prefeitura. São assuntos prioritários. Uma agenda positiva da Prefeitura. Mas não há nenhuma restrição diferentes materiais. O que não tem é assim: equipe para fazer trabalhos mais elaborados. As pautas são totalmente factuais. Pautas que não tenham mais de duas fontes, por exemplo. Se não a gente não da conta de fazer. Não é que não chega. Mas chega um número muito baixo. O que chega mesmo é da própria equipe. Os estagiários trazem, o Marcelo (Franco) traz muito. A Leticia (Cabral) que trabalha em rádio também traz. Eles trazem as coisas que vem do rádio. O rádio tem uma dinâmica maior. Da comunidade é muito pouco. Já foi bem mais. (OLIVEIRA, 2017)

4.4 Tempo

O tempo total que as matérias foram televisionadas também faz parte do contexto das características jornalísticas do telejornal analisado. Elaboramos uma tabela onde os tempos de cada categoria foram somados.

³³ Entrevista concedida a autora no dia 11 de dezembro de 2017.

Tabela 12 – Tempo das matérias por categoria

Categoria	Tempo total da semana de cada mês
Cidade	Fevereiro: 29'14'' Abril: 35'08'' Julho: 38'59''
Cultura	Fevereiro: 10'53'' Abril: 10'51'' Julho: 3'39''
Educação	Fevereiro: 1'41'' Abril: 5'41'' Julho: 3'58''
Esporte	Fevereiro: 11'05'' Abril: 4'37'' Julho: 6'07''
Polícia	Fevereiro: 1'37'' Abril: 2'24'' Julho: 9'56''
Política	Fevereiro: 4'40'' Abril: 16'51'' Julho: 6'07''
Religião	Fevereiro: 3'44'' Abril: 0 Julho: 3'20''
Saúde	Fevereiro: 14'07'' Abril: 17'25'' Julho: 10'01''
Transporte	Fevereiro: 22'33'' Abril: 0 Julho: 3'42''

Fonte: tabela elaborada pela autora

A categoria *Cidade* aparece com o tempo total maior em todos os meses. Refletindo assim como já vimos no começo da análise, o maior número de notícias produzidas. A segunda categoria com maior número de tempo é *Saúde*. Em que as notícias na sua maioria trazem uma contextualização sobre o assunto abordado com especialistas e funcionários do setor.

A categoria *Esporte*, por exemplo, teve 13 matérias no total das três semanas analisadas. Mas o tempo total dessas notícias não é extenso, visto que essas matérias na sua maioria são notas sobre o time do Operário. Apesar dessa categoria aparecer na terceira colocação em quantidade total de matérias, o tempo utilizado para televisionar o assunto não é tão amplo.

Já a categoria *Transporte* se destaca no mês de fevereiro com as pautas relacionadas ao valor da passagem do transporte público e no mês abril não há nenhuma matéria nessa categoria e no mês de julho apenas uma.

4.5 Redes sociais

A TV Educativa de Ponta Grossa possui página na rede social *Facebook* e também mantém um canal no *Youtube*. No *Facebook*, a emissora tem duas páginas. Mas somente uma está ativa e é oficial³⁴ no momento. A outra foi criada em outra gestão e com a troca de cargos não foi mais usada, mas ainda assim, encontra-se no ar. O perfil publica as matérias individuais que foram ao no telejornal e divulga chamadas para o ‘Jornal da Educativa’. Nessas divulgações, apenas o link da matéria é postado, não há indicações de quando a notícia foi ao ar, ou alguma frase de contextualização da reportagem.

No canal do *Youtube*³⁵ ocorre a mesma situação. As matérias são publicadas apenas com um título que geralmente são de 3 a 5 palavras. A descrição do material não situa o usuário de quando a reportagem foi ao ar e se há alguma informação adicional. Além disso, não há como saber a hierarquia das notícias, já que elas são postadas individualmente e os telejornais na íntegra não são disponibilizados online. Dessa forma, a TVE não prioriza as redes sociais digitais na divulgação de conteúdo, bem como na relação que ela visa estabelecer com seus telespectadores.

³⁴ Página oficial do Facebook. Disponível em: <www.facebook.com/tveducativapg/>

³⁵ Canal no youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/TVEPontagrossa/videos>>

4.6 Produção técnica

A estética e recursos audiovisuais também compõe a qualidade do material telejornalístico. Nesse sentido, o artigo “Luz, câmera, interpretação: Os elementos da construção da notícia na TV”, dos autores Magalhães, Souza e Vizeu (2008), apontam a importância da inclusão de efeitos visuais nos telejornais para dar destaque para as informações e chamar a atenção do telespectador. Por exemplo, “os gráficos são construções visuais que manipulam e organizam dados, gerando novas informações. As legendas dão força aos números, assim como o destaque dá força ao texto e as fotos”, ressaltam Magalhães, Souza e Vizeu (2008, p.6).

Esse tópico procura identificar o quanto o telejornal analisado utiliza desses recursos para auxiliar/acrescentar informações durante a reportagem. As televisões comerciais usam habitualmente esses efeitos nas suas reportagens. Será que as televisões educativas também procuram e conseguem acrescentar recursos visuais em suas reportagens? O questionamento fica por conta da estrutura das emissoras. As televisões educativas lidam com equipamentos desatualizados e, geralmente, com baixo quadro de funcionários em suas estruturas. “os mapas, gráficos, legendas, destaques no texto e nas fotos e demais ilustrações são formas de substituir imagens do fato em si e tornar a notícia mais compreensível”, observam Magalhães, Souza e Vizeu (2008, p.6).

O que se percebe no material analisado do ‘Jornal da Educativa’ é o baixo investimento nesses recursos. A maioria das matérias da categoria *Indicador*, onde o telejornal passa informações sobre concursos, eventos, agendas, empregos, clima, entre outros tópicos, se dá através de um fundo azul e letras grandes brancas. Não são usados recursos como gráficos, animações, imagens, etc. Além disso, a maioria das matérias não conta com a identificação dos entrevistados, deixando o telespectador sem essa informação importante.

Maciel (1995) lembra que o não se pode esquecer que o elemento principal de uma notícia na televisão é a imagem. O jornalista deve produzir um texto que complemente a imagem transmitida. “Tem de informar de maneira direta, clara e objetiva, pontuando com um ritmo adequado a imagem que o vídeo mostra” (MACIEL, 1995, p. 44). Portanto, entende-se que para entender as características de um telejornal, as imagens que são televisionadas devem ser analisadas, já que é um dos elementos principais da notícia do telejornal.

Outra questão do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa é que ele não é ao vivo. Os dois diretores de jornalismo da emissora, que estiveram no cargo enquanto a pesquisa estava em andamento, foram questionados sobre o motivo de o programa ser gravado.

Nós não conseguimos fazer o jornal ao vivo por questão de estrutura mesmo. Os nossos equipamentos dão alguns problemas e não podemos correr esse risco no ao vivo. Além disso, precisaríamos de uma equipe maior disponível nesse horário, o que gera hora extra para o município (FARIAS, 2016)

Ele continua não sendo ao vivo. A gente fez ao vivo, recentemente, durante quase um mês. Não houve problema técnico nenhum. A única coisa é que você não tinha nenhum ganho de qualidade por estar fazendo ao vivo. Por questões técnicas e de funcionários, que há muito tempo não se contrata, o jornal é feito com duas câmeras. O cinegrafista apenas posiciona as câmeras e então não dá aquela condição de movimento durante o jornal. Então não havia ganho nenhum em fazer ao vivo em relação ao gravado. Então a gente optou por fazer gravado. Ano que vem agora com a digitalização, a gente vai sentar e verificar que ajustes podem ser feitos pra gente fazer ao vivo todos os dias de segunda a sexta. (FRANCO, 2017)

4.7 Resultados

O telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa apresenta características pertinentes para o estudo de televisão pública educativa. Os temas mais pautados são da categoria Cidade. Pautas na sua maioria factuais sobre assuntos do cotidiano do município. O que nos faz remeter que temas relacionados à Ponta Grossa são ligados com as questões da população, mas não é bem isso que mostra a análise.

Ao focarmos nas fontes que são entrevistadas para essas matérias, em sua maioria são oficiais. Ou seja, que têm alguma relação com o poder público municipal. O pauteiro da emissora, João Oliveira, explica que há facilidade de produzir pautas sobre a Prefeitura, além de, uma orientação para que assuntos do poder municipal sejam tratados como prioridade.

Temos extrema liberdade para trabalhar as pautas. É evidente que continua tendo uma prioridade vinda de direção para assuntos da Prefeitura. São assuntos prioritários. Uma agenda positiva da Prefeitura. Mas não há nenhuma restrição diferentes materiais. O que não tem é assim: equipe para fazer trabalhos mais elaborados. As pautas são totalmente factuais. Pautas que não tenham mais de duas fontes, por exemplo. Se não a gente não da conta de fazer. (OLIVEIRA, 2017)

Com essa fala fica evidente que os critérios de noticiabilidade usados pela equipe de jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa são voltados para interesses políticos e não interesses de uma pluralidade na sua produção.

O diretor de jornalismo da emissora, Marcelo Franco, justifica a presença do poder público nas notícias como algo que as outras emissoras não fazem. Por isso, a TVE destaca no seu telejornal assuntos relacionados a Prefeitura.

É exatamente pela questão de estrutura, pela questão de interesse e por questão que as outras não fazem. A RPC, por exemplo, não faz nada em relação ao que o município faz e oferece. Esse ano se inaugurou dezenas de escolas e cmeis e as tvs comerciais elas não fazem. Elas fazem se o bairro lá tá reclamando, daí eles vão lá e fazem a matéria. Ficam dois, três dias falando. Mas quando a entrega de um benefício, um cmei, uma escola, eles não divulgam. É aquilo que te falei, fazer o que as outras não fazem. E pelo fato que a TV faz parte da estrutura da Prefeitura também. Ela é custeada pela Prefeitura. A gente vai tentar buscar inclusive essa independência, ou pelo menos, tentar captar no comércio parceiros. Mas sem dúvida é a Prefeitura que mantém a TV no ar. (FRANCO, 2017).

Podemos perceber também que raramente entrevistas que falem negativamente da Prefeitura são colocadas no ar. No mês de fevereiro onde aparecem cinco entrevistados com valência negativa, a pauta é relacionada com o transporte público. As fontes questionam o aumento da passagem em relação a qualidade do serviço que é prestada pela empresa Viação Campos Gerais. Ou seja, não é uma fala negativa diretamente sobre a Prefeitura, mas é assunto que compete ao poder municipal. Já que a fiscalização da qualidade dos serviços do transporte público municipal é feita por servidores públicos municipais. Mas essa relação entre Prefeitura e empresa não é citada na matéria.

Do total de matérias analisadas, somente essa notícia traz entrevistados com valência negativa. Nas demais são positivas e equilibradas. Desse modo, podemos perceber que assuntos que afetam a Prefeitura negativamente não são pautados na emissora. Questionado sobre o não aparecimento de notícias que questionam o poder municipal, o pauteiro da emissora justificou como algo que não chega até eles (funcionários).

Não aconteceu. Não sei dizer o que aconteceria, porque nós não recebemos reclamações até agora. A TV agora está indo para o digital. Ficamos com telefone um tempão e ficamos numa fase extremamente caótica. Então, praticamente a gente não tem hoje sugestão de pauta da comunidade. Da sociedade sim, via órgãos institucionais que tem assessoria de imprensa. Tipo associação comercial, algum sindicato, quem tem assessoria de imprensa. Agora comunidade não chega até nós não. Chegava antigamente, agora não mais. (OLIVEIRA, 2017)

Perguntado sobre o que era feito quando chegavam reclamações da Prefeitura, Oliveira responde que as matérias “eram feitas sempre buscando o retorno da Prefeitura também.

Havia uma batalha aí, o pessoal lá de cima, inclusive de ligar para que alguém respondesse, para não entrar só a visão da comunidade” (informação verbal)³⁶.

Outra questão importante de se observar é a abrangência das matérias produzidas pelas equipes de jornalismo. Na sua maioria, as notícias são de Ponta Grossa. Mesmo com o sinal da emissora alcançando mais sete cidades da região dos Campos Gerais. A justificativa dos funcionários entrevistados é que a estrutura limita a produção. A falta de carros em boas condições e por vezes o racionamento de gasolina por parte da Prefeitura, impede que a equipe de reportagem se desloque para outras cidades.

Nesse mesmo tópico de estrutura, se observa que as condições técnicas para a gravação do telejornal não tiveram investimentos. O estúdio onde o telejornal é gravado é o mesmo onde os outros programas também são produzidos. Ou seja, o mesmo equipamento é usado por diversas equipes. O telejornal não possui um estúdio ou equipamentos exclusivos. Além disso, o ‘Jornal da Educativa’ é gravado tendo como justificativa as fragilidades técnicas dos equipamentos e que ao vivo não faria diferença para o telespectador.

A pesquisa fez um percurso sobre conceitos do telejornalismo público ao longo dos capítulos. E caracterizou as notícias do telejornal para entender se o ‘Jornal da Educativa’ reflete ideais desse jornalismo público e da televisão pública. Sobre a função da emissora como pública e educativa, os funcionários da TVE de Ponta Grossa, analisam se ela realmente cumpre seu papel.

Eu, sinceramente acho esse conceito de jornalismo público meio subjetivo. Uma coisa que se inventou e tentou se trazer para o Brasil e que não se aplica aqui. Nunca vi ninguém aplicar de verdade. Mas não, a gente tá muito mais parecido com uma TV comercial do que qualquer outra coisa. Não tem muita diferença não. A diferença está em algumas escolhas que a gente faz, como te falei agora pouco, mas que são decisões nossas. De dar espaço para o cultural, de cobrir algumas coisas que talvez as outras (emissoras) não cubram. (OLIVEIRA, 2017)

Eu acredito que cumpre. Ela cumpre na medida em que o jornal, 60% das matérias que vão para o ar, de alguma maneira tem um cunho educativo. Do ponto de vista informativo educativo. São matérias que buscam orientar a população se planejar para o ano seguinte, como colocar em ordem as finanças no fim do ano, quando tem toda uma série de recursos que o trabalhador recebe. Isso não deixa de ser educativo. A gente faz matéria relacionada a educação. Mostrando como a educação do município tem melhorado. Não só o jornal, mas programas também. O Ney faz um programa de assuntos diversos e assuntos muitas vezes que não são levados para o ar por outras emissoras. Busca preencher um espaço que as outras não preenchem. Que o telespectador não teria oportunidade de ver numa televisão comercial. E aqui ele pode assistir. (FRANCO, 2017)

³⁶ Entrevista concedida a autora dia 11 de dezembro de 2017.

Podemos perceber que para a equipe de jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa, eles consideram a emissora diferente das emissoras comerciais na produção de notícias. E com isso, a atenção para assuntos diversificados para além da agenda da Prefeitura são esquecidos. Ao analisar as matérias, podemos perceber que em várias notícias a população é entrevistada, principalmente na área da saúde e obras realizadas na cidade. Mas essas entrevistas para falar sobre a relevância do benefício que aquele empreendimento ou serviço oferecido pela Prefeitura tem para a população.

Obviamente que notícias sobre agendas culturais, obras, serviços de saúde, entre outros temas devem aparecer em um telejornal, mas não devem ser tratados pela somente pela ótica do poder municipal. Opiniões contrárias e plurais são necessárias para um jornalismo de qualidade, como bem apontamos nessa pesquisa. O telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa reflete características atreladas ao poder público municipal, o que limita seu poder de questionamento e credibilidade com o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou caracterizar as notícias do telejornal da TV Educativa de Ponta Grossa. Para isso, realizou-se um percurso desde seu surgimento, passando pela legislação das televisões públicas e educativas do Brasil, e os problemas que essas emissoras enfrentam em relação ao financiamento, à credibilidade, à distribuição do conteúdo produzido, à legitimidade dos profissionais, à sua gestão e autonomia em relação ao poder municipal.

Em 2017, completou 50 anos da primeira televisão educativa no país, e apesar disso, pouco se avançou em legislações próprias e modelos de financiamento que não sejam vinculados com poderes municipais, estaduais ou federais. Com o cronograma de digitalização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, as emissoras educativas se viram obrigadas a entrar em um padrão tecnológico das televisões comerciais. A TV Educativa de Ponta Grossa só conseguiu cumprir esse prazo dois dias antes da data estabelecida, ou perderia o sinal da concessão. O cronograma foi estabelecido pelo governo federal e pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A digitalização teve início em novembro de 2015 e tem previsão para que seja feita por completa no país, somente em 2023.

Desde sua fundação, a TVE de Ponta Grossa passa por momentos de incertezas a cada mudança de gestão da Prefeitura. O concurso realizado em 2004 foi um avanço em termo de investimento em profissionais e também na compra de equipamentos próprios para a emissora operar. De lá para cá, tudo se manteve e pouco progrediu. Os funcionários que haviam sido contratados pelo concurso, foram saindo da TVE e as vagas não foram substituídas. Um novo concurso foi feito em 2011. O jornalista que assumiu acabou falecendo no ano de 2015 e essa vaga também não foi suprida. O investimento em equipamentos para a digitalização do sinal foi necessariamente obrigatório para que a TVE continuasse no ar. Já, a estrutura como, estúdios e salas, passaram por uma pequena reforma de pintura de paredes e trocas de alguns cenários.

Podemos assim perceber que o investimento na estrutura como um todo da TV Educativa de Ponta Grossa se limita em pequenos passos em cada gestão, o que acaba refletindo na produção de programação própria. O telejornal, objeto empírico da pesquisa apresentada, é dito como o carro-chefe da emissora, mas que apresenta diariamente com dificuldades para produzir matérias que não sejam factuais e sobre a agenda da Prefeitura.

Ao analisar o ‘Jornal da Educativa’, em um primeiro momento o impacto da estrutura limitante foi percebido. Os arquivos do telejornal não eram guardados na sua íntegra por mais que 30 dias, somente as matérias em arquivo individual. Por isso, não foi possível verificar a hierarquização das notícias no produto final transmitido ao telespectador. Outra dificuldade em relação ao acesso de informações da emissora foi a falta de documentos físicos organizados.

No segundo semestre de 2017 foi solicitado ao departamento administrativo da TVE uma lista de todos os funcionários que já trabalharam e ainda estavam trabalhando no local. O documento entregue depois de mais um mês da solicitação, acabou sendo inutilizado. A lista veio com nomes incompletos, vários sem os cargos que foram exercidos na emissora e sem as datas de entrada e saída do contrato de trabalho. Com esse documento, o objetivo era identificar a estrutura da equipe de jornalismo em todas as gestões municipais.

Portanto, a pesquisa foi sendo adaptada para trabalhar com as informações e arquivos disponíveis para serem decupados. O trabalho de criar categorias e unidades de registro teve que ser constantemente questionado. Para perceber se aquelas categorias conseguiriam dar conta de caracterizar o telejornal da TVE. Através dessa caracterização, conseguimos perceber o modo de fazer jornalismo na TV Educativa de Ponta Grossa. E as entrevistas, nos mostraram a percepção da equipe de jornalismo na preparação desse telejornal. Nos mostram também que os profissionais se adaptam à realidade econômica, física e gestão de cada governo. Todas essas limitações refletem no modo de fazer jornalismo. Os funcionários se adequam as condições que são proporcionadas para eles, e a consequência disso é a sensação do telespectador de que com os recursos dados pela gestão municipal são suficientes para que a emissora funcione, sem precisar de mais investimentos. Afinal, se tudo ainda funciona com a estrutura e verba oferecida, a TVE aparenta boa gestão em seus setores, sem precisar de modificações.

Com o resultado da análise, pode-se entender melhor como questões internas da emissora refletem no produto final. O telejornal fica à agenda da Prefeitura de Ponta Grossa, como vimos, por uma orientação da direção da emissora e, além disso, por conta de dificuldades logísticas. A equipe de jornalismo conta com apenas um carro e depende do combustível oferecido pelo governo municipal. Portanto, a produção é atrelada aos recursos oferecidos pela Prefeitura. Sendo assim, o telejornal noticia o que mais facilmente é acessível. Interessante perceber a relação do governo municipal e estadual nos assuntos pautados em

diversas áreas que oferecem serviços para a população. A relação entre televisão educativa e poder municipal fica evidente na escolha em ressaltar esses serviços que a população necessita, além de destacar projetos que beneficiam a cidade em momento de eleições municipais e a emissora sendo financiada com dinheiro da Prefeitura.

Sendo assim, as premissas de uma televisão pública e educativa não são colocadas em pautas e questionadas nas suas produções. Ou nem mesmo são levadas em contas em vários momentos. A estrutura da emissora justificaria um telejornal baseado em assessorias e agenda da Prefeitura? Para desenvolver essa questão, o contexto da importância da televisão e do telejornal no cotidiano dos cidadãos, se faz necessária.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a televisão está presente em 97,1% dos 67 milhões de domicílios brasileiros, na última pesquisa feita em 2014. Outra pesquisada divulgada em 2015 pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República revela que a televisão é o meio de comunicação mais utilizado pela população brasileira. A pesquisa também mostra que 79% dos entrevistados assistem televisão para se informar, revelando a importância e a responsabilidade que esse meio tem de informar os cidadãos.

A constante presença da televisão nos lares e, em geral, nas nossas vidas, leva a considerar a sua função socializadora: de certa forma, a televisão orienta-nos, intervém nas nossas conversas e é motivo de diálogo de várias pessoas que falam do que viram nela, seja a nível informativo ou ficcional. (...) Na verdade, conforme estudos de vários autores, a socialização é uma das quatro funções que a televisão pode cumprir na sociedade. Além da sua dimensão socializadora, a televisão é também um espaço para a cidadania (...) (MARTINS, 2013, p.13)

A televisão é o meio de comunicação que torna a notícia uma ‘réplica da realidade’, segundo a autora Martins (2013, p.7) e “ela nos influencia, nos molda o pensamento e faz parte da nossa vivência no dia-a-dia”. Portanto, a informação através da televisão se torna uma referência para o cidadão no seu cotidiano, é o meio em que a população encontra para se manter informada e formar sua opinião sobre os debates da sociedade.

Sendo, a televisão a grande invenção dos últimos tempos e o entretenimento de mais fácil acesso na comunidade global atual, precisamos saber usar de forma inteligente esse meio de comunicação, para que, além da diversão, possamos obter informações e conhecimentos úteis para nossas vidas. O fato é que a TV desempenha um papel importante na vida das pessoas, sem falar no tempo que lhe é dedicado. A televisão é o veículo de comunicação de maior alcance no país e o meio de entretenimento e informação mais utilizado pelos brasileiros, sua influência é inegável, principalmente entre crianças e jovens. Sendo assim, a televisão pode ser vista como

um enorme e democrático fórum de debate com caminho aberto para o mundo da informação e do conhecimento. (SILVA, 2010)

Nesse sentido, podemos relacionar a importância que o ‘Jornal da Educativa’ possui em transmitir notícias para a população. Se a emissora em sua quase totalidade produz matérias relacionadas ao governo municipal e ainda retransmite ações do governo estadual, a TVE se torna uma televisão governamental, e descumpra as premissas de uma televisão pública e educativa.

É evidente que o profissional de uma emissora pública deveria ter um olhar diferenciado para pensar pautas. E a construção da notícia para contemplar o cidadão e as várias camadas da sociedade que devem ser representadas nesse jornalismo público. Certamente, o jornalista não sai formado dos cursos de graduação um jornalista público e sim se adapta à demanda da empresa em que trabalha, mas o profissional sai graduado sabendo que a essência do jornalismo é o compromisso com a verdade e com o interesse público. Então o jornalismo público não seria o jornalismo na sua essência? Alguns autores apontam que o jornalismo focado nos interesses da sociedade e sua demanda já existiu, mas que se perdeu com o surgimento das empresas jornalísticas focadas em gerar lucro com a sua produção.

Portanto, podemos concluir que a seleção e construção da notícia para emissoras públicas devem contemplar suas particularidades referenciadas no jornalismo público, priorizando os debates que afetarão a vida do cidadão, temas que prestem serviço público, que auxiliem a toma de decisão e formação de opinião, bem como estimulem a participação da sociedade na sugestão e construção dessas notícias.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. 351 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1998. 229 p.
- BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública: a Tv Cultura de São Paulo, 1960-1974** – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Por_uma_televisao_cultural-educativa_e_publica.pdf> Acesso em: 15/07/2016
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **PESQUISA qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **TV regional: trajetória e perspectivas**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- BRITTO, Álvaro Francisco; FERES, Nazir. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>> Acesso em: 15/07/2016
- BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Revista Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n.88, nov. 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2777/art_BUCCI_E_posivel_fazer_televisao_publica_no_Brasil_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15/07/2016
- _____; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas: uma avaliação contemporânea**. Série Debates CI (Unesco), v. 10, 2012. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/documento/indicadores-de-qualidade-nas-emissoras-publicas-uma-avaliacao-contemporanea>> Acesso em: 10/04/2017
- CARVALHO, Cristiane Mafacioli. **Uma reflexão sobre o papel dos canais educativos no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/34269897275230435867749488493462158218.pdf>> Acesso em: 08/08/2017
- CARVALHO, Guilherme. **Mídia pública no Brasil: do estatal ao não-comercial**. Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, edição 11, janeiro-junho 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/42709/28469>> Acesso em: 01/02/2017
- CHAFFEE, Steven H.; MCDEVITT, Michael. On evaluating public journalism. In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 175-196.
- CHAGAS, Luãn José Vaz; MORAIS, Carlos Willians Jaques. **Agenda política e midiática: última semana de cobertura eleitoral e a opinião pública no radiojornalismo do interior**. Revista Vozes e Diálogo, 2015. Itajaí, v. 14, n. 01, jan./jun. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/7369>> Acesso em: 27/03/2017
- CHAPARRO, Carlos. **Interesse Público não se confunde com “interesse do público”**. 2012. Disponível em: <http://oxisdaquestao.provisorio.ws/wp-content/uploads/2016/03/2012_7_31_14_31_7_54154.pdf> Acesso em: 30/08/2016

COLTRO, Carla Cristina. A produção de notícias em TV: um estudo em emissoras regionais. In: _____. **O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade.** Rio de Janeiro: ACERP - TVE Brasil, 2003. 128 p.

COSTA FILHO, Paulo Celestino da. **Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos.** Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2006. Volume 3, nº4. Disponível em: <
<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/59/193>>
Acesso em: 15/05/2016

_____. José Tarcísio da Silva. **Qualidade no telejornalismo: parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais.** 2016. 227f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <
<http://www.ufjf.br/ppgcom/files/2013/08/OLIVEIRA-FILHO-Jos%C3%A9-Tarcisio.-Qualidade-no-telejornalismo.pdf>> Acesso em: 13/04/2017

COUTINHO, Iluska.; MARTINS, Simone. **Construção de Laços de Pertencimento entre a TV Alterosa Juiz de Fora e o seu Público.** Colóquio Internacional Televisão e Realidade, 2008. Disponível em: <<http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Simone%20Martins%20e%20Iluska%20Coutinho.pdf>> Acesso em: 15/07/2016

_____. **A informação na TV Pública.** Florianópolis: Insular. 2013.

_____. (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final.** Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <
http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/ufjf_relatoriotelejornalismoebc.pdf>
Acesso em: 15/05/2016

_____. **Público, Telejornalismo e Identidade: Uma reflexão sobre as esferas noticiosas e o destinatário da informação televisual.** XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0925-1.pdf>>
Acesso em: 15/07/2016

_____. **Um retrato da pesquisa em mídia pública no Brasil.** Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Set./Dez., 2016. Volume 39, nº 3. Disponível em: <
<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2562/2009>> Acesso em: 23/02/2017

_____. OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. **A matriz de avaliação e o índice de qualidade como suportes para aferição da qualidade do telejornalismo nas emissoras públicas.** In Anais do XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Compós, 2016. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp-siluskaetarci-sio_3378.pdf> Acesso em: 23/02/2017

DEUZE, M. **What is journalism?** Professional identity and ideology of journalists reconsidered. Journalism. November 2005 vol. 6.

FERREIRA, Rafael Ribeiro. **Um retrato das características do jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Comunicação Social – Jornalismo. 2009.

FREITAS, Ismael de. **As rotinas produtivas do jornalismo da TV Educativa de Ponta Grossa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Comunicação Social – Jornalismo. 2005.

GADINI, Sérgio. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo:** a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. Revista Famecos, nº 33 – agosto/2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/3264/3090>> Acesso em: 02/05/2017

GANS, Herbert J. **Deciding what's news:** a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time. 2nd Edition. Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GARCIA, Maria Tereza. **Proposta de Jornalismo Público da TV Cultura:** o que há de novo nas pautas e produção do telejornal? Tese de Doutorado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10453408-Proposta-de-jornalismo-publico-da-tv-cultura-o-que-ha-de-novo-nas-pautas-e-producao-do-telejornal.html>> Acesso em: 08/08/2016

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas:** jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUERRA, Josenildo. **A notícia como “construção” de realidade.** IN: Guerra, Josenildo. O Percurso Interpretativo da Produção da Notícia. Verdade e relevância como parâmetro de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. **Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia.** In: _____. Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

HOINEFF, Nelson. A gênese das televisões públicas. In: _____. **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: ACERP - TVE Brasil, 2003. 128 p.

I Fórum Nacional de Tvs Públicas. **Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática** (Carta de Brasília). Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística Coordenação Veet Vivarta. –Brasília, DF: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011.

IRIARTE, Yuri Santana. **O papel do jornalismo público na consolidação da democracia.** III Semana de Ciência Política Universidade Federal de São Carlos. 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Yuri-Santana-Iriarte.pdf>> Acesso em: 08/08/2016

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: São Paulo: Summus, 2004. 274p.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo: Summus, 2014.

KOTSCHO, Ricardo. TV Pública: espaço de pluralidade. In: _____. **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: ACERP - TVE Brasil, 2003. 128 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRIPPENDORF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990

LEAL FILHO, Laurindo. **A televisão pública brasileira, um vazio Histórico**. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_212.pdf> Acesso em: 01/02/2017

_____. O desafio da TV pública: necessidades e caminhos. In: _____. **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: ACERP - TVE Brasil, 2003. 128 p.

LIMA, Jorge Cunha. O modelo da TV Cultura de São Paulo. In: _____. **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: ACERP - TVE Brasil, 2003. 128 p.

LOPES, Ivonete da Silva. **Tv Educativa e regulação**: peculiaridades das emissoras catarinenses. Revista de Economia Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación. Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/157/132http://www.portcom.intecom.org.br/pdfs/34269897275230435867749488493462158218.pdf>> Acesso em: 08/08/2016

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão**. Sagra Luzzatto, Porto Alegre, 1995.

MAGALHÃES, L.; SOUZA, K. C. N.; VIZEU, A. **Luz, câmera, interpretação**: Os elementos da construção da notícia na TV. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0207-1.pdf>> Acesso em: 15/08/2016

MARTINS, Cátia Sofia Levita. **O que merece ser notícia na televisão?** O domínio da informação-espetáculo. Relatório de Estágio de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. 2013. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23663/1/Relat%C3%B3rio%20de%20est%C3%A1gio.pdf>> Acesso em: 25/01/2017

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. Quito: Proyecto Latinoamericano de Medios de Comunicación, 2002. 350 p.

MELLO, Jaciara Novaes. **Telejornalismo no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mello-telejornalismo.pdf>> Acesso em: 15/07/2016

MOREIRA, Sônia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOYSES, D.; VALENTE, J.; SILVA, S.P. Sistemas públicos de comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro. In: _____. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. – São Paulo : Paulus, Intervezes, 2009. – (Coleção Comunicação). Disponível em: <<http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>> Acesso em: 02/02/2017

OLIVEIRA, E. et al. **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=637&dd99=view>> Acesso em: 15/07/2016

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 3.ed. rev. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 142 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/.../8637/6170>> Acesso em: 02/02/2017.

PIERANTI, O.P. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

PORTALES, Diego. Televisão Pública na América Latina: Crises e Oportunidades. In: _____ RINCÓN, Omar. **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (1998). **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa, Gradiva.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Gêneros e formatos Jornalísticos na Televisão brasileira**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2902-1.pdf>> Acesso em: 24/03/2017

RIEGER, Regis Luiz; MUNHOZ, Divanir Eulalia Naressi (Orient.). **A Tv regional como instrumento de preservação da cultura local/regional: um espaço para a promoção da localização frente à globalização**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

ROSSIGNOLLI, Carla; ASSÊNCIO, Claudia; CORDENONSI, Ana Maria. **Interesse público e Critérios de Noticiabilidade** – Um estudo sobre o programa TV. Intercom - São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0617-1.pdf>> Acesso em: 02/02/2017.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTOS, F. H. S.; SOUZA, F. N. **Em busca de novos valores-notícia: o Jornalismo Público**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1584-1.pdf>> Acesso em: 08/08/2016

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf> Acesso em: 15/07/2016

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: ____ SILVA; Marcos P., FERNANDES; Mario L. (Orgs.). **Crítérios de noticiabilidade**: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo público**: o social como valor-notícia. Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1200.pdf> Acesso em: 25/02/2017

SILVA, Rosineide Assis da. **A televisão possibilitando novos olhares no fazer pedagógico**. Universidade Federal de Tocantins. 2010. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-televisao-possibilitando-novos-olhares-no-fazer-.htm>> Acesso em: 08/08/2016

Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. – São Paulo : Paulus, Intervezes, 2009. – (Coleção Comunicação). Disponível em: <<http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>> Acesso em: 02/08/2017.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática**: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <https://www.fasul.edu.br/portal/app/webroot/files/links/direito/Os_direitos_na_esfera_publica-WEB.pdf> Acesso em: 15/07/2016

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo**: uma perspectiva da teoria do conhecimento. FAMECOS. Porto Alegre, n.21, p.110-120, 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3219/2483>>. Acesso em: 08/08/2016

TORRES, Rodrigo Murtinho de Martinez. **Televisão pública no Brasil**: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1263/1/televis%C3%A3o_publica_brasil.pdf> Acesso em: 08/08/2016

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, Ed. 2, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 295 p.

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

Dia analisado	Total de matérias	Identificação da matéria	Tema	Fontes, tipos de fontes e valência	Número de fontes	Duração	Formato	Categoria	Localização
01 (segunda-feira)	10	1	Valor da passagem do transporte público	- Helmiro Bobek – Presidente do Conselho Municipal de Transportes (institucional) - equilibrada - 5 usuários do transporte público não identificados por GC (popular) - negativas	6	3’42’’	Reportagem	Transporte	Local
		2	Reunião do Governo Estadual com representantes das Prefeituras para combater criadouros de mosquitos da dengue	- Representante do Governo Estadual não identificada por GC (oficial)	1	2’44’’	Reportagem	Política	Estadual
		3	Renovação do benefício do Passe Livre para estudantes	- Fernando Bueno – Chefe da divisão de transportes urbanos da AMTT (oficial) - positiva	1	3’42’’	Entrevista	Transporte	Local
		4	Construção da Trincheira PR 151	- 2 motoristas não identificados por GC (popular)	2	1’01’’	Notícia	Cidade	Local
		5	Recadastramento biométrico para votar		0	1’06’’	Indicador	Cidade	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

		na eleição						
	6	Obras nas rodovias paranaenses		0	1’02’’	Indicador	Cidade	Estadual
	7	Jogo do Operário e Atlético Paranaense		0	1’03’’	Nota Coberta	Esporte	Local
	8	Dicas para dar banho em cachorros em casa (matéria da TVÉ Paraná)	- Elizabet Rocha – dona de casa (popular) - Fábio Peratz – adestrador de cães (especializada)	2	2’29’’	Reportagem	Cidade	Estadual
	9	Obras de ampliação da Sanepar em Guaratuba (matéria da TVÉ Paraná)	- Beto Richa – Governador do Paraná (oficial) - Mounir Chaowiche – Presidente da Sanepar (empresarial)	2	1’05’’	Notícia	Política	Estadual
	10	Combate à dengue em Paranaguá (matéria da TVÉ-Paraná)	- 2 representantes do poder municipal de Paranaguá não identificados por GC (oficial) - 1 morador de Paranaguá não identificado por GC (popular)	3	1’30’’	Reportagem	Saúde	Estadual

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

02 (terça-feira)	09	11	Resultado do jogo do Operário	- Treinador do time do Operário – não identificado por GC (empresarial)	1	5’46’’	Entrevista	Esporte	Local
		12	Reunião do Conselho de Transportes	- Helmiro Bobek – Presidente do Conselho Municipal de Transportes (institucional)	1	1’41’’	Nota coberta	Transporte	Local
		13	Fechamento dos Centros de Atenção Psicossocial			0’30’’	Indicador	Saúde	Local
		14	Treinamento de comerciantes para identificar notas falsas no litoral do Paraná (matéria da TVÉ-Paraná)	- Comerciante - não identificado por GC (empresarial) - Policial militar – não identificada por GC (oficial) - Funcionário do Banco Central – não identificado por GC	3	1’37’’	Reportagem	Polícia	Estadual
		15	Campanha de doação de alimentos do Provopar e Banco do Brasil (matéria da TVÉ-Paraná)	- Representante do Banco do Brasil – não identificado por GC (empresarial) - Representante do Provopar – não identificada por GC (institucional)	2	0’54’’	Notícia	Cidade	Estadual

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

		16	Fechamento de empresa em São Mateus do Sul (matéria da TVÉ-Paraná)			0’51’’	Nota simples	Política	Estadual
		17	Projeto Fuja da Folia	- Lucimara Duarte – coordenadora de guias de turismo (empresarial)	1	1’53’’	Entrevista	Cultura	Regional
		18	Evento de liberação de dinheiro para a safra	- Representante do Banco do Brasil – não identificado por GC (empresarial)	1	1’31’’	Nota coberta	Cidade	Regional
		19	Portal da transparência do transporte urbano	- Eduardo Kalinoski – presidente municipal da Autarquia de trânsito (oficial) – positiva - Presidente do Conselho de transportes – não identificado por GC (institucional) – positiva - Marcelo Rangel – Prefeito (oficial) - positiva	3	2’38’’	Reportagem	Transporte	Local
03 (quarta-feira)	8	20	Empresa açougue gourmet	- Lucas Ribas – presidente da empresa (empresarial) - Cliente da empresa – não identificado por GC (popular)	2	3’20’’	Reportagem	Cidade	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

		21	Treinos Operário			0’26’’	Nota simples	Esporte	Local
		22	Projeto da Prefeitura de auxílio funeral	- Júlio Kuller – secretário municipal de assistência social (oficial) – positiva - Marcelo Rangel – Prefeito (oficial) - positiva	2	1’41’’	Notícia	Cidade	Local
		23	Semana pedagógica da educação municipal	- Marcelo Rangel – Prefeito (oficial) – positiva	1	1’41’’	Notícia	Educação	Local
		24	Lixo em rodovias (matéria da TVÉ-Paraná)	- Motorista – não identificado por GC (popular) - Policial militar – não identificado por GC (oficial) - Motorista – não identificado por GC (popular)	3	1’13’’	Notícia	Transporte	Estadual
		25	Cratera na Santa Paula	- Morador – não identificado por GC (popular) – equilibrada	2	2’12’’	Reportagem	Cidade	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

				- Alessandro Lozza – Secretário municipal de obras (oficial) - positiva					
		26	Obras na rua Fernandes Pinheiro	- Alessandro Lozza – secretário de obras (oficial) - positiva	1	1’54’’	Nota coberta	Cidade	Local
		27	Audiência Pública do plano de saneamento básico	- Márcio Ferreira – Presidente da Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico (oficial) - positiva	1	2’14’’	Entrevista	Cidade	Local
04 (quinta-feira)	09	28	Audiência Pública sobre a renovação do contrato com a Sanepar		0	1’20’’	Nota Coberta	Cidade	Local
		29	Reunião com os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores Transporte Rodoviários Passageiro Ponta Grossa para discutir melhorias para a categoria	- Representante do Sindicato não identificado por GC (institucional)	1	2’52’’	Entrevista	Transporte	Local
		30	Curso de musicalização infantil	- Rafael Rauski – coordenador pedagógico do Conservatório Musical	1	1’53’’	Entrevista	Cultura	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

			Maestro Paulino (oficial) - positiva					
	31	Projetos esportivos indicados pela população para a Fundação de Esportes Municipal realizá-los	- Leopoldo Cunha – Presidente da Fundação de Esportes (oficial) - positiva	1	1’55’’	Entrevista	Esporte	Local
	32	Programação do Carnaval de Ponta Grossa	- Paulo Godoy – Presidente da Fundação de Cultura (oficial) - positiva	1	2’09’’	Entrevista	Cultura	Local
	33	Peixes que vivem no aquário de Paranaguá (matéria da TVÉ-Paraná)	- Funcionário do aquário não identificada por GC (especializada)	1	1’25’’	Reportagem	Cultura	Estadual
	34	Rascunho do Imposto de Renda (matéria da TVÉ-Paraná)	- 2 contadores não identificados por GC (especializada)	2	1’10’’	Indicador	Cidade	Estadual
	35	História da Banda de Guaratuba que toca no Carnaval do litoral paranaense (matéria da TVÉ-Paraná)	- 2 moradores de Guaratuba não identificados por GC (popular)	2	2’13’’	Reportagem	Cultura	Estadual
	36	Pesquisa da UFPR sobre o mosquito da dengue (matéria da	- 2 professores da UFPR não identificados por GC (especializada)	2	2’13’’	Reportagem	Saúde	Estadual

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

			TVÉ-Paraná)						
05 (sexta-feira)	13	37	Missa de cinzas	- Jaime Rosso – Padre (institucional)	1	3’44’’	Notícia	Religião	Local
		38	Venda de peixes	- Funcionário do mercado – não identificado por GC (empresarial)	1	4’37’’	Entrevista	Cidade	Local
		39	Treino do operário	- Antonio Piccoli – treinador do operário (empresarial) - Douglas Mendes – jogador (empresarial)	2	1’55’’	Notícia	Esporte	Local
		40	Cursos Senai			0’51’’	Indicador	Cidade	Local
		41	Movimentos de rodovias no Carnaval	- Aurélio Santos – Policial Rodoviário Federal (oficial)	1	3’52’’	Notícia	Transporte	Regional
		42	Sintomas da dengue	- Médico – não identificado por GC (especializada)	1	4’11’’	Entrevista	Saúde	Local
		43	Agência do trabalhador nos bairros	- Rudolf Christensen – gerente da Agência do trabalhador (oficial) - positiva	1	1’02’’	Notícia	Cidade	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

		44	Horário do ferry boat no litoral paranaense (matéria da TVÉ-Paraná)	<ul style="list-style-type: none"> - Motorista – não identificado por GC (popular) - Motorista – não identificado por GC (popular) - Responsável pelo ferry boat – não identificado por GC (empresarial) 	3	1’13’’	Reportagem	Transporte	Estadual
		45	Fiscalização na rodoviária de Curitiba	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionária do Departamento de Estradas de Rodagem – não identificada por GC (oficial) - Passageira – não identificada por GC (popular) 	2	1’40’’	Notícia	Transporte	Estadual
		46	Programação das escolas de samba de Ponta Grossa			1’20’’	Nota simples	Cultura	Local
		47	O que abre e fecha no Carnaval			0’50’’	Indicador	Cidade	Local
		48	Prevenção de DSTs	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionário do setor da saúde da Prefeitura – não identificado por GC (oficial) - positiva 	1	2’11’’	Notícia	Saúde	Local

APÊNDICE A – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – FEVEREIRO DE 2016

		49	Evento de combate a dengue	Sheila Mainardes – diretora da 3ª regional de saúde (oficial) - positiva	1	3’32’’	Entrevista	Saúde	Local
--	--	----	----------------------------	--	---	--------	------------	-------	-------

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

Dia analisado	Total de matérias	Identificação da matéria	Tema	Fontes, tipos de fontes e valência	Número de fontes	Duração	Formato	Categoria	Localização
11 (segunda-feira)	7	50	Eleições da ACIPG	- Douglas Fonseca - candidato (empresarial) - Eduardo Salamacha – candidato (empresarial)	2	2’01’’	Notícia	Cidade	Local
		51	Partos no Hospital Regional	- Representante do Hospital Regional – não identificado por GC (oficial)	1	2’13’’	Notícia	Saúde	Regional
		52	Novo parque para crianças	- Mãe de uma criança – não identificada por GC (popular) - equilibrada	1	0’49’’	Notícia	Cultura	Local
		53	Limpeza de área			1’02’’	Nota simples	Cidade	Local
		54	Inscrições do vestibular da UEPG			1’49’’	Nota simples	Educação	Regional
		55	Entrega de cadeira de rodas	- Décio Sanembener – representante da igreja (institucional) - positiva - Marcelo Rangel – Prefeito (oficial) – positiva	4	3’02’’	Notícia	Cidade	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				- Luana da Silva – cadeirante (popular) – positiva - Miguel Pires – cadeirante (popular) - positiva					
		56	Mudanças de partidos dos vereadores	- Nilson Ribeiro – vereador (oficial) - Carlos Morais – professor (especializada) - Professor Careca – vereador (oficial) - Maurício Silva – vereador (oficial) - Sebastião Mainardes – vereador (oficial)	5	5’29’’	Notícia	Política	Local
12 (terça-feira)	10	57	Retração do comércio	- Representante do comércio – não identificado por GC (empresarial)	1	1’43’’	Entrevista	Cidade	Local
		58	Movimento Brasil Livre	- Representante do movimento – não identificado por GC (institucional)	1	1’14’’	Entrevista	Política	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

		59	Torneio de robótica (matéria da TVÉ Paraná)	- Representante do evento – não identificada por GC (empresarial) - 2 participantes do evento – não identificados por GC (testemunhal)	3	1’17’’	Reportagem	Cultura	Estadual
		60	Liberação de recursos do governo estadual (matéria da TVÉ Paraná)	- 3 representantes do governo – não identificados por GC (oficial) - BetoRicha – governador (oficial)	4	1’37’’	Notícia	Política	Estadual
		61	Operário na Copa do Brasil			0’43’’	Nota simples	Esporte	Local
		62	Resultado das eleições da ACIPG	- Eduardo Salamacha – candidato (empresarial) - Douglas Fonseca - candidato (empresarial)	2	1’48’’	Notícia	Cidade	Local
		63	Vacina H1N1	- Dalila (popular) - representante da clínica particular – não identificada por GC (empresarial)	3	1’30’’	Notícia	Saúde	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				- Paciente – não identificada por GC (popular)					
		64	Funcionamento da UPA da Santa Paula	- Funcionário da UPA – não identificado por GC (oficial) - equilibrada - Médico – não identificado por GC (oficial) - equilibrada	2	2’40’’	Reportagem	Saúde	Local
		65	Fraude de licenciamento ambiental	- Patrícia Hilgemberg – secretária de meio ambiente (oficial) – positiva	1	2’49’’	Entrevista	Cidade	Local
		66	Casos de gripe H1N1			1’28’’	Nota simples	Saúde	Local
13 (quarta-feira)	8	67	Convênio de cursos	- Irmã Maria Luiz – Diretora da Faculdade Santana (empresarial) – positiva - Paulo Carbonar – secretário de Indústria e Comércio (oficial) - positiva	2	2’13’’	Notícia	Cidade	Local
		68	Pautas da sessão da Câmara de Vereadores	- Julio Keller – vereador (oficial) - Daniel Milla – vereador (oficial)	5	4’25’’	Notícia	Política	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				- Valter Souza – vereador (oficial) - Antonio Manosso – vereador (oficial) - Aguiel Batista – vereador (oficial)					
		69	Reajuste dos servidores municipais	- Leovanir Martins – presidente do sindicato dos servidores municipais (institucional) - equilibrada	1	4’35’’	Entrevista	Cidade	Local
		70	Capotamentos de carros	- Representante da autarquia municipal de trânsito – não identificada por GC (oficial) - positiva	1	1’44’’	Notícia	Polícia	Local
		71	Casos de dengue			1’20’’	Nota simples	Saúde	Estadual
		72	Dinheiro do IPVA (matéria da TVÉ Paraná)	- 3 cidadãos – não identificados por GC (popular) - 2 representantes do governo – não identificados por GC (oficial)	5	1’55’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		73	Fenata	- Representante do Fenata – não identificado por GC	1	1’37’’	Notícia	Cultura	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				(institucional)					
		74	Cadastro ambiental rural	- Ricardo Johansen – representante do sindicato rural (institucional)	1	4’05’’	Entrevista	Cidade	Local
14 (quinta-feira)	7	75	Inauguração CMEI	- Marcelo Rangel – Prefeito (oficial) – positiva	1	1’30’’	Notícia	Educação	Local
		76	Imposto de renda	- Sergio Mongruel – professor (oficial)	1	2’13’’	Entrevista	Cidade	Local
		77	Crescimento de cooperativas (matéria da TVÉ Paraná)	- representante de uma cooperativa de crédito – não identificado por GC (empresarial) - Jurandir (popular) - representante do BRDE – não identificado por GC (empresarial)	3	1’59’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		78	Imposto de renda (matéria da TVÉ Paraná)	- 3 cidadãos – não identificados por GC (popular) - Representante da Receita Federal (oficial)	4	1’15’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		79	Clube de troca	- representante do clube – não	1	1’55’’	Notícia	Cultura	Local

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				identificada por GC (institucional)					
		80	Keima futsal			1’04’’	Notícia simples	Esporte	Local
		81	Eleitores com algum tipo de deficiência			1’16’’	Nota simples	Política	Local
15 (sexta-feira)	10	82	Exposição de arte	- João Carneiro – artista plástico (especializada) - 2 acadêmicos do curso de artes da UEPG – não identificados por GC (popular) - Professor da UEPG – não identificado por GC (oficial)	4	5’13’’	Notícia	Cultura	Local
		83	Apreensão de carro clonado			0’40’’	Nota simples	Polícia	Local
		84	Protocolo puericultura	- Representante da saúde – não identificada por GC (oficial)	1	4’50’’	Entrevista	Saúde	Local
		85	Ponta Grossa no circuito downhill	- representante do evento – não identificado por GC (empresarial)	1	2’50’’	Entrevista	Esporte	Local
		86	Vacinação HPV (matéria da TVÉ	- 2 representantes da saúde – não	2	1’49’’	Reportagem	Saúde	Estadual

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

		Paraná)	identificados por GC (oficial)						
	87	Novo protocolo de cesárea (matéria da TVÉ Paraná)	- Tainá – paciente (popular) - Médico – não identificado por GC (especializada)	2	1’35’’	Reportagem	Saúde	Estadual	
	88	Ocupação de praça de pedágio de Carambeí pelo MST	- representante do MST – não identificado por GC (institucional) - Aguinaldo – policial rodoviário estadual (oficial)	2	2’46’’	Reportagem	Cidade	Regional	
	89	Evento Lions Clube	- representante do Lions Clube – não identificado por GC (institucional)	1	1’42’’	Notícia	Cidade	Local	
	90	Movimento Brasil Livre	- Valderson Cardoso – representante do movimento (institucional)	1	2’50’’	Entrevista	Política	Local	
	91	Campanha ‘Pra Cego Ver’	- Gabriel – deficiente visual e aluno da faculdade - representante da faculdade – não identificada por GC (empresarial)	3	2’22’’	Notícia	Educação	Local	

APÊNDICE B – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – ABRIL DE 2016

				- Pai do Gabriel – não identificado por GC (popular)					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

Dia analisado	Total de matérias	Identificação da matéria	Tema	Fontes, tipos de fontes e valência	Número de fontes	Duração	Formato	Categoria	Localização
18 (segunda-feira)	11	92	Vandalismo nas unidades básicas de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionária de uma unidade de saúde – não identificadas por GC (oficial) - equilibrada - Funcionária de uma unidade de saúde – não identificada por GC (oficial) - equilibrada - Paciente – não identificada por GC (popular) – equilibrada - Luis Antonio Delgobo – Superintendente da Secretaria Municipal de Saúde (oficial) - equilibrada 	4	2’43’’	Notícia	Polícia	Local
		93	Justiça restaurativa	<ul style="list-style-type: none"> - Representante do Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – não identificada por GC (oficial) - Representante do Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – não identificado por GC (oficial) 	3	2’28’’	Notícia	Cidade	Local

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				- Representante do Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – não identificado por GC (oficial)					
		94	Previsão do tempo			0’53’’	Indicador	Cidade	Local
		95	Testes de DSTs	- Funcionário da secretaria municipal de saúde – não identificado por GC (oficial) - positiva	1	1’11’’	Notícia	Saúde	Local
		96	Vestibular da UEPG			0’24’’	Nota simples	Educação	Regional
		97	Jogo do Operário Sub 23			0’46’’	Nota simples	Esporte	Local
		98	Palestras Direito Eleitoral	- Sandro Bandeira – representante da Ordem dos Advogados do Brasil (institucional)	1	3’43’’	Entrevista	Política	Local
		99	Manifestação contra vandalismo em escola municipal	- Representante da escola – não identificada por GC (oficial) – positiva - Aluna – não identificada por GC (popular) - equilibrada - Aluna – não identificada por GC (popular) - equilibrada	3	1’45’’	Notícia	Polícia	Local

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

		100	Chegada da Tocha Olímpica			1’05’’	Nota simples	Esporte	Local
		101	Uso de descongestionante nasais (matéria da TVÉ Paraná)	- Sidnei – usuário do medicamento (popular) - Médico – não identificado por GC (especializada)	2	1’58’’	Notícia	Saúde	Estadual
		102	Jogadores do Operário			0’43’’	Nota simples	Esporte	Local
19 (terça-feira)	8	103	Programa horta em casa	- representante de associação de moradores – não identificada por GC (institucional) - positiva - representante de associação de moradores – não identificada por GC (institucional) - positiva - Ivonei Vieira – Secretário municipal de agricultura (oficial) - positiva	3	2’23’’	Notícia	Cidade	Local
		104	Instalação de multinacional em Castro	- representante da empresa – não identificado por GC (empresarial) - Beto Richa – Governador (oficial) - representante do governo estadual – não identificado por	3	2’15’’	Notícia	Cidade	Regional

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				GC (oficial)					
		105	Regras Pis			1’33’’	Nota simples	Cidade	Estadual
		106	Lei do farol baixo			0’41’’	Nota simples	Transporte	Estadual
		107	Utilização do ponto morto no carro (matéria da TVÉ Paraná)	- 4 motoristas não identificados por GC (popular) - Artur – especialista em carros (especializada)	5	1’54’’	Reportagem	Transporte	Estadual
		108	Atividades do Bando da Leitura	- 3 crianças não identificadas por GC (popular) - Mãe de uma criança – não identificada por GC (popular) - Lucelia Clarindo – coordenadora do Bando da Leitura (institucional)	5	2’30’’	Notícia	Cultura	Local
		109	Atletas olímpicos (matéria da TVÉ Paraná)	- Beto Richa – governador (oficial) - representante do governo – não identificado por GC (oficial) - Tabata – atleta (institucional)	5	1’54’’	Notícia	Esporte	Estadual

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				- Márcia – atleta (institucional) - Marcos – atleta (institucional)					
		110	Curso de culinária para crianças (matéria da TVÉ Paraná)	- mãe de uma criança (popular) - Flávio – coordenador do curso (empresarial) - Kátia – mãe de uma criança (popular)	3	1’28’’	Reportagem	Cidade	Estadual
20 (quarta-feira)	8	111	Produção de filme	- Silmara Leria – diretora do filme (empresarial) - Suzi Kill – diretora de elenco (empresarial)	2	1’09’’	Notícia	Cultura	Local
		112	Distúrbios do sono	- Sharon Pontes – terapeuta (especializada)	1	2’12’’	Notícia	Saúde	Local
		113	Programa Nota Paraná (matéria da TVÉ Paraná)	- Ademar (popular) - Athos (popular) - representante do Pequeno Cotelengo (institucional)	3	1’28’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		114	Obra de escola estadual abandonada	- Morador – não identificado por GC (popular)	2	2’36’’	Reportagem	Educação	Local

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				- Morador – não identificado por GC (popular)					
		115	Reivindicações dos analistas tributários	- Jacira Dias – delegada sindical dos analistas tributários (oficial) - Rafael Melani – vice-presidente do sindicato dos auditores fiscais (oficial)	2	2’41’’	Notícia	Cidade	Local
		116	Campanha para evitar a gripe (matéria da TVÉ Paraná)	- Paciente de unidade de saúde – não identificado por GC (popular) - representante do setor de saúde – não identificada por GC (oficial)	2	1’34’’	Reportagem	Saúde	Estadual
		117	Procedimentos para passear com crianças em shoppings (matéria da TVÉ Paraná)	- 3 mães de crianças – não identificadas por GC (popular)	3	1’22’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		118	Casas destelhadas	- 3 moradores – não identificados por GC (popular)	3	1’05’’	Notícia	Cidade	Local
21 (quinta-feira)	9	119	Número de mortes por H1N1			0’59’’	Nota simples	Saúde	Local
		120	Programa Horta em casa	- representante da secretaria de agricultura e pecuária – não identificada por GC (oficial) -	4	1’36’’	Notícia	Cidade	Local

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				positiva - 3 moradores – não identificados por GC (popular) - positiva					
		121	Emissão de carteiras de trabalho	- ministério do trabalho (referência)	1	0’46’’	Indicador	Cidade	Local
		122	Novos radares			1’07’’	Nota simples	Transporte	Local
		123	Stands de empresários na Efapi	- Rafael Ribeiro – Executivo do Sindilojas (empresarial)	1	2’48’’	Entrevista	Cidade	Local
		124	Contratação do Operário	- Everton Provenço – jogador do operário (empresarial)	1	1’39’’	Reportagem	Esporte	Local
		125	Energia solar no senac de Curitiba (matéria da TVÉ Paraná)	- 2 representantes do senac – não identificados por GC (empresarial) - Especialista em energia solar – não identificado por GC (especializada)	3	2’26’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		126	Animais silvestres (matéria da TVÉ Paraná)	- Especialista em animais silvestres – não identificado por GC (especializada) - Representante do IAP – não identificada por GC (oficial)	4	4’34’’	Reportagem	Cidade	Estadual

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

				- 2 donas de animais silvestres – não identificadas por GC (popular)					
		127	Acidentes com fogos de artifícios (matéria da TVÉ Paraná)	- Gabriel – vítima de acidente com fogos (testemunhal) - Tenente Rafaela (oficial)	2	2’12’’	Reportagem	Polícia	Estadual
22 (sexta-feira)	10	128	Casa da Indústria	- 3 representantes de sindicatos industriais – não identificados por GC (empresarial)	3	3’01’’	Notícia	Cidade	Local
		129	Comissão de liberdade religiosa	- 2 representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (institucional)	2	1’58’’	Notícia	Cidade	Local
		130	Dia de Senhora Santana	- Casemiro – Padre (institucional)	1	3’20’’	Entrevista	Religião	Local
		131	Procura por álcool gel	- Mari Luz - Farmacêutica (empresarial)	1	2’07’’	Notícia	Saúde	Local
		132	Concurso UEPG			0’58’’	Indicador	Educação	Local
		133	Caso Rodrigo Pires			1’02’’	Nota simples	Polícia	Local
		134	Filas em banco	- Edgar Hampf – coordenador do Procon (oficial)	1	2’24’’	Notícia	Cidade	Local

APÊNDICE C – TABELA DE ANÁLISE DO ‘JORNAL DA EDUCATIVA’ – JULHO DE 2016

		135	Fórum de minas e energia	- Beto Richa – governador (oficial) - 4 participantes do fórum – não identificados por GC (empresarial)	5	2’24’’	Reportagem	Política	Estadual
		136	Impressora 3D	- Tiago – engenheiro (empresarial)	1	1’50’’	Reportagem	Cidade	Estadual
		137	Aplicativo de segurança	- criador do aplicativo – não identificado por GC (especializada) - edson – usuário do aplicativo (popular) - Luis – morador (popular) - Tenente Coronel Assunção (oficial)	4	2’14’’	Reportagem	Polícia	Estadual

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1.	Imagens do terminal central do transporte público. Dados divulgados pelo conselho de transporte para justificar o aumento da passagem. Usuários reprovam o aumento.
2.	Imagens de reunião para lançar campanha de combate contra a dengue. Explicação de como irá funcionar as ações no Paraná.
3.	Informações de como funciona o benefício do Passe Livre para os estudantes.
4.	Imagens da retomada das obras na trincheira do Los Angeles.
5.	Imagens do Fórum de Ponta Grossa para contextualizar sobre a biometria das eleições municipais. E quais consequências que o cidadão pode sofrer se não se cadastrar.
6.	Informações de obras nas rodovias paranaenses.
7.	Imagens do jogo do Operário com Atlético Paranaense.
8.	Imagens de um adestrador dando banho em um cachorro. Mostrando dicas de banho em casa em animais.
9.	Imagens do evento de inauguração das obras da Sanepar em Guaratuba. Falando dos benefícios e investimentos da obra.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

10.	Imagens das plantas que ajudam a combater a dengue. Imagens das praças de Paranaguá limpas para evitar a proliferação do mosquito.
11.	Entrevista coletiva com técnico do operário sobre o resultado do jogo no Campeonato Paranaense. Dois offs durante a entrevista para contextualizar as perguntas.
12.	Imagens de um protesto contra a passagem de ônibus. Imagens da reunião do conselho de transportes. Uma entrevista com representante do conselho.
13.	Imagens de dois Centros de Atenção Psicossocial onde guardas municipais estão fazendo a segurança dos locais.
14.	Imagens de uma policial militar explicando sobre notas falsas para comerciantes. Orientações para evitar o golpe das notas.
15.	Imagens das doações de alimentos e dos lugares que serão doados os mantimentos.
16.	Matéria sobre possível fechamento de empresa em São Mateus do Sul. Governador Beto Richa vai a Brasília para tentar evitar o fechamento. Imagens da empresa.
17.	Entrevista com coordenadora do projeto fuja da folia. Sem imagens de apoio.
18.	Entrevista com representante do banco. Imagens do evento e texto contextualizando a fase atual dos agronegócios no Paraná.
19.	Imagens da reunião de lançamento do portal da transparência. Entrevistas falando positivamente do portal e sobre o que os cidadãos podem encontrar de informações.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

20.	Como funciona a empresa de açougue gourmet. Como ser um franqueado dessa empresa. E valores de investimento. Imagens do açougue.
21.	Nota sobre os treinamentos do Operário para os próximos jogos. Imagens de arquivo de jogos.
22.	Lançamento do programa da Prefeitura de auxílio funeral para famílias de baixa renda. Imagens do evento de lançamento e entrevistas com fontes oficiais explicando os benefícios.
23.	Imagens do evento da semana pedagógica com professores (as) municipais para planejar projetos em âmbito municipal.
24.	Notícia sobre o lixo que é jogado nas rodovias do Paraná. E quais as orientações para os motoristas. Imagens de rodovias.
25.	Imagens de uma cratera que abriu no bairro Santa Paula após uma chuva. Morador explica que a população tem medo de alguém cair e se machucar. Secretário de obras afirma que irão solucionar o problema.
26.	Entrevista com secretário municipal de obras sobre reformas e reparos na rua Fernandes Pinheiro no centro de Ponta Grossa.
27.	Entrevista com Presidente da Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico sobre os assuntos que serão tratados na audiência Pública que pretende discutir o contrato com a Sanepar e plano de saneamento básico municipal.
28.	Imagens da audiência pública sobre o contrato da Sanepar e plano de saneamento básico municipal.
29.	Informações sobre as reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Transporte Rodoviários Passageiro Ponta Grossa.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

30.	Informações das inscrições de como se inscrever no curso de musicalização. Entrevista na Biblioteca Municipal.
31.	Informações sobre projetos esportivos municipais. Investimentos e inscrições de sugestões de projetos para a cidade.
32.	Informações da programação de Carnaval de Ponta Grossa. Desfile das escolas de samba e atividades para o público.
33.	Imagens do aquário de Paranaguá e tipos de peixes. Informações de como são alimentados no local.
34.	Informações de como declarar o Imposto Renda. Prazos e dicas.
35.	Imagens da Banda de Guaratuba e a história de como surgiu a banda.
36.	Imagens do laboratório da Universidade Federal do Paraná. Explicação de como são feitas as pesquisas do mosquito que transmite a dengue.
37.	Entrevista com o Padre sobre o ritual da Missa de cinzas e tradições católicas. Imagens da missa.
38.	Entrevista com funcionário de mercado responsável pela peixaria. Dicas de que peixes comparar na época e quaresma.
39.	Notícia sobre preparação dos jogadores do Operário. Imagens de treino.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

40.	Informações sobre cursos do Senai, local e horário para inscrições.
41.	Movimento das rodovias no feriado de carnaval. Entrevista com policial rodoviário federal sobre dicas de como evitar acidentes e números de carros e vítimas em anos anteriores. Imagens de rodovias.
42.	Entrevista com médico para falar sobre os sintomas da dengue e o que fazer para prevenir as doenças transmitidas pelo mosquito.
43.	Imagens do projeto Agência do Trabalhador nos bairros para atender a população.
44.	Imagens do ferry boat no litoral paranaense. Fluxo dos carros para a travessia durante o feriado de carnaval.
45.	Imagens da fiscalização dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem na rodoviária de Curitiba.
46.	Imagens de desfiles das escolas de samba de Ponta Grossa para anunciar a programação do desfile de 2016.
47.	Informações do comércio, prédios públicos e serviços que irão funcionar durante o carnaval.
48.	Imagens de materiais de campanha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis. Programação da equipe de saúde municipal para distribuir camisinhas no carnaval. Dados de portares do vírus HIV em Ponta Grossa.
49.	Entrevista com profissional da saúde para explicar evento sobre combate a dengue e dicas de como evitar a proliferação do mosquito.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

50.	Informações da campanha dos candidatos para a presidência da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. Imagens das campanhas e associados.
51.	Explicação da mudança dos partos do Hospital Evangélico, que está em reforma, para o Hospital Regional. Informações sobre os casos que os profissionais poderão atender.
52.	Instalação de novo parque com brinquedos para as crianças na área central de Ponta Grossa.
53.	Limpeza de uma área na vila Oficinas em Ponta Grossa que se transformará em área de lazer para os moradores.
54.	Informações da data do vestibular na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Imagens de vestibulares antigos. Tabela com datas e valores.
55.	Igreja de Ponta Grossa juntamente com a Prefeitura organizaram uma doação de cadeiras de rodas. Imagens do evento.
56.	Explicação das mudanças ou não de partidos de todos os vereadores de Ponta Grossa. Discussão sobre a fidelidade partidária.
57.	Informações sobre números do comércio de Ponta Grossa. Expectativa de crescimento não é esperada pelos comerciantes.
58.	Informações sobre um evento para pedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff.
59.	Evento de robôs em Curitiba. Imagens e relatos da experiência de participar de um evento que envolve tecnologia.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

60.	Evento de liberação de recursos para as prefeituras do Paraná. Representantes explicam a importância dos investimentos nas cidades.
61.	Preparação dos jogadores do Operário para os jogos da Copa do Brasil. Imagens de treino.
62.	Resultado das eleições da ACIPG. Discurso dos candidatos. Uma das chapas entrou com recurso e o resultado foi impugnado.
63.	Falta de vacina nas clínicas particulares contra H1N1.
64.	Explicação de como funciona os atendimentos na Unidade de Pronto Atendimento da Santa Paula. Funcionários justificam a sobrecarga de pacientes no local. Imagens do local cheio de pessoas esperando.
65.	Informações de como funciona o licenciamento ambiental e dicas de como evitar golpes para não pagar esse serviço que é gratuito.
66.	Informações de casos de gripe H1N1 no Estado do Paraná. Indicações de quem pode tomar a vacina, data e locais.
67.	Evento para assinar convênio entre uma faculdade particular e a Prefeitura. Candidatos a uma vaga de emprego serão encaminhados para cursos para aperfeiçoamento profissional.
68.	Discussões sobre projetos da ordem do dia da Câmara. E sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Cada vereador falou sobre sua posição particular e dos partidos sobre o tema.
69.	Entrevista com presidente do sindicato dos servidores municipais explicando o valor do reajuste para os funcionários e o que isso impacta nas finanças da prefeitura.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

70.	Números de capotamentos de carros em Ponta Grossa. Medidas que autarquia municipal de trânsito faz nas ruas para diminuir os casos.
71.	Números de casos de dengue no Paraná. Tabela usada como recurso.
72.	Imagens de obras onde o dinheiro do IPVA é investido. Explicação das áreas que o imposto pode ser aplicado.
73.	Informações do festival de teatro: Fenata. Formas que os empresários podem contribuir financeiramente no evento.
74.	Entrevista com representante do sindicato rural para explicar os procedimentos e datas do cadastro ambiental rural.
75.	Inauguração de um novo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) para atender crianças. Imagens do local.
76.	Projeto da Universidade Estadual de Ponta Grossa ajuda contribuintes a declarar imposto de renda.
77.	Informações sobre o crescimento do cooperativismo na área do agronegócio no Paraná.
78.	Informações de como declarar o imposto de renda.
79.	Clube de trocar promovido na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Onde as pessoas levam coisas que não usam mais e trocam por outras ou serviços.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

80.	Informações sobre a preparação dos jogadores do Keima Futsal. Quais são os próximos jogos e a tabela do campeonato.
81.	Informações sobre eleitores que tem algum tipo de deficiência ou problema de mobilidade como devem avisar a justiça eleitoral sobre isso. Imagens de arquivo de eleições e do fórum.
82.	Artista conta como foi a trajetória para construir as telas expostas e sua experiência no mundo das artes. Alunos acompanham a exposição.
83.	Agentes de trânsito apreendem carro com placa clonada.
84.	Informações de como funciona o protocolo de puericultura, que cuida do desenvolvimento infantil.
85.	Informações de como irá funcionar o evento e circuito da modalidade de ciclismo chamada downhill.
86.	Explicação da importância das adolescentes tomarem a vacina da HPV.
87.	Novo protocolo do Ministério da Saúde para orientar os profissionais da saúde a diminuírem o número de cesáreas e incentivar o parto normal.
88.	Trabalhadores do Movimento Sem Terra ocuparam praça de pedágio de Carambeí em protesto ao massacre de El Dourado dos Carajás há 20 anos.
89.	Campanha do Lions Clube para arrecadar dinheiro para uma instituição que ajuda portadores do vírus HIV.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

90.	Movimento favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Evento para reunir pessoas favoráveis.
91.	Adaptação da Faculdade Secal para receber alunos que possuem deficiência visual. Caso de aluno que cursa jornalismo na faculdade.
92.	Imagens de unidades de saúde que foram vandalizadas. Entrevistas com funcionárias e uma paciente. Superintendente da Secretaria Municipal de Saúde pede ajuda da população para denunciar.
93.	Imagens do evento para explicar os serviços dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Informações sobre o que é Justiça restaurativa e como o cidadão pode requerer esse serviço.
94.	Previsão do tempo para Ponta Grossa. Imagens utilizadas para falar da geada do portal ARede.
95.	Imagens de como funciona o teste das DSTs. Informações dos locais que a secretaria municipal de saúde estará fazendo os testes.
96.	Imagens de candidatos saindo das provas do vestibular da UEPG. Informações de datas do gabarito e resultado.
97.	Imagens do jogo do Operário com a equipe Sub 23. Venceu o time Andraus.
98.	Entrevista sobre direitos eleitorais. Atualizações das novas regras para eleições de 2016.
99.	Manifestação de alunos e professores para pedir para a comunidade ajudar a cuidar de uma escola municipal e denunciar os atos de vandalismo.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

100.	Imagens da Tocha Olímpica em Ponta Grossa. Percurso que os atletas fizeram para carregá-la.
101.	Informações sobre o uso descontrolado dos descongestionantes nasais.
102.	Informações dos jogadores do Operário que irão renovar com o time. Outros que foram emprestados e alguns que encerraram o contrato.
103.	Imagens do lançamento do programa Horta em casa. Mudanças de verduras distribuídas para as comunidades produzirem hortas nos bairros.
104.	Imagens de uma empresa multinacional instalada na cidade de Castro. Entrevista com Governador Beto Richa falando sobre investimentos de empresas no Paraná.
105.	Explicação das novas regras do Programa Integração Social.
106.	Explicação da nova lei do farol baixo em rodovias.
107.	Explicação dos prejuízos que podem ocasionar nos carros por descer no ponto morto. Dicas de como usar as marchas do carro corretamente.
108.	Atividades do projeto Bando da Leitura. Crianças fazem atividades gratuitamente em uma ONG em Ponta Grossa. Local incentiva a leitura.
109.	Evento para receber atletas que vão jogar nas olimpíadas e expectativas de medalhas.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

110.	Imagens do curso culinário para crianças. Técnicas de massa fresca para que as crianças aprendam cozinhar o básico e com segurança.
111.	Produção do filme ‘Quem sou eu? Acorda Brasil’. Produzido em Ponta Grossa e procura atores locais.
112.	Especialista explica o que pode ocasionar os distúrbios do sono e quais os tratamentos.
113.	Imagens de ganhadores de prêmios do Nota Paraná. Entrevista com representante de instituição que recebe dinheiro do programa.
114.	Imagens de uma obra de uma escola estadual que está abandonada. Moradores reclamam que os materiais estão sendo roubados e o local está sendo usado por usuários de drogas.
115.	Funcionários da Receita Federal explicam reivindicações que fazem ao governo.
116.	Informações do que fazer para não pegar o vírus da gripe.
117.	Procedimentos do que os pais devem fazer para cuidar dos filhos nos passeios em shoppings.
118.	Imagens de casas destelhadas depois de temporal em Ponta Grossa.
119.	Informações atualizadas de mortes pelo vírus H1N1.

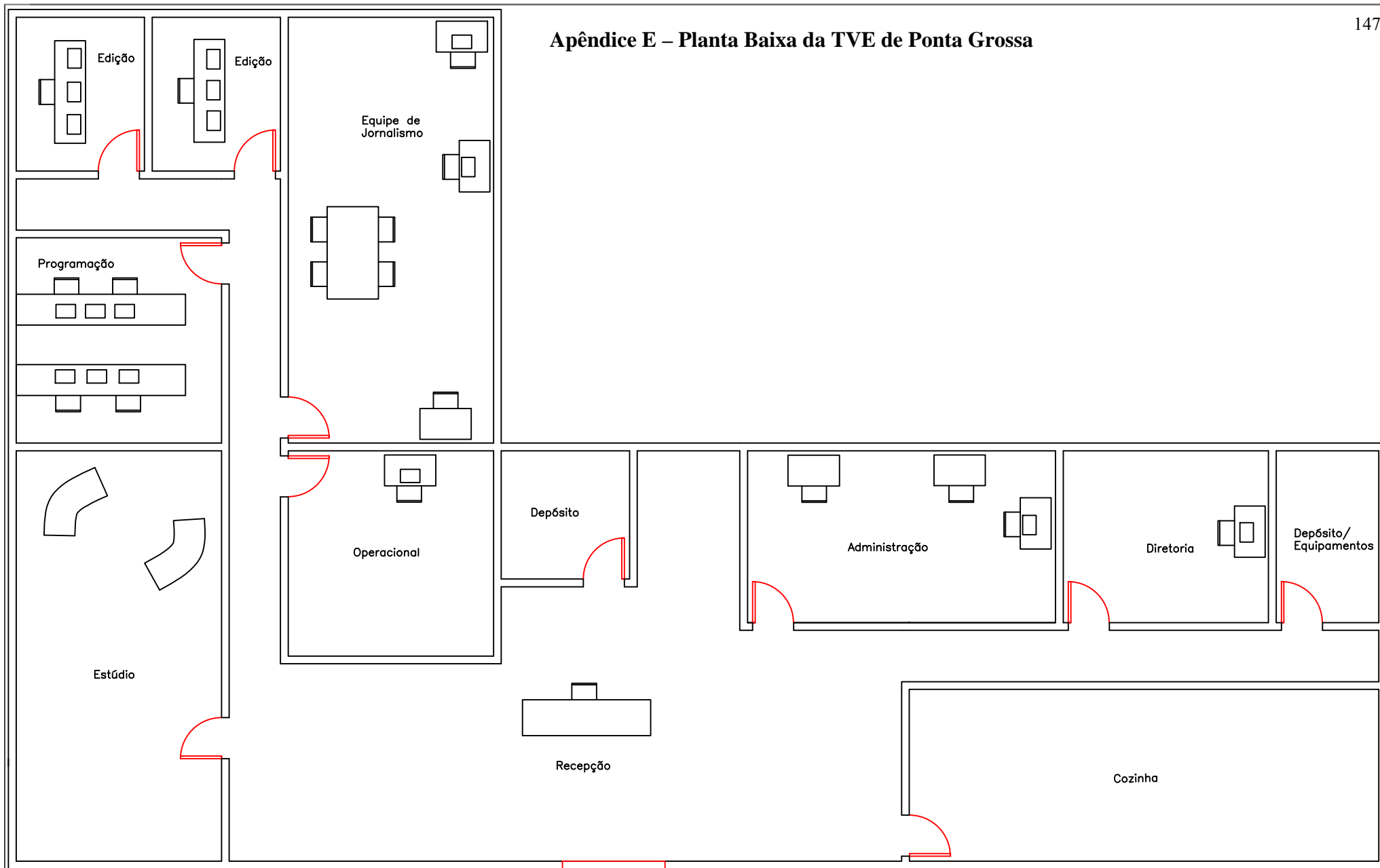
Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

120.	Distribuição de mudas do projeto Horta em Casa. Moradores recebem hortaliças e mudas de frutas para plantar em casa.
121.	Informações dos motivos da suspensão das carteiras de trabalho. Atualização do sistema do ministério do trabalho.
122.	Explicação dos novos pontos de radares em Ponta Grossa e quais as velocidades máximas permitidas nesses locais.
123.	Entrevista sobre como é o procedimento para instalar um stand na Exposição Feira Agropecuária e Industrial (Efapi).
124.	Contratação de novo jogador do Operário. Expectativa para os próximos jogos.
125.	Instalação de sistemas de energia solar no prédio do Senac em Curitiba. Formas de instalar e investimentos.
126.	Explicação das regras para se criar animais silvestres em casa. Como é feita a fiscalização e cuidados que o cidadão deve tomar.
127.	Informações do perigo que os fogos de artifícios podem representar para a população. Medidas de segurança que devem ser tomadas.
128.	Imagens da inauguração da Casa da Indústria em Ponta Grossa. Sindicalistas explicam como se organizaram e o que será feito nessa casa.
129.	Fundação da comissão de liberdade religiosa na Ordem dos Advogados do Brasil em Ponta Grossa.

Apêndice D – Descrição das notícias do ‘Jornal da Educativa’ – meses de fevereiro, abril e julho de 2016

130.	Programação da igreja católica para comemorar o dia de Senhora Santana.
131.	Procura por álcool gel nas farmácias de manipulação em Ponta Grossa. Modo correto de usar o produto.
132.	Informações sobre concurso para professores temporários na Universidade Estadual de Ponta Grossa.
133.	Rodrigo Pires que é acusado de roubar dinheiro da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa é liberado para cumprir pena em casa com tornozeleira eletrônica.
134.	Direitos do consumidor por aguardar mais que o tempo permitido em filas de bancos.
135.	Discussão entre vários representantes de empresas e governo para discutir linhas de financiamento no setor de energia e mineração.
136.	Explicação das vantagens criar produtos em uma impressora 3D. Interesse comercial.
137.	Explicação de um aplicativo usado por moradores de Curitiba para monitorar os bairros. O objetivo é evitar roubos.

Apêndice E – Planta Baixa da TVE de Ponta Grossa



Planta Baixa – TV Educativa de Ponta Grossa

Ponta Grossa 23 de Novembro de 2016**OFÍCIO Nº 01/2016**

Ao Prefeito Municipal Senhor Marcelo Rangel Cruz de Oliveira

O Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Ponta Grossa vem por meio deste, solicitar ao Senhor Prefeito Marcelo Rangel, que em sua próxima gestão 2017-2020, o senhor Prefeito se atente a legislação que conduz as Fundações Públicas.

Nesse sentido, o que se refere às novas nomeações para provimento dos cargos em comissão da Fundação Educacional de Ponta Grossa, seja observado o contido no artigo 22, inciso VII do Estatuto da FUNEPO, que dispõe:

*Art. 22 Compete ao Conselho Curador:
VII – aprovar propostas de composição e alteração do quadro pessoal da Fundação;*

Sendo assim, todos os cargos em comissão indicados pelo senhor Prefeito, deverão conter prévia aprovação deste Conselho.

Ademais, solicitamos que os cargos de Direção, Gerência e Assessoramento dos serviços Técnicos, sejam ocupados por pessoas que possuem conhecimento suficiente para exercê-los de forma que venha contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Fundação.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os votos de estima e consideração.

Anexo B - Estatuto da Funepo



ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA FUNEPO

(Aprovada pelo Decreto nº02/81, de 08/01/81)

Consolidadas as alterações deliberadas pelo Conselho Curador nas reuniões realizadas em 10 de dezembro de 1982, 04 de fevereiro de 1983, 08 de outubro de 2001

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA - FUNEPO, constituída em 23/01/1981, com autorização na Lei nº 3.309, de 09 de dezembro de 1.980, é uma fundação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao regime jurídico de direito público, patrimônio próprio, com sede na rua Balduino Taques, 445 3º andar, CEP 84010-050, Ponta Grossa, e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Parágrafo 1º - A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA adota a sigla "FUNEPO".

Parágrafo 2º - A FUNEPO, através de seus órgãos de direção, tem autonomia gerencial no que diz respeito à definição da estrutura dos programas a serem veiculados nas mídias pela Fundação geridas, bem como das decisões gerais de administração, respeitado o regime jurídico e administrativo pertinente.

Art. 2º - A Fundação terá prazo de duração indeterminado.

Art. 3º - Constituem finalidades da Fundação a promoção de atividades educativas, artísticas, culturais e informativas e a prestação de serviços de rádio e teledifusão educativos além de produção e divulgação de material educativo em mídias virtuais, impressas, de audiovisuais e outras que venham a ser administradas e/ou implantadas pela Fundação, além da criação de outros meios necessários ao desenvolvimento e formação intelectual e cultural da sociedade.

Parágrafo 1º - Compreendem-se como princípios e objetivos da Fundação:

- a) defesa e aprimoramento integral da pessoa humana;
- b) valorização dos bens constitutivos da nacionalidade brasileira no contexto da compreensão dos valores universais;
- c) valorização das peculiaridades nacionais, regionais e do folclore regional, do Estado e do País;
- d) criação, produção, distribuição e difusão de produtos culturais, educativos, artísticos e informativos;



e) promoção e a conscientização pública para proteção do meio ambiente.

Parágrafo 2º - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão e outras mídias administradas pela Fundação, observarão, conforme as suas peculiaridades, os princípios dispostos no art. 221 da Constituição Federal e, em especial, os de estímulo à produção independente, que objetive a promoção da cultura regional e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Parágrafo 3º - A Fundação assegurará que na sua produção e programação não haja restrição à livre manifestação de pensamento, de criação, de expressão e de informação, sob qualquer forma, especialmente a censura de natureza político-ideológica ou artística.

Parágrafo 4º - A Fundação assegurará ainda, que, em seus veículos de comunicação não haja nenhuma forma de embaraço à plena liberdade de informações jornalísticas, observado o disposto nos incisos IV, V, X, XIII e XIV do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo 5º - Na produção e veiculação do material jornalístico, as emissoras da Fundação observarão a pluralidade de versões em matéria controversa, ouvindo as partes envolvidas em polêmicas sobre fatos da atualidade e interesse público, de acordo com o que rege o Código de Ética Jornalística, o Código Brasileiro de Telecomunicações e a Constituição Federal.

Art. 4º - Para a consecução de seus objetivos, caberá à Fundação:

- I - operar emissoras de rádio e televisão; portais educativos e culturais na Rede Mundial de Computadores (Internet) e outras mídias alternativas que sirvam de ferramenta e de apoio para o desenvolvimento das finalidades e princípios da Fundação;
- II - promover a ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão públicas ou privadas, entrosadas legalmente no sistema nacional de radiodifusão, mediante convênios ou outro modo adequado;
- III - colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, na esfera dos interesses culturais, educacionais e informativos;
- IV - praticar demais atos pertinentes às suas finalidades;
- V - produzir e veicular programas de rádio e televisão, filmes e produtos com finalidades culturais, educativas e artísticas, distribuindo-os, quando for o caso, através de outros meios de comunicação;
- VI - estabelecer acordos de cooperação mútua com empresas de telecomunicações, buscando o aprimoramento dos serviços e o atendimento equânime a toda a sociedade brasileira, mediante prévia consulta ao Conselho Curador e respeitada a legislação vigente;
- VII - participar do processo de desenvolvimento do País e colaborar no esforço nacional em prol da alfabetização, estimulando as atividades de educação à distância;
- VIII - oferecer estágios a acadêmicos das instituições de ensino superior, legalmente estabelecidas, das redes municipal, estadual e federal de ensino, públicas e privadas, inclusive entidades de cooperação internacional;
- IX - promover e estimular a educação em todos os níveis e graus, com atenção especial para a educação de base permanente;
- X - estimular a elaboração de programas de educação e cultura destinados a atender as necessidades da comunidade em geral;
- XI - incentivar e promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as diversas atividades e empreendimentos públicos e privados, podendo, se necessário, criar estrutura para tal;



XII – prestar serviços à comunidade, setores e órgãos públicos e privados, diretamente ou por intermediação, respeitando os limites previstos neste Estatuto e na legislação brasileira.

Art. 5º - Todo o material educativo/cultural produzido exclusivamente pela FUNEPO, ficará à disposição dos órgãos governamentais ligados às áreas específicas para uso didático-pedagógico, vedada a reprodução e exibição em outros veículos de comunicação sem a prévia autorização da Fundação.

Art. 6º - Será permitida, a qualquer tempo, a participação de estudantes, professores ou técnicos pertencentes aos quadros discente, docente e técnico das Instituições de Ensino na programação mediante convênios ou outro modo adequado que atenda as diretrizes de programação estabelecidas pelo Conselho Curador da Fundação.

Art. 7º - A produção e programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de outros meios de comunicação controlados pela Fundação, funcionarão de modo a salvaguardar sua independência perante os governos municipal, estadual, federal e demais poderes públicos, e assegurar a possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião.

Art. 8º - A Fundação não poderá ser utilizada:

I - para fins político-partidários;

II - para a difusão de ideias ou fatos que incentivem recurso à violência, discriminações de qualquer natureza e preconceitos ideológicos, étnico-cultural, de sexo, classe ou religião.

Parágrafo Único - Fica ressalvada a notícia de subsídios, contribuições, auxílios e doações, em termos de referência ao bem doado ou à identificação do doador, bem como aos recursos recebidos, sem caráter de propaganda e publicidade em conformidade com a legislação de radiodifusão vigente.

Art. 9º - A denominação para cada mídia de controle da Fundação ficará a cargo do Conselho de Curadores.

Parágrafo único - A emissora de televisão controlada pela Fundação tem como identificação o nome de TV Educativa de Ponta Grossa

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 10º - O Patrimônio da Fundação será integrado:

I - pelos bens móveis e imóveis, veículos, equipamentos, máquinas, material técnico e outros materiais necessários ao bom funcionamento das emissoras, mídias alternativas e de todas as estruturas administradas pela Fundação.

II - pelos bens móveis e imóveis e direitos a ela transferidos, em caráter definitivo, por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - pelas doações, heranças ou legados de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, aceitos, quando onerosos, pelo Conselho Curador;



- IV - pelos bens e direitos que resultarem de suas rendas, subvenções, ou outros recursos;
- V - pelos bens e direitos que forem adquiridos no exercício de suas atividades.

Art. 11 - Os bens e direitos que venham a constituir o patrimônio da Fundação somente poderão ser utilizados para a consecução das finalidades e princípios previstos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - A aplicação de bens e direitos para obtenção de novas rendas só será admissível quando destinada para os fins previstos neste estatuto.

Parágrafo 2º - A alienação ou oneração de bens móveis e imóveis dependerá da aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 12 - Para sua manutenção a Fundação contará com os seguintes recursos:

- I - dotações orçamentárias do respectivo exercício financeiro que, no orçamento correspondente ao Município de Ponta Grossa (PR), houverem sido destinadas à Fundação;
- II - contribuições, subvenções, auxílios, doações da União, do Estado, dos Municípios e respectivas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas;
- III - rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
- IV - quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 13 - Os saldos obtidos pela Fundação serão reinvestidos na ampliação de suas atividades, sempre visando o cumprimento de seus princípios e finalidades, sendo obrigatória a prestação de contas mensal e anual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 14 - O exercício financeiro da Fundação coincide com o Ano Civil.

Art. 15 - O Orçamento e a Prestação de Contas obedecerão às normas e prazos estipulados na Legislação vigente.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - A Fundação será gerida pelo Conselho Curador.

Parágrafo único - Os Conselheiros da Fundação deverão ser brasileiros natos, sendo sua investidura nos respectivos cargos precedida de expressa aprovação do Ministério das Comunicações, não podendo estar vinculados a cargos eletivos ou de representação pública que lhes possa garantir foro especial, conforme especifica o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962).

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR



- IV - pelos bens e direitos que resultarem de suas rendas, subvenções, ou outros recursos;
- V - pelos bens e direitos que forem adquiridos no exercício de suas atividades.

Art. 11 - Os bens e direitos que venham a constituir o patrimônio da Fundação somente poderão ser utilizados para a consecução das finalidades e princípios previstos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - A aplicação de bens e direitos para obtenção de novas rendas só será admissível quando destinada para os fins previstos neste estatuto.

Parágrafo 2º - A alienação ou oneração de bens móveis e imóveis dependerá da aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 12 - Para sua manutenção a Fundação contará com os seguintes recursos:

- I - dotações orçamentárias do respectivo exercício financeiro que, no orçamento correspondente ao Município de Ponta Grossa (PR), houverem sido destinadas à Fundação;
- II - contribuições, subvenções, auxílios, doações da União, do Estado, dos Municípios e respectivas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas;
- III - rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
- IV - quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 13 - Os saldos obtidos pela Fundação serão reinvestidos na ampliação de suas atividades, sempre visando o cumprimento de seus princípios e finalidades, sendo obrigatória a prestação de contas mensal e anual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 14 - O exercício financeiro da Fundação coincide com o Ano Civil.

Art. 15 - O Orçamento e a Prestação de Contas obedecerão às normas e prazos estipulados na Legislação vigente.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - A Fundação será gerida pelo Conselho Curador.

Parágrafo único - Os Conselheiros da Fundação deverão ser brasileiros natos, sendo sua investidura nos respectivos cargos precedida de expressa aprovação do Ministério das Comunicações, não podendo estar vinculados a cargos eletivos ou de representação pública que lhes possa garantir foro especial, conforme especifica o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962).

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR



Art. 17 – Os membros do Conselho Curador exercerão seus mandatos gratuitamente e seus serviços serão considerados de relevante interesse público.

Art. 18 – O Conselho Curador será composto de 21 (vinte e um) membros efetivos e de 21 (vinte e um) membros suplentes, nomeados por decreto municipal e empossados pelo presidente da Fundação mediante indicação dos respectivos setores representados, tendo mandato de 04 (quatro) anos, sem possibilidade de recondução ao cargo.

Art. 19 – O Conselho Curador é constituído por representantes e respectivos suplentes das seguintes entidades:

- I - 02 (dois) representantes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – PMPG;
- II - - 02 (dois) representantes indicados pela Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa – ACIPG;
- III - 02 (dois) representantes indicados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG;
- IV – 02 (dois) representantes indicados pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP - Núcleo Regional de Ponta Grossa;
- V – 01 (um) representante indicado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR;
- VI – 02 (dois) representantes indicados pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG;
- VII - 02 (dois) representantes indicados pelos Clubes de Serviços de Ponta Grossa, sendo 01 (um) indicado pelo Rotary Clube e 01 (um) indicado pelo Lions Clube de Ponta Grossa;
- VIII- 01 (um) representante do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná, Delegacia Regional de Ponta Grossa;
- IX -02 (dois) representantes da Conferência Municipal de Cultura de Ponta Grossa;
- X- 01 (um) representante da Secretaria de Cultura de Ponta Grossa;
- XI- 01 (um) representante eleito dentre os Servidores da FUNEPO;
- XII- 01 (um) representante indicado pelos Trabalhadores em Educação de Ponta Grossa;
- XIII- 02 (dois) representantes indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores do Município de Ponta Grossa, devendo um dos indicados representar os trabalhadores do Comércio e outro dos indicados representar os trabalhadores da Indústria.

Parágrafo único - Os representantes das entidades que compõem o Conselho Curador serão indicados por suas respectivas diretorias através de ofícios dirigidos à Mesa Diretora da Fundação.

Art. 20 – O mandato dos membros do Conselho de Curadores será considerado extinto:

- I – pelo decurso do prazo constante deste Estatuto;
- II- pelo falecimento;
- III- por renúncia;
- IV- por ausência injustificada de um dos representantes da entidade a mais de 04(quatro) reuniões do Conselho no prazo de 01(um) ano;
- V - licença por motivo de doença por prazo contínuo superior a 01 (um) ano;
- VI- procedimento incompatível com a dignidade do cargo;
- VII- condenação, resultante de sentença definitiva, por crime comum ou de responsabilidade;
- VIII- quando a entidade representada desvincular-se do Conselho da FUNEPO;
- IX- quando o membro do Conselho desvincular-se da entidade que representa;

5



X- quando membro do Conselho Curador mudar o seu domicílio, para área não abrangida pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG);

XI- O Conselheiro poderá ser substituído por indicação da entidade, mediante ofício dirigido à Mesa Diretora do Conselho de Curadores.

Parágrafo único- A apreciação da matéria constante do inciso VI deste artigo é competência do plenário do Conselho de Curadores, por maioria absoluta de seus membros válidos, que deliberarão por escrutínio aberto.

Art. 21 - O Conselho Curador terá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que constituirão sua Mesa Diretora, eleita pelo corpo de conselheiros.

Parágrafo 1º - O Presidente da Fundação será nomeado pelo Prefeito Municipal de Ponta Grossa, dentre os membros do Conselho de Curadores, devendo, para nomeação, o nome escolhido ser previamente aprovado pelo Conselho de Curadores, para um mandato de 04 (quatro) anos, sem a possibilidade de recondução.

Parágrafo 2º - O Vice-Presidente será eleito diretamente pelos membros do Conselho de Curadores, dentre seus pares, para um mandato de 04 (quatro) anos, sem a possibilidade de recondução.

Parágrafo 3º - O membro titular do Conselho de Curadores será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo respectivo suplente, que terá direito a voto.

Parágrafo 4º - Quando presente o titular, o respectivo suplente terá direito a voz nas reuniões do Conselho, mas não a voto.

Parágrafo 5º - No caso de renúncia coletiva da Diretoria a que a suceder exercerá novo mandato.

Art. 22- Compete ao Conselho Curador:

- I - baixar seu Regimento Interno e outros atos normativos;
- II - eleger o Presidente, Vice-Presidente e o Secretário da Mesa Diretora da Fundação;
- III - aprovar a celebração de convênios ou acordos com órgãos ou instituições públicas ou privadas, concernentes à programação e à produção e fiscalizar os atos administrativos da Fundação;
- IV - aprovar o orçamento e fiscalizar-lhe a execução, bem como aprovar as contas e os relatórios anuais das Diretorias;
- V - decidir recursos de atos das Diretorias contrários à lei ou ao estatuto;
- VI - aprovar propostas de criação e extinção de empregos;
- VII - aprovar propostas de composição e alteração do quadro de pessoal da Fundação;
- VIII - deliberar sobre a reforma ou modificação do estatuto da Fundação;
- IX - deliberar sobre proposta de extinção da Fundação pela iniciativa do Poder Executivo Municipal;
- X- destituir o Presidente e o Vice- Presidente por solicitação fundamentada do Poder Executivo Municipal ou por iniciativa de qualquer de seus membros nos seguintes casos:
 - a) improbidade administrativa
 - b) descumprimento de disposições estatutárias e legais pertinentes ao regular funcionamento da Fundação.
- XI - Fiscalizar os atos da Fundação;
- XII- Resolver os casos omissos em geral.



Parágrafo 1º- A apreciação da matéria constante do inciso X deste artigo é competência do plenário do Conselho de Curadores, presentes a maioria absoluta de seus membros válidos, que deliberarão por escrutínio aberto.

Parágrafo 2º - No caso do item VIII, a alteração estatutária deverá receber expressa anuência do Ministério das Comunicações.

Art. 23 - Compete ao Presidente do Conselho Curador:

- I - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como em pronunciamento de qualquer natureza, delegar poderes, constituir mandatários;
- II - indicar a nomeação e propor a destituição de Diretores ao Conselho de Curadores
- III - convocar, por iniciativa própria, as reuniões do Conselho de Curadores, presidindo-as;
- IV - supervisionar as atividades das Diretorias e zelar pelo cumprimento do estatuto e das diretrizes da Fundação;
- V - encaminhar ao Conselho Curador propostas, relatórios e atos de qualquer natureza que dependam da deliberação deste ou que por ele devam ser conhecidos;
- VI - apresentar proposta de reforma ou modificação do estatuto;
- VII - expedir resoluções e outros atos pertinentes às suas competências;
- VIII - manifestar-se sobre os atos que impliquem em despesas para a Fundação;
- IX - designar, entre os membros do Conselho, o relator de matéria objeto da ordem do dia.

Art.24 - Nos assuntos da competência do Conselho Curador caberá um voto a cada um de seus membros e ao seu Presidente o de desempate.

Art. 25 - As reuniões do Conselho Curador somente poderão ser instaladas com a presença de mais da metade de seus membros.

Parágrafo 1º - Não havendo quórum para a instalação da reunião em primeira convocação, a segunda convocação acontecerá trinta minutos após o horário previsto para a primeira, respeitando-se o *caput* deste artigo;

Parágrafo 2º. - O Conselho Curador deliberará por maioria absoluta sobre as matérias previstas nos incisos I, II, VI, VIII e IX do art. 22.

Parágrafo 3º.- Nas matérias não previstas no parágrafo anterior, o Conselho deliberará por maioria simples.

Parágrafo 4º. - As reuniões realizar-se-ão mensalmente, em caráter ordinário, e, sempre que necessário, em caráter extraordinário, com a publicação da convocação de seus membros através do Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e, também por Ofício da Assessoria de Curadores e envio de e-mail a todos os membros e suplentes, darão ciência da sua convocação.

Parágrafo 5º.- O Ministério Público será oficiado da realização de todas as reuniões ordinárias ou extraordinárias, para, querendo, delas participar, e, posteriormente será cientificado das deliberações das decisões do Conselho, com cópia das Atas.

SEÇÃO III



DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

Art. 26- A Fundação terá um Conselho de Programação, com as seguintes atribuições:

- I- zelar pelas diretrizes gerais de programação das emissoras de televisão , rádio e demais mídias controladas pela Fundação;
- II- disciplinar e estruturar as programações veiculadas pelas emissoras;
- III- emitir parecer quanto aos horários e formas de veiculação dos programas das emissoras;
- IV- analisar e emitir parecer sob o ponto de vista científico, educativo , cultural e técnico, projetos de programas a serem veiculados nas emissoras subsidiando desta forma o Conselho de Curadores para aprovação em definitivo de tais projetos.

Parágrafo 1º. O Conselho de Programação tem a seguinte composição:

- a) 01 (um) representante da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa- PMPG;
- b) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa- ACIPG;
- c) 01 (um) representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG;
- d) 01 (um) representante do Sindicato dos Radialistas de Ponta Grossa- SRPG;
- e) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- f) 01 (um) representante dos funcionários da TV Educativa de Ponta Grossa.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Programação serão indicados pelas entidades nele representadas;

Parágrafo 3º - o Conselho de Programação terá regimento próprio.

SEÇÃO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 27- São cargos da FUNEPO:

CARGOS EM COMISSÃO

1. Diretor Administrativo e Financeiro
2. Diretor de Captação
3. Diretor de Jornalismo
4. Gerente Operacional
5. Secretário da Diretoria
6. Assessor de Programação
7. Assessor de Produção
8. Assessor Administrativo
9. Assessor Institucional
10. Assessor Jurídico
11. Assessor de Jornalismo



Parágrafo único- Os demais cargos e empregos efetivos serão regulamentados pelo Regimento Interno do Conselho de Curadores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 - A iniciativa da proposta de alteração deste Estatuto caberá à Presidência do Conselho de Curadores ou a um terço dos membros do Conselho Curador e será submetida à apreciação do mesmo órgão colegiado.

Parágrafo único - Aprovada a alteração, pela maioria absoluta dos membros do Conselho Curador, será a mesma encaminhada para apreciação do Ministério Público e para aprovação do Ministério das Comunicações.

Art. 29 - O Conselho Curador elaborará seu Regimento Interno e o Regulamento do Conselho de Programação, no prazo de cento e vinte dias, contados da entrada em vigor deste Estatuto.

Art. 30 - No caso de ser extinta a Fundação, os seus bens reverterão ao patrimônio do Município de Ponta Grossa, salvo nos casos de doações gravadas com cláusula de reversibilidade.

Art. 31 - As dívidas ou omissões deste Estatuto serão resolvidas pelo Conselho Curador, de acordo com a norma nele contidas e os preceitos da legislação vigente.

Art. 32 - Este Estatuto deverá ser registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Município.

Ponta Grossa, 19 de Setembro de 2014

Ricardo Luiz Torquato de Linhares
RICARDO LUIZ TORQUATO DE LINHARES
Presidente

Deivid Eduardo Nogueira
DEIVID EDUARDO NOGUEIRA
Secretário da Diretoria

João Valdecir Bezuska
JOÃO VALDECIR BEZUSKA
Assessor Jurídico
OAB/PR 15.836

Adriano A. Kozian

Blancini

[Signature]

Peter Schaberg

[Signature]

[Signature]
9
[Signature]

Anexo C - Repasses realizados pela Prefeitura para um Funepo

FUNEPO

Fundação Educacional de Ponta Grossa

Rua Balduino Taques, 445 – 3ª Andar - Centro – Fone: (042) 3901-7000 - Ponta Grossa – PR – CEP: 84010-050

CNPJ: 78.252.392/0001-73

Repasses realizados pela PMPG para a Funepo

ANO 2016

jan/16	R\$ 100.000,00
fev/16	R\$ 164.000,00
mar/16	R\$ 132.000,00
abr/16	R\$ 132.000,00
mai/16	
jun/16	R\$ 132.000,00
jul/16	R\$ 132.000,00
ago/16	
set/16	R\$ 60.000,00
out/16	R\$ 132.000,00
nov/16	R\$ 132.000,00
Total	R\$ 1.116.000,00

ANO 2014

jan/14	R\$ 100.000,00
fev/14	R\$ 80.000,00
mar/14	R\$ 100.000,00
abr/14	R\$ 110.000,00
mai/14	R\$ 110.000,00
jun/14	R\$ 110.000,00
jul/14	R\$ 100.000,00
ago/14	R\$ 100.000,00
set/14	
out/14	
nov/14	R\$ 160.000,00
dez/14	R\$ 130.000,00
Total	R\$ 1.100.000,00

ANO 2015

jan/15	R\$ 140.000,00
fev/15	R\$ 80.000,00
mar/15	130.000,00
abr/15	130.000,00
mai/15	130.000,00
jun/15	130.000,00
jul/15	130.000,00
ago/15	130.000,00
set/15	130.000,00
out/15	130.000,00
nov/15	130.000,00
dez/15	130.000,00
Total	R\$ 1.520.000,00

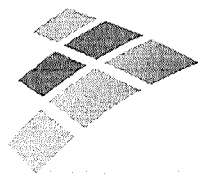
ANO 2013

jan/13	R\$ 70.000,00
fev/13	R\$ 70.000,00
mar/13	R\$ 80.000,00
abr/13	R\$ 80.000,00
mai/13	R\$ 80.000,00
jun/13	R\$ 80.000,00
jul/13	R\$ 80.000,00
ago/13	R\$ 80.000,00
set/13	R\$ 80.000,00
out/13	R\$ 80.000,00
nov/13	R\$ 80.000,00
dez/13	R\$ 80.000,00
Total	R\$ 940.000,00

Anexo D – Grade de programação local da TVE de Ponta Grossa

GRADE DE PROGRAMAÇÃO TVE PONTA GROSSA 2018				
HORÁRIO ABERTURA	HORÁRIO ENCERRAMENTO	PROGRAMA	GÊNERO	FREQUÊNCIA
08:00	08:30	JORNAL DA EDUCATIVA MANHÃ	JORNALISMO	SEG À SEX
19:30	20:00	JORNAL DA EDUCATIVA	JORNALISMO	SEG À SEX
18:45	19:30	TVE ESPORTE	JORNALISMO ESPORTIVO	SEG À SEX
14:00	14:30	BANDO DA LEITURA	INFANTIL	SEGUNDA-FEIRA
20:00	21:00	HIP HOP PG	MÚSICA	SEGUNDA-FEIRA
22:15	23:45	ESPORTE E EMOÇÃO	JORNALISMO ESPORTIVO	SEGUNDA-FEIRA
20:00	21:00	ESPECIAIS TVE	CULTURA/TEATRO/ MÚSICA	TERÇA-FEIRA
22:30	23:30	DOC.COM	POLÍTICA/ ENTREVISTAS	TERÇA-FEIRA
20:00	20:30	CULTURAÇÃO	CULTURA/ ENTRETENIMENTO	QUARTA-FEIRA
22:15	23:15	LENTE ABERTA	ENTREVISTAS/ DEBATES	QUARTA-FEIRA
08:30	09:00	QUINTAS DE SAÚDE	SAÚDE PÚBLICA	QUINTA-FEIRA
11:00	12:00	VEM COMIGO	VARIEDADES/ COMPORTAMENTO	QUINTA-FEIRA
20:00	21:00	VISÃO GERAL	AÇÕES COMUNITÁRIAS	QUINTA-FEIRA
22:15	00:15	TVE CINEMA	CINEMA	QUINTA-FEIRA
20:00	21:00	MELHOR INFÂNCIA	PSICOLOGIA/ ENTREVISTAS	SEXTA-FEIRA
08:00	09:00	VISÃO GERAL	REPRISE	SÁBADO
09:00	10:00	SAÚDE EM FOCO	SAÚDE PÚBLICA	SÁBADO
10:00	11:00	LENTE ABERTA	REPRISE	SÁBADO
11:00	12:00	ALÔ CAMPOS GERAIS	VARIEDADES/ CULTURA REGIONAL	SÁBADO
12:00	13:00	VEM COMIGO	REPRISE	SÁBADO
13:00	14:00	SEXTA AS SEIS	MÚSICA	SÁBADO
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	TALENTO E NEGÓCIO	EMPREENDEDORISMO	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	MINUTO EMPREENDEDOR	EMPREENDEDORISMO	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	DIREITOS DO CONSUMIDOR	DIREITO/CIDADANIA	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	TVE NOTÍCIAS	JORNALISMO	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	TVE SAÚDE	SERVIÇO/SAÚDE	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	TVE TALENTOS	CULTURA/MÚSICA	SEG À SEX
NOS BREAKS DA GRADE	DE UM A TRÊS MINUTOS	TVE TURISMO	CULTURA/TURISMO	SEG À SEX

Anexo E - Autorização de publicação de entrevista - Alexandre Gonçalves Machado



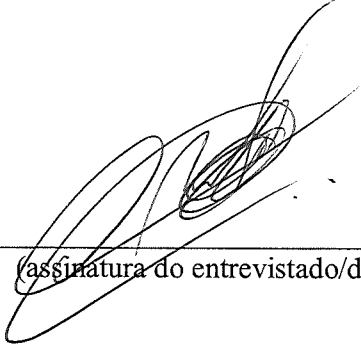
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM JORNALISMO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, EU Alexandre Gonçalves Machado, brasileiro (a), portador do RG 36158594-9 e do CPF-077421727-80 declaro ceder à Melissa Cristina Eichelbaun, brasileira, portadora do RG 10971976-5 e do CPF 07886902998, mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, residente na Rua Teixeira Mendes, bloco 09 ap 104, Uvaranas – Ponta Grossa (PR), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a) como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Ponta Grossa, 14 de DEZEMBRO de 2017.



(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)

Anexo F - Autorização de publicação de entrevista - Eduardo José Farias



CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA

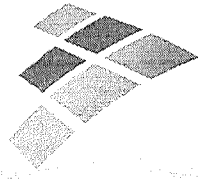
Pelo presente documento, EU EDUARDO JOSÉ FARIAS, brasileiro (a), portador do RG 7.852.028-3 e do CPF-009.065.689-00 declaro ceder à Melissa Cristina Eichelbaun, brasileira, portadora do RG 10971976-5 e do CPF 07886902998, mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, residente na Rua Teixeira Mendes, bloco 09 ap 104, Uvaranas – Ponta Grossa (PR), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a) como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. O (a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Ponta Grossa, 02 de DEZEMBRO de 2016.

Eduardo José Farias
(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)

Anexo G - Autorização de publicação de entrevista - João Carlos Dias de Oliveira



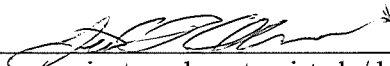
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM JORNALISMO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, EU João Carlos Dias de Oliveira, brasileiro (a), portador do RG 4.856.912-7 e do CPF-601.206.309-15 declaro ceder à Melissa Cristina Eichelbaun, brasileira, portadora do RG 10971976-5 e do CPF 07886902998, mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, residente na Rua Teixeira Mendes, bloco 09 ap 104, Uvaranas – Ponta Grossa (PR), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a) como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

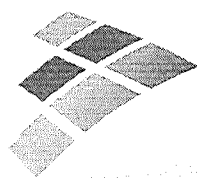
Ponta Grossa, 11 de dezembro de 2017.



(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)

Anexo H – Autorização de publicação de entrevista – Marcelo Franco



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM JORNALISMO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA

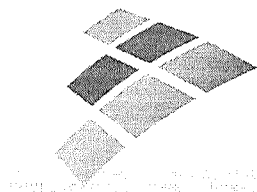
Pelo presente documento, EU Marcelo Franco, brasileiro (a), portador do RG 4.906.996-6 e do CPF-934.801.379-40 declaro ceder à Melissa Cristina Eichelbaun, brasileira, portadora do RG 10971976-5 e do CPF 07886902998, mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, residente na Rua Teixeira Mendes, bloco 09 ap 104, Uvaranas – Ponta Grossa (PR), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a) como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Ponta Grossa, 18 de Setembro de 2017.

(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)

Anexo I - Autorização de publicação de entrevista - Rafael Schoenherr



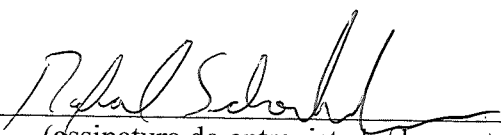
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM JORNALISMO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, EU Rafael Schoenherr, brasileiro (a), portador do RG 60031940 e do CPF 03155689377 declaro ceder à Melissa Cristina Eichelbaun, brasileira, portadora do RG 10971976-5 e do CPF 07886902998, mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, residente na Rua Teixeira Mendes, bloco 09 ap 104, Uvaranas – Ponta Grossa (PR), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a) como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Ponta Grossa, 7 de dezembro de 2017.


(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)